

## **Relatório da Administração Oi SA – Em Recuperação Judicial - 2022**

### **1 – Mensagem aos Acionistas**

O ano de 2022 foi um ano de grandes marcos para a Oi, mas um dos mais importantes foi, sem dúvida, a mudança definitiva do modelo operacional da Companhia com a conclusão da venda das principais UPIs previstas no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial. Foi uma mudança significativa que resultou em uma completa reinvenção da Oi como empresa, apontando para uma nova missão e visão, e nos colocando novamente numa trajetória de pioneirismo no mercado.

Conduzido de maneira planejada e transparente, o processo de transformação foi necessário para corrigir nossa rota, ganhar leveza e agilidade, priorizando serviços estratégicos, como a fibra, que representarão o futuro da Companhia. Foi com esse objetivo que, em 2022, estruturamos e completamos com sucesso algumas das maiores e mais complexas operações de venda de ativos do país, incluindo a venda de nossa operação móvel e a criação da V.tal, que inaugurou no Brasil a maior empresa de rede neutra do Brasil, a partir da separação estrutural da nossa infraestrutura de fibra ótica.

Também conseguimos concluir um processo inédito de segregação das operações vendidas para outras operadoras de telecomunicações, com total cuidado para que não houvesse impacto para os clientes. E, ao mesmo tempo, fomos bem-sucedidos no projeto de conquistar uma das maiores bases de usuários de fibra residencial e empresarial e desenvolver uma das maiores operações de soluções de TI para grandes empresas do país, como resultado do trabalho de nossas unidades Oi Fibra e Oi Soluções.

Com os recursos da venda das operações, reduzimos de maneira significativa o volume de endividamento da Companhia, com pagamento integral efetuado a vários credores, como, por exemplo, o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

No entanto, sabemos que ainda enfrentamos desafios importantes para a sustentabilidade futura. Entramos em novo período de Recuperação Judicial, com outra fase de negociação com os credores financeiros, sempre com o objetivo de garantir a otimização da liquidez e do perfil de endividamento, permitindo a execução da nossa estratégia de negócio, em linha com as regras e compromissos assumidos junto à ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

No campo regulatório, a Oi também terá um ano de importantes discussões sobre a migração do regime de concessão para o de autorização, bem como a definição do saldo da concessão, ambos em fase de análise pela ANATEL e TCU. Estes temas juntamente com o processo de arbitragem também em andamento na qual solicitamos indenizações e sobre eventos desequilibrantes ocorridos ao longo do período de vigência da concessão, sem dúvida serão temas cruciais para a Companhia em 2023.

A mudança de regime é uma opção prevista pela Lei Geral de Telecomunicações, em substituição ao contrato de concessão, vigente até 2025. Para a Oi, a mudança de regime deverá considerar a atratividade para a adaptação por meio da definição do saldo de migração (que deverá ser investido pela concessionária migrante especialmente na implantação de *Backhaul* e banda larga em áreas não atendidas) em um valor justo e razoável. Paralelamente existe ainda a necessidade de se rever, urgentemente, o uso de recursos na prestação da telefonia fixa e suas obrigações, pois esse serviço está em total desuso.

Em meio aos desafios, a Companhia segue firme em seu propósito de levar a vida digital para todos e com uma visão de ser líder em soluções digitais e conexões de fibra ótica que melhorem a vida das pessoas e das empresas. Nesse sentido, colocamos em prática ações que visam fazer da Oi uma empresa cada vez mais sustentável em linha com os pilares ESG. Temos como base o cuidado com nossas pessoas, incluindo colaboradores, fornecedores e clientes, com o meio ambiente e com a forma de gestão da nossa Companhia. A empresa tem investido em projetos sustentáveis, como os de geração de energia limpa (Oi Energia) e educacionais, como o NAVE, instituição classificada entre as 10 melhores escolas públicas estaduais de ensino médio do Brasil.

Na área de Gestão de Pessoas e Cultura a Companhia está investindo em iniciativas para promover um ambiente inovador, colaborativo, mais ágil, com aprendizagem contínua, oportunidades de desenvolvimento e escuta ativa e da transparência na comunicação. Mesmo nos momentos mais desafiadores, como o processo de Recuperação Judicial, a Oi tem conduzido uma jornada de valorização e respeito aos seus colaboradores. Como resultado desse processo, a Oi recebeu o selo *Top Employers*, pela excelência na gestão de pessoas. A certificação vem se somar a outras conquistas da Oi na gestão de Recursos Humanos. Entre eles, o prêmio *Gupy* – 100 RHs que inspiram, e o destaque como empresa que mais subiu no ranking de gestão de pessoas do Anuário 360º, da Época Negócios de 2022.

Finalmente, não poderíamos deixar de falar do Oi Futuro, nosso instituto de inovação e criatividade para impacto social que deu início a um movimento estratégico para ampliar suas redes de colaboração para o novo momento de inovação de seus principais programas, abrindo espaço para novos parceiros e patrocinadores. Dentro da nova governança com mais empresas mantenedoras ao lado da Oi, a gestão dos programas ficará a cargo do Oi Futuro que já conta com um time multifuncional.

Vale lembrar ainda que em 2022, o NAVE Recife foi reconhecido como a nona melhor escola pública estadual de todo o Brasil pelo Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e que o Centro Cultural Oi Futuro reabriu as portas por completo após contexto pandêmico movimentando mais de 60 mil visitantes. Resultados que nos enchem de orgulho e indicam que seguimos no caminho de transformação social.

## **2 – Conjuntura Econômica**

### **Cenário Internacional**

As previsões para 2022 indicavam que esse seria um ano de recuperação da economia com o avanço da vacinação contra a covid-19 e a menor letalidade das novas variantes, permitindo, assim, a retomada da atividade econômica. Porém, a invasão da Ucrânia pela Rússia promoveu um novo período de incertezas globalmente. A inflação no mundo inteiro aumentou e os bancos centrais precisaram elevar os juros, impactando negativamente a recuperação das economias globais.

Com a guerra e as sanções dos principais países ocidentais impostas à Rússia, o presidente Vladimir Putin reagiu e reduziu os fluxos dos gasodutos para a Europa, fazendo o preço da energia disparar na região. Somado a isso, Rússia e Ucrânia como grandes produtoras de trigo e fertilizantes prejudicaram a oferta global de alimentos e insumos favorecendo o aumento da fome e da pobreza em vários países do mundo.

Para conter a inflação, a Europa aumentou os juros pela primeira vez em uma década. Nos EUA, o Banco Central Americano (FED) também elevou progressivamente os juros encerrando 2022 em 4,50% ao ano e realizou um forte aperto monetário, após a inflação atingir a máxima em 40 anos. Na China, a política de "Covid Zero", que

inclui medidas de confinamento e quarentena prolongadas prejudicaram o desempenho da economia da gigante asiática. Com isso, na contramão do mundo, a China reduziu a taxa de juros para impulsionar o crescimento econômico.

### **Cenário Doméstico**

No Brasil, não foi muito diferente. Para conter o impacto da inflação, que em abril atingiu 12,13%, o maior patamar desde outubro de 2003, o Banco Central do Brasil (BACEN) elevou fortemente os juros ao longo do ano, encerrando 2022 em 13,75%. Os combustíveis foram o principal ofensor, principalmente por conta da guerra na Ucrânia, que fez subir os preços do petróleo no mercado internacional.

Diante do aumento generalizado da inflação, à proximidade das eleições, o agravamento da fome e da perda de poder aquisitivo da moeda brasileira, o governo aprovou no segundo semestre de 2022 a PEC do estado de emergência. Com esse mecanismo, houve aumento do Auxílio Brasil, vale gás e auxílios mensais para caminhoneiros e taxistas afetados pela inflação. Apesar de tais estímulos ao consumo, o aperto monetário promovido desde o início da crise global de insumos e os cortes de PIS/COFINS e ICMS sobre os combustíveis e energia elétrica promovidos pelo governo federal, a inflação desacelerou e fechou o ano em 5,79%.

Em relação às eleições presidenciais, Lula foi eleito pela terceira vez e, apesar de uma reta final de eleição menos conturbada que o previsto, o cenário pós eleição se mostrou o inverso, com discursos pró gastos públicos, aprovação da PEC Transitória e o lento processo de nomeação do time de ministros sem nomes favoráveis à uma política fiscal restritiva. Ao longo de 2022, houve forte volatilidade do Real versus o Dólar, mas a moeda brasileira encerrou o ano em R\$ 5,2177, uma valorização de 6,5% quando comparada ao ano anterior.

### **Expectativas para 2023**

O novo ano será desafiador para a economia global. A guerra na Ucrânia sem perspectiva para acabar, a desaceleração econômica da China e juros mais altos nos EUA e Europa devem fazer com que a economia cresça timidamente em 2023. Por outro lado, a inflação desacelerando, permite uma pausa no aperto monetário pelos bancos centrais no mundo. Nos EUA, espera-se que a recessão seja evitada, mas não há expectativa de redução na taxa de juros ao longo de 2023. A China busca reverter o baixo crescimento de 2022 com a flexibilização de medidas contra a covid-19 mencionadas anteriormente. A média global do crescimento do PIB projetada para 2023 é de 2,7%, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

No Brasil, no contexto pós eleições, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente, o mercado se mostrou inseguro diante da possibilidade de aumento dos gastos e desequilíbrio nas contas públicas, mas espera-se melhora das condições sociais do país. A incerteza vinda do cenário político-fiscal, assim como o mundo crescendo menos, também deve prejudicar nosso crescimento aqui. Espera-se um crescimento na ordem de 1,0% no país em 2023. O câmbio deve ter mais um ano volátil e as projeções indicam um câmbio médio de R\$ 5,25 no ano.

### **3 - O Setor de Telecomunicações no Brasil em 2022**

Segundo a ANATEL, no final de dezembro de 2022, o total de acessos dos serviços de telecomunicações no Brasil somou 337,6 milhões, representado por 27,1 milhões de linhas fixas em serviço, 252,0 milhões de acessos móveis, 44,4 milhões de acessos de internet em banda larga fixa (Serviço de Comunicação Multimídia - SCM), sendo desse total 31,0 milhões só de acessos de tecnologia fibra e 14,0 milhões de acessos de TV por assinatura. A queda de 1,1%, que corresponde a menos 3,6 milhões de

acessos em relação a 2021 mostra que o crescimento de acessos banda larga, alavancado pela tecnologia fibra, não compensou a perda de acessos dos segmentos de linhas fixas, móvel e TV.

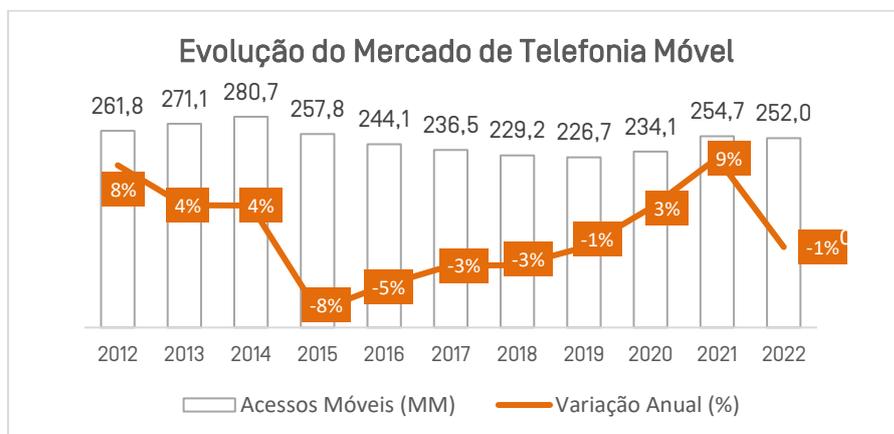
## Telefonia Fixa

O mercado brasileiro de telefonia fixa atingiu, em dezembro de 2022, 27,1 milhões de linhas em serviço, segundo os dados da ANATEL, mantendo o mesmo ritmo de redução anual, de 5,7% sobre dezembro de 2021, observado no ano anterior. As concessionárias de telefonia fixa representavam 47,8% do total dos acessos fixos em serviço em 2022.

O serviço de telefonia fixa vem mantendo de forma consistente uma queda acelerada de seus acessos, alinhada às mudanças estruturais do setor – de migração de tráfego da telefonia fixa para a telefonia móvel e para dados – e observadas ao longo dos últimos anos em escala global.

## Telefonia Móvel

O mercado móvel apresentou 252,0 milhões de acessos (incluindo "Pontos de Serviço" e "M2M") em dezembro de 2022 e teledensidade de 99,8% sobre a população (considera somente acessos do tipo "Padrão", não considerando em seu cômputo acessos do tipo "Ponto de Serviço" e "M2M"). O segmento teve queda total de 2,7 milhões de acessos, com o crescimento do pós-pago (crescimento de 4,6 milhões de acessos) não sendo suficiente para compensar a queda do pré-pago (queda de 7,4 milhões acessos). O pós-pago encerrou o ano de 2022 representando 55,6% do total de acessos móvel.



A transformação de perfil da base vem sendo observada desde de 2015, quando as mudanças na tarifa de interconexão começaram a ser refletidas em ofertas mais atrativas para chamadas entre diferentes operadoras, tornando o uso de segundo chip para chamadas on-net menos relevantes. A dinâmica veio sendo reforçada pela adoção da internet como principal meio de acesso para comunicação, em função do surgimento de aplicativos como WhatsApp, por exemplo. Mais recentemente, a consolidação do setor deu início a uma nova fase deste ciclo, com a redução do número de competidores para três principais players, após a conclusão da venda da operação móvel da Oi, cujo perfil era de atuação baseada em atributos de preços e, portanto, detentora de uma parte relevante da base pré-paga do mercado.

Em fevereiro de 2022, o CADE (Conselho de Administração de Defesa Econômica) aprovou a venda dos ativos do setor de telefonia móvel da Oi (UPI Móvel) para a Vivo, TIM e Claro, com condicionantes impostos aos compradores relacionados à oferta de roaming e direitos de uso de rede para operadoras menores e a venda de

sites de telefonia celular. Em abril de 2022, a operação foi concluída e até que seja finalizado o processo de migração dos usuários pelas operadoras compradoras, a Oi prestará o serviço de transição, como acordado na operação, garantindo assim a continuidade do serviço para esses usuários.

### **Banda Larga Fixa (SCM)**

Segundo dados da ANATEL, o mercado de acesso à internet através da banda larga fixa (Serviço de Comunicação Multimídia - SCM) manteve-se como uma das alavancas de crescimento do setor em 2022. Ao final do ano, a base de acessos atingiu 44,4 milhões, com crescimento de 6,7% frente a 2021 representando 2,8 milhões de novos acessos vale frisar que o mercado de banda larga tem sofrido reprocessamentos relevantes, chegando a variação na ordem de milhão de acessos. Neste contexto, o que impulsionou o crescimento foram os investimentos e movimentos de conexão de internet banda larga via fibra, que vem crescendo ano contra ano. Atualmente, a fibra é responsável por 31,0 milhões, totalizando 69,7% do mercado.

O ano de 2022 foi marcado por iniciativas de separação estrutural da rede por 3 das 4 grandes operadoras de telecom do país (Oi, TIM e Vivo). Deste movimento foram criadas duas redes neutras (Oi - V.Tal, TIM - IHS Systems), com grande destaque para a V.tal cuja extensão da rede de fibra ótica é a maior do país. Com a mudança do perfil da indústria, até então CAPEX intensiva - exigência de grandes investimentos para operar o serviço e com um *payback* longo, é esperado que o compartilhamento da infraestrutura permita uma redução de custos para todos os envolvidos, diminuindo as barreiras de entrada para novos provedores e mudando a lógica da concorrência de internet banda larga no Brasil, que deverá ter a competição mais baseada na diferenciação de atributos de oferta e atendimento para operadoras que adotarem a expansão nestes modelos.

### **TV por Assinatura**

Em 2022, a base de acessos dos serviços de TV por assinatura apresentou queda de 2,0 milhões de acessos, representando uma retração de 12,7% em relação ao ano de 2021. Ao fim de dezembro de 2022, os acessos de TV por assinatura totalizaram 14,0 milhões de assinantes.

Considerando apenas os acessos do tipo "padrão" (contratação de plano mensal), houve queda de 7,2% (-1,0 milhão) no número de acessos quando comparado com dezembro de 2021. Tal cenário se repete para os acessos do tipo "Livre Via Satélite" (aquisição do equipamento sem contratar plano mensal), com queda de 40,5% (-1,1 milhão).

A tecnologia mais representativa foi o DTH (*Direct to Home*), que teve queda de 13,8%, fechando o ano com 8,0 milhões de acessos (representando 57,0% dos acessos de TV por assinatura). Em seguida, a tecnologia cabo coaxial apresentou queda de 13,8%, fechando o ano com 4,7 milhões de acessos (representando 33,4% dos acessos de TV por assinatura). Já a tecnologia FTTH teve queda de 0,6%, fechando o ano com 1,3 milhão de acessos (representando 9,6% dos acessos de TV por assinatura).

## 4 - Perfil da Empresa

A Companhia é uma das principais provedoras de serviços de telecomunicações no Brasil, atuando em todo o território nacional. No segundo trimestre de 2022, a Oi concluiu duas importantes etapas de seu plano de transformação, com a conclusão (i) da venda da operação móvel e (ii) da alienação parcial de sua infraestrutura de fibra, operada pela V.tal. Dessa forma, neste ano demos início a operação da Nova Oi.

A Nova Oi tem quatro componentes principais, com perfis e capacidades de geração de valor diferentes.

### Oi Fibra e Novas Receitas

A partir de junho de 2022, foi inaugurado no país um modelo de negócio inédito e em escala relevante para a operação da fibra, através do uso da maior infraestrutura de rede neutra do país, que contribuirá não só para aceleração do crescimento da Oi, como também para o desenvolvimento do mercado brasileiro de fibra.

A operação de clientes da Oi Fibra é o nosso principal motor para o futuro e encerrou 2022 representando cerca de 44% das receitas da Nova Oi. É esperado que o segmento apresente um aumento da margem gradual, a medida que o modelo de fibra seja expandido.

Neste segmento também, capturamos as oportunidades de receitas adicionais em serviços digitais e casa conectada. Em 2022, a Oi consolidou a estratégia de geração de novas receitas, baseada nas frentes de: Casa Cliente, Oi Place, Oi Energia e Serviços Digitais.

A evolução das soluções de Casa Cliente como o lançamento do Oi Fibra X que consiste em soluções de banda larga que incluem o Mesh, FTTR (Fiber To The Room) e cabeamento, para prover uma melhor cobertura Wi-Fi dentro das residências e empresas, através da instalação de múltiplos pontos adicionais para ampliação do sinal de forma inteligente nas residências e empresas e fornecer uma experiência transparente de conexão, mesmo em ambientes maiores. A Companhia foi pioneira na América Latina em oferecer a solução de FTTR para seus clientes e tem previsão de rollout nacional desta solução ainda em 2023. Adicionalmente, oferece ainda a garantia de um nível serviço diferenciado e atendimento proativo, assim como possui em seu *roadmap* a evolução do Oi Expert – atendimento com especialistas para suportar o cliente em toda sua jornada digital, seja nas configurações simples do seu celular ou *smart* TV, até instalação de softwares, uso de antivírus etc.

No Oi Place, a Oi estruturou a operação e definiu a nova arquitetura que suportará a evolução da plataforma que entrará no ar no primeiro semestre de 2023.

Na frente de Oi Energia, a Oi lançou o serviço em caráter de “Produto viável mínimo” (*MVP – Minimum Viable Product*), já com seus primeiros clientes e com plano de expansão ao longo de 2023, tanto em base de clientes como em praças de atuação.

Por fim, nos Serviços Digitais, a Oi lançou serviços de Saúde e Educação para seus clientes, ampliando o acesso a serviços fundamentais e ampliando a atuação da Companhia em outros segmentos.

## Oi Soluções

O segundo componente é a Oi Soluções, nossa operação para clientes Corporativos, que representou cerca de 30% das receitas da Nova Oi, resultante principalmente das ofertas de longo prazo de conectividade. A operação é um negócio core significativo e que vem trazendo resultados por meio da transformação de nossa atuação, com a operação sendo uma plataforma para desenvolver um modelo focado em Tech. A conectividade combinada a soluções abrangentes no portfólio, desde a infraestrutura de fibra até a distribuição de um vasto portfólio de produtos TIC, em parceria com startups e principais players do setor, passam a ser a base para sustentação do crescimento deste segmento.

Esta oportunidade é alavancada em nossa base de clientes já existente, um importante ativo, já que o portfólio da Oi Soluções está presente em mais de 80% das maiores empresas do Brasil, se tornando um importante canal de acesso a estes clientes finais.

## Legado e Subsidiárias

O terceiro componente é uma combinação de diferentes serviços que representaram 26% das receitas da Nova Oi.

Os serviços legados, aqueles ligados à concessão da telefonia fixa, em função de diversas transformações pelas quais vem passando o setor, possuem um perfil de receita declinante. Ao longo de anos de aceleração nesta queda, a Companhia vem gerindo os desafios operacionais deste serviço, entretanto com sua atuação modulada pela regulação do contrato de concessão. Dessa forma, a revisão de temas regulatórios relacionados a este segmento será a alavanca transformação para esta operação.

A Companhia possui ainda sua operação de TV DTH, cujo processo de negociação para venda se encontra em andamento. Até que uma eventual operação venha a ser concluída, a Companhia usufrui de seus resultados, entretanto é importante ressaltar que a Oi deixou de ter foco comercial, para aquisição de novos clientes, nesse segmento.

A Oi possui ainda duas subsidiárias integrais, a Serede e a Tahto. A primeira atua em serviços de campo para manutenção da infraestrutura de rede para as operadoras, principalmente a V.tal, e a segunda atua em operações de call center. Ambas possuem oportunidades de crescimento associadas à aquisição de novos clientes e melhores oportunidades de rentabilidade, em função da implementação do plano de eficiência.

## 5 – Estratégia da Companhia

A Nova Oi será uma empresa mais simples, leve e eficiente com foco total no atendimento aos clientes e, por isso, priorizará uma TI ágil, focada no atendimento digital, omnicanalidade, guiada por dados e *Analytics* e com *time-to-market* acelerado, permitindo a liderança no lançamento das melhores ofertas no mercado. A nova escala permitirá o fortalecimento da empresa nos segmentos onde já atua e a captura de novas receitas em múltiplas áreas, alavancada pelos diferenciais competitivos da Oi.

Para garantir uma operação sustentável e o rigoroso controle de custos, várias ações em diferentes frentes seguem sendo realizadas, como aumento significativo dos

níveis de digitalização, a contínua revisão e otimização de processos e a readequação de foco operacional nas áreas que representam o futuro da Companhia.

A Companhia, ao longo de toda sua história de transformação, alcançou diversos marcos, entre os de maior destaque ao longo do ano:

- Redução da dívida financeira bruta a valor justo em quase 40% e geração de economias de Opex com foco em operações descontinuadas e eficiências;
- Migração bem-sucedida para o modelo de separação estrutural da infraestrutura;
- Conclusão de todas as principais operações de M&A com ativos core e não-core, como a venda das UPIs de Torres e *Datacenters* e a conclusão do processo para venda do controle da UPI InfraCo (V.tal) e da UPI Ativos Móveis para Vivo, TIM e Claro;
- Evolução das discussões com a ANATEL face a necessidade de equacionamento de deficitária concessão de telefonia fixa, para a qual a Oi abriu procedimento arbitral, de elevadíssima monta, em face do poder concedente, e que vem sendo discutida intensamente com os órgãos reguladores e de supervisão, bem como a adaptação do regime de concessão para um modelo de autorização;
- Reposicionamento da marca Nova Oi e foco na aceleração dos negócios de conectividade e serviços não telecom (aceleração das receitas de fibra e TIC e criação de fluxo de novas receitas).

O processo de recuperação da Oi, ainda que cumprido em suas etapas até aqui, ainda precisa de ações adicionais, sobretudo por conta de condições exógenas e não controláveis, inerentes a qualquer plano de longo prazo, como a deterioração do ambiente macroeconômico, um declínio em ritmo ainda mais acelerado das receitas de telefonia fixa, disputas recentes e impactos de obrigações do passado. E, com isso, faz-se necessário endereçar, de maneira definitiva, a continuidade do processo de reestruturação de sua dívida, em discussão com os principais credores financeiros da Oi, sendo a maioria deles fundos internacionais, e que tem como premissa não impactar a operação de dia a dia. Maiores detalhes sobre este tema foram tratados no item seguinte.

## **6 –Recuperação Judicial Anterior, Novo Pedido de Recuperação Judicial e renegociação de dívidas com os principais credores financeiros**

As informações acerca da Recuperação Judicial ajuizada em 2016 (inclusive no que tange à venda dos ativos previstos no PRJ, conforme aditado), bem como sobre o recente pedido de nova Recuperação Judicial formulado pela Companhia e suas subsidiárias Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial e Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. - Em Recuperação Judicial e, ainda, as tratativas com seus principais credores financeiros para a reestruturação da sua dívida financeira e apoio a um futuro plano de recuperação judicial que será oportunamente apresentado estão divulgadas na Nota 1 das Demonstrações Financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2022.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) anterior e do Aditamento ao PRJ encontra-se à disposição dos acionistas da Companhia na sede da Companhia e em seus “websites” ([www.oi.com.br/ri](http://www.oi.com.br/ri) ou <http://www.recjud.com.br/>).

## 7 –Desempenho Operacional

A Companhia encerrou 2022 com 13.136 mil de unidades geradoras de receita (“UGRs”), sendo 12.348 mil relativas a operação continuada (Nova Oi) e 788 mil relativas a operação descontinuada ou mantidas para venda, que representam basicamente a operação de TV DTH ao final de 2022. Das UGRs da operação continuada, 7.690 mil são acessos Fibra, 2.224 mil são acessos Oi Soluções, enquanto 2.434 mil são acessos legados e telefones públicos.

### Oi Fibra

Em dezembro de 2022, o serviço Oi Fibra superou a marca de 3,9 milhões de casas conectadas (*Homes Connected* – HCs), base 15,7% superior ao ano anterior, alcançando uma taxa de ocupação (*take up*) de cerca de 20 %. Com o auxílio da V.Tal, a Oi Fibra atingiu mais de 19,7 milhões de casas passadas (*Homes Passed* – HPs) em 277 cidades, um crescimento de 5,1 milhões de novos HP’s a base potencial de HCs. A expectativa é continuar esse ritmo acelerado de expansão de novas cidades para os próximos anos, com a expansão da fibra para mercados importantes em diversas regiões. O centro da estratégia de investimentos será a aceleração dos projetos de fibra ótica, que possibilitam um grande crescimento das operações de banda larga residencial, e que dão sustentação também para as atividades no mercado B2B. A Companhia registrou 7.690 mil UGRs de Fibra, ao final do ano de 2022, crescimento de 14,5% em relação ao ano de 2021.

A Oi apresentou 13,7% de *market share* no segmento de fibra ótica (inclui acessos corporativos), segundo relatório da ANATEL. Em dezembro de 2022, o *market share* de acessos para a faixa de velocidade acima de 300 Mbps foi de 17,3%.

Para o segmento de pequenas empresas, hoje denominado “Oi Seu Negócio”, a Companhia utiliza a estratégia de precificação e regionalização com foco na Fibra usada no B2C, dadas as suas semelhanças de mercado. Como diferencial a “Oi Seu Negócio” oferece serviços que vão além da conectividade como a parceria com o PagBank PagSeguro, fechando o ano com penetração de 20% no *gross*.

### Oi Soluções

Na operação continuada, a Companhia encerrou 2022 com R\$ 2.780 milhões de Receita Líquida, crescimento de 2,9% em relação ao ano anterior.

Para o segmento Oi Soluções, a Oi se posiciona como uma integradora e provedora de soluções digitais de Telecomunicações e TI (Tecnologia da Informação) oferecendo serviços consultivos e customizados e um portfólio abrangente de soluções de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação).

### Legado

A Oi encerrou o ano de 2022 com 2.434 mil UGRs de serviços legados relacionados ao cobre e telefones públicos, queda de 44,0% em relação ao ano de 2021.

O serviço de cobre segue o processo de retração da demanda e sua crescente substituição pela telefonia móvel e por tecnologias de serviço residencial mais avançadas, com menor latência e maior confiança, como o caso da Fibra na banda larga.

Além do processo de redução da demanda, a Companhia reduziu o foco comercial nesses serviços desde 2020 e vem acelerando a substituição de serviços de cobre

por fibra. Desta forma, foram redirecionados os esforços comerciais e financeiros para acelerar o projeto de FTTH, a fim de maximizar a geração de valor.

### **Mobilidade Pessoal**

A Oi fechou a venda da Unidade Móvel em abril de 2022 com 38.846 mil UGRs no segmento de Mobilidade Pessoal, que atualmente está alocado no grupo de operações descontinuadas, apresentando um crescimento de 0,1% de quando comparado à dezembro de 2021 ou 46 mil adições líquidas, uma queda de 15 mil no Pré-pago e um crescimento de 60 mil no Pós-pago.

A queda do Pré-pago se deu pelo fechamento de canais de vendas no final de 2022 e pela manutenção do estímulo a migração para planos Pós e Controle, o que levou o segmento a fechar em abril de 2022 com 13.609 mil UGRs, crescimento de 0,4% em relação ao ano de 2021. Além da política de migração de cliente via canais digitais, simplificação e inovação, são os principais fatores que continuam possibilitando os resultados positivos.

Nossa ferramenta de *marketing* ativo oferece pacotes de voz e dados em tempo real para incentivar aumento nas recargas e consumo. As ofertas dos planos Pós-pago e Pré-pago também incluem outros Serviços de Valor Agregado (SVA), como Oi Jornais e Oi Revista, complementando conteúdos relevantes à oferta como forma de diferenciação dos produtos no mercado.

## **8 - Desempenho Econômico-Financeiro<sup>1</sup>**

Com a conclusão da venda das UPIs, detalhadas nas seções anteriores, o resultado consolidado foi impactado até março de 2022 pelo segmento de mobilidade e até maio de 2022 pela operação de infraestrutura, a V.tal. Desta forma, a comparabilidade das informações, em relação ao ano anterior, possui um importante impacto decorrente das operações de desinvestimento concluídas em 2022.

A receita líquida das Operações Continuadas totalizou R\$ 10.485 milhões no ano de 2022 em linha com o ano de 2021. Desse montante, R\$ 10.371 milhões correspondem a Operação brasileira, sendo R\$ 3.999 milhões referente a Fibra, R\$ 2.780 milhões referente a Oi Soluções, R\$ 3.188 milhões em Serviços de Legado e Outros serviços e negócios de R\$ 404 milhões. A receita líquida das outras operações internacionais encerrou o ano em R\$ 114 milhões e a receita líquida das Operações Descontinuadas totalizou R\$ 2.119.

Há que se destacar o forte desempenho das receitas de Fibra durante o ano de 2022, sendo o principal responsável pelo *turnaround* operacional, já representando cerca de 44% do total das receitas da Nova Oi. No acumulado de 2022, as receitas de Fibra totalizaram aproximadamente R\$ 4,0 bilhões, apresentando um crescimento de 35,8% em relação ao ano de 2021.

Os custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) totalizaram R\$ 23.948 milhões em 2022, sendo os principais custos: (i) R\$ 14.249 de perdas com imparidade, sendo R\$ 14.108 relativos a Operações de Serviços Legados e R\$ 141 relativos a Operações de TV; (ii) R\$ 3.670 milhões com serviços de terceiros; (iii) R\$ 3.130 milhões com aluguéis e seguros; (iv) R\$ 1.870 milhões com pessoal;

---

<sup>1</sup> As informações apresentadas consideram os saldos contábeis ajustados pelos registros relativos a "Operação Descontinuada"

(v) R\$ 476 milhões em serviço de manutenção da rede; (vi) R\$ 252 milhões com publicidade e propaganda e (vii) R\$ 138 milhões com custos de interconexão.

Em 2022, o EBITDA de rotina da Companhia totalizou em R\$ 2.204 milhões. Deste total, R\$ 2.173 milhões foram relativos as operações brasileiras, com uma margem de 17,5% e o prejuízo anual alcançou R\$ 19.266 milhões, foi impactado principalmente em função do da provisão para perda resultante dos testes de *impairment* de ativos, além da variação cambial resultante da desvalorização do Real frente ao dólar em 2022, bem como das atividades usuais da Companhia.

## 9 – Endividamento

R\$ Milhões	Dez/22	Dez/21	% Dívida Bruta
<b>Endividamento</b>			
Curto Prazo	1.623	2.907	7,3%
Longo Prazo	20.679	30.083	92,7%
<b>Dívida Total</b>	<b>22.302</b>	<b>32.990</b>	<b>100,0%</b>
Exposição moeda nacional	7.112	12.632	31,9%
Exposição moeda estrangeira	15.190	20.351	68,1%
Swap		6	0,0%
(-) Caixa	-3.223	-3.115	-14,5%
<b>(=) Dívida Líquida</b>	<b>19.079</b>	<b>29.874</b>	<b>85,5%</b>

A dívida bruta consolidada da Oi S.A. a valor justo encerrou o ano de 2022 com um saldo de R\$ 22.302 milhões, representando uma redução de 32,4% ou R\$ 10.688 milhões em relação ao registrado em dezembro de 2021. A redução anual é resultado, principalmente, da conclusão da venda da UPI Ativos Móveis em abril de 2022, onde houve o pré-pagamento das seguintes dívidas: BNDES, Debêntures 2ª emissão e "Bond Sênior" 2026, que juntas totalizaram aproximadamente R\$ 11.311 milhões. Soma-se a isso, a valorização do Real vs Dólar de 6,5% no comparativo anual e das amortizações de dívidas (principalmente juros do *bond* 2025), no valor de R\$ 1.169 milhões no ano de 2022. Por outro lado, estes itens foram parcialmente compensados pelos usuais *accrual* de juros no período, além da amortizado do ajuste a valor presente (AVP).

Em dezembro de 2022, a parcela da dívida em moeda estrangeira representava 68,1% da dívida a valor justo e o prazo médio consolidado estava em 5,6 anos no período. A Companhia encerrou o ano com caixa consolidado de R\$ 3.223 milhões, 3,5% superior ao registrado no ano anterior. Com isso, sua dívida líquida totalizou R\$ 19.079 milhões, 36,1% menor em relação ao registrado em dezembro de 2021, vis a vis a menor dívida bruta no período. A pequena redução no caixa anual, por sua vez, ocorreu, em função da manutenção de um Capex elevado, além do pagamento de obrigações pontuais, incluindo os pagamentos mencionados acima.

## 10 – Investimentos

R\$ Milhões	Dez/22	Dez/21
<b>Investimentos</b>		
<b>Brasil</b>	<b>3.856</b>	<b>7.503</b>
<b>Rede</b>	<b>3.125</b>	<b>6.823</b>
V.tal	1.819	4.050
Oi S.A.	1.300	1.598
Oi Móvel	3	595
Serede	3	25
Telemar		555
<b>Serviços de TI</b>	<b>370</b>	<b>448</b>
Oi S.A.	331	167
V.tal	38	60
Telemar		11
Oi Móvel	1	210
<b>Outros</b>	<b>361</b>	<b>232</b>
<b>Operações Internacionais</b>	<b>22</b>	<b>22</b>
<b>Total</b>	<b>3.878</b>	<b>7.525</b>

Os investimentos realizados nas operações brasileiras ao longo de 2022 totalizaram R\$ 3.856 milhões, uma redução de 49% em relação ao ano de 2021, devido a venda da empresa V.tal que ocorreu no mês de maio. Cumpre ressaltar que a origem dos recursos aplicados aos investimentos refere-se à captação, venda de ativos e cessão de créditos.

Mesmo um cenário de reduzida flexibilidade financeira e atuando com responsabilidade na gestão do caixa, a Oi investiu em infraestrutura e no *core* da rede. Neste período, a Companhia investiu na infraestrutura de acesso, na infraestrutura de transmissão, na rede IP e na expansão dos sistemas de suporte a operação, dentre outras ações. Desta forma, foi possível aumentar a robustez, a qualidade e a capacidade do *core* da rede, assegurando um desempenho operacional mais eficiente e promovendo uma melhoria consistente na qualidade dos serviços e experiência dos usuários, com reflexo na geração de valor para o negócio.

No ano de 2022, a Companhia investiu 81% do montante total na rede, representando R\$ 3.125 milhões distribuídos principalmente na (i) melhoria da rede fixa para o serviço de fibra, (ii) melhoria da qualidade da rede móvel, (iii) implantação e expansão das redes 4G e 4,5G e (iv) investimentos em equipamentos de transmissão de voz e dados.

### Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento

A Oi, vem evoluindo o seu modelo de inovação, buscando diferenciar-se no mercado nacional por meio de projetos que aumentem sua eficiência e gerem novas receitas a partir de soluções inovadoras.

Em 2022, projetos relacionados às Iniciativas Digitais e o desenvolvimento de produtos inovadores tenham o potencial de gerar novas linhas de receita para a Companhia além de melhorar a experiência dos clientes continuaram a ser desenvolvidos. Dentre as iniciativas, continuamos focando na melhoria da experiência do atendimento humano e digital e na evolução das plataformas

comerciais digitais como o *marketplace* Oi Place. Lançado originalmente como um *marketplace* de produtos ligados à tecnologia e conectividade, o Oi Place vem evoluindo e se tornando um *hub* de serviços digitais, onde nossos clientes podem gerenciar de forma centralizada diversos dos serviços digitais que necessitam em seu dia a dia.

Ampliando a frente de serviços digitais, a Oi lançou ao longo de 2022 diversas iniciativas inovadoras nas verticais de Casa Cliente, Saúde e Energia, permitindo que sua base de clientes passasse a ter acesso à uma proposta de valor anteriormente não disponível no portfólio de serviços da Companhia.

Buscando entregar soluções cada vez mais inovadoras que permitam aos clientes terem a melhor experiência em conectividade, foi lançado o Oi Fibra X. A partir da tecnologia FTTR (*Fiber to the Room*) que utiliza um modelo inovador de fibra ótica transparente e especialmente projetada para ser afixada em rodapés é possível conectar de forma integrada ambientes residências e comerciais com metragens superiores à 70 metros quadrados garantindo que a cobertura de sinal seja entregue com a melhor qualidade possível em cada cantinho da casa.

Na frente de saúde, foi lançado o serviço de telemedicina em parceria com a Sulamérica Docway, permitindo que clientes passem a ter acesso a um serviço de Pronto Atendimento Digital que conta com uma rede de mais de 4 mil médicos cadastrados, cobrindo 25 especialidades médicas além de telepsicologia.

Em Energia a Oi lançou o Oi Energia, oferta de Geração Distribuída que permite aos consumidores de baixa tensão a redução de seus gastos com eletricidade além de garantir o consumo de energia gerada junto a fontes renováveis tais como fazendas solares, parques eólicos, fontes hidroelétricas e usinas de biomassa. De forma complementar, clientes de alta tensão passaram a contar com a possibilidade de contratar uma oferta que lhes permite migrar para o Mercado Livre de energia a partir da parceria firmada com a 2W Energia, garantindo relevantes economias além do consumo de energia de fontes limpas, de forma análoga à oferta lançada para os clientes de baixa tensão.

Neste contexto, a Oi vem desenvolvendo o seu Ecossistema de Inovação de forma integrada e interagindo com grande parte das instituições que compõem este ecossistema no Brasil, com destaque para as parcerias junto à fornecedores de soluções e centros nacionais de pesquisa e *startups*. A Oi continuará atuando como fomentadora de iniciativas inovadoras e de P&D junto aos parceiros do seu sistema, estabelecendo interações, desenvolvimentos e testes de soluções conjuntos, conectando as necessidades da empresa ao ecossistema das *startups*, aos fornecedores de tecnologia e às universidades.

## 11 - Mercado de Capitais

Ao final de 2022, o capital social da Companhia era representado por 6 bilhões de ações, sendo aproximadamente 6,4 bilhões de ações ordinárias e 158 milhões de ações preferenciais.

	<b>Ações do Capital Social</b>	<b>Em Tesouraria</b>	<b>Em circulação</b>
Ordinárias	6.445.310.218	644.049.685	5.801.260.533
Preferenciais	157.727.241	1.811.755	155.915.486
<b>Total</b>	<b>6.603.037.459</b>	<b>645.861.440</b>	<b>5.957.176.019</b>

Obs: Posição acionária em 31/12/2022.

### Nossas Ações

As ações da Oi S.A. são negociadas no Brasil na Bolsa de Valores de São Paulo, B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob os códigos de negociação OIBR3 (ordinárias) e OIBR4 (preferenciais).

A Companhia possui um programa de *American Depositary Receipts* (ADRs) nos EUA, onde os papéis são atualmente negociados sob os códigos OIBZQ ("DR Ordinário") e OIBRQ ("DR Preferencial").

Em 28 de outubro de 2021, como parte do processo de simplificação estrutural, a Companhia retirou voluntariamente suas *American Depositary Receipts*, ("ADRs ordinárias") da New York Stock Exchange ("NYSE"), quando as ADRs ordinárias passaram a ser negociadas no mercado de balcão nos Estados Unidos sob o código de negociação, juntamente com as ADRs preferenciais. Em 14 de fevereiro de 2022, tornou-se efetivo o cancelamento do registro da Companhia perante a SEC – U.S Securities and Exchange Commission. Cabe ressaltar, (i) que o cancelamento do registro não impactou a listagem das ações da Companhia na B3, mantendo-se a Oi sujeita às obrigações de divulgação aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação brasileiras; e (ii) que continuou divulgando seus reportes periódicos, resultados anuais e intermediários, e comunicações conforme exigido pela legislação e regulação aplicáveis em seu website de relações com investidores, inclusive em inglês.

Na B3, as ações da Oi encerraram o ano de 2022 cotadas a R\$ 0,17 para OIBR3 e a R\$ 0,51 para OIBR4, apresentando desvalorização ano contra ano de 78% e 60%, respectivamente. O índice Ibovespa encerrou o ano em 109.735 pontos, apresentando um crescimento de 5% no período. Em 2022, o volume médio diário negociado das ações ordinárias (OIBR3) foi de R\$ 49,8 milhões (redução de 67%) e das ações preferenciais (OIBR4) de R\$ 1,3 milhões (redução de 76%).

	<b>Ações do Capital Social</b>	<b>Em Tesouraria</b>	<b>Em circulação</b>
Ordinárias	644.531.021	64.404.968	580.126.053
Preferenciais	15.772.724	181.175	15.591.549
<b>Total</b>	<b>660.303.745</b>	<b>64.586.143</b>	<b>595.717.602</b>

Obs: Posição acionária em 18/01/2023, conforme o Formulário de Referência V8.

Em 1 de dezembro de 2022, foi aprovada a proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia na proporção de 10:1, em Assembleia Geral Extraordinária, com o objetivo principal de enquadramento da

cotação das ações de emissão da Companhia em valor igual ou superior a R\$ 1,00 por unidade, conforme exigido no item 5.2.f do Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários e itens 5.1.2 (vi) e 5.2 do Manual do Emissor da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). Durante o período de livre, transcorrido entre o dia 2 de dezembro de 2022 e dia 6 de janeiro de 2023, inclusive, os acionistas puderam ajustar suas posições de ações. A partir do dia 9 janeiro de 2023, primeiro pregão subsequente ao encerramento do Período para Livre Ajuste, as ações representativas do capital social da Companhia passaram a ser negociadas exclusivamente grupadas na proporção resultante do Grupamento, conforme abaixo.

As ações de emissão da Companhia negociadas na forma de *American Depositary Shares* (“ADSs”) não foram objeto do Grupamento, de forma que as paridades dos ADSs com as ações locais sofreram um ajuste em 11 de janeiro de 2023, visando a manutenção do total de ADSs. Como consequência, cada ação ordinária passou a representar 2 (duas) ADSs ON (1 ON: 2 ADSs ON), enquanto uma ação preferencial passou a ser equivalente a 10 (dez) ADSs PN (1 PN: 10 ADSs PN).

### **Dividendos**

Desde 2015, a Companhia não vem distribuindo dividendos. Atualmente, em adição e, não obstante às disposições estatutárias e legais a respeito da distribuição de dividendos, as Empresas Oi estão sujeitas a determinadas restrições à declaração e ao pagamento de dividendos, previstos no PRJ das Empresas Oi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial (Cláusula 10). Sugerimos a leitura do Plano para maiores informações a respeito, assim como a leitura do item 6 deste relatório e da Nota 1 das Demonstrações Financeiras no item “Recuperação Judicial”.

## **12 - Ambiental, Social e Governança**

Em 2022, demos início a implementação do nosso Plano Plurianual ESG para os anos de 2022, 2023 e 2024. O plano foi desenvolvido tendo como principais referências o Pacto Global da ONU, do qual a Oi é signatária desde 2009, e os requisitos do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3). Sua estrutura visa garantir a evolução contínua e, com isso, a cada ano buscando excelência em um aspecto principal, sem nos esquecermos dos demais:

- **2022 – Estabilização** - Consolidar as iniciativas à luz da nova Oi considerando foco prioritário em ações internas;
- **2023 – Expansão** - Ampliar a atuação do ESG da Oi, incorporando iniciativas que incluam a cadeia de negócios da Oi;
- **2024 – Consolidação** - Atuar em causas que geram impactos positivos para a sociedade (ciclo sustentável ESG Oi).

As iniciativas implementadas para melhoria da gestão corporativa de sustentabilidade da Oi fizeram com que avançássemos 18 pontos percentuais no simulado do ISE B3, atingindo 65% de atendimento aos requisitos em 2022, frente aos resultados apurados em 2021.

O compromisso da Oi com a sustentabilidade já vem de longos anos. Desde 2018, endossamos o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, compromisso voluntário assumido por empresas privadas e públicas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e coibir práticas de corrupção. Também somos signatários desde 2009 do Pacto Global (ONU) e promovemos

iniciativas relacionadas aos seus princípios, além de atuarmos em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Desde 2011 a Oi publica anualmente o Relatório de Sustentabilidade seguindo as diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI) Standards (Normas GRI)*, reportando nosso desempenho nos âmbitos econômico, social e ambiental. O histórico dos relatórios publicados está disponível em nosso Portal ESG ([www.oi.com.br/esg](http://www.oi.com.br/esg)).

A seguir detalhamos algumas das atividades desenvolvidas pela Oi em 2022 no âmbito da estratégia de sustentabilidade corporativa:

## **AMBIENTAL**

### ***Sistema de Gestão Ambiental (SGA)***

Em 2022 estabelecemos o nosso Sistema de Gestão Ambiental, um conjunto de diretrizes, regras, orientações, controles, parâmetros e estrutura que alicerçam o nosso desempenho e que nos possibilita avaliar e controlar nossos impactos ambientais. Nosso SGA foi desenvolvido com base nos requisitos da ISO 14.001 (norma internacional para desenvolvimento de Sistemas de Gestão Ambiental), nos critérios de avaliação do ISE B3 (Índice de Sustentabilidade da B3 – Bolsa de Valores) e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Como parte do SGA, concluímos a reavaliação da nossa gestão ambiental, mapeando as nossas atividades com potencial impacto ambiental e passíveis para atendimento a requisitos legais.

### ***Gestão de emissões de gases de efeito estufa (GEE)***

Como parte do compromisso da Oi com o desenvolvimento sustentável, adaptação à urgência climática e a uma economia de baixo carbono, desde 2009 monitoramos nossas emissões, direta e indireta, de gases do efeito estufa em conformidade com os requisitos do Programa Brasileiro GHG *Protocol*.

Também disponibilizamos voluntariamente informações sobre o tema ao *Carbon Disclosure Project (CDP)*.

### ***Energia***

A gestão energética está inserida no plano estratégico da Oi e busca diversificar a sua matriz de consumo, migrando para fontes renováveis com menor custo, além de contribuir com o meio ambiente, principalmente no combate às mudanças climáticas e redução das emissões de carbono.

A estratégia é pautada nos seguintes objetivos:

- Reduzir custos com energia;
- Planejar e controlar o gasto energético;
- Ampliar os projetos estruturantes de fontes alternativas;
- Criar na Companhia uma mentalidade de racionalização de consumo.

Atualmente 55% da matriz de energia elétrica da Oi é proveniente de fontes renováveis (biogás, solar e hídrica), a meta é atingir 100% até 2025. No ranking da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) o grupo Oi aparece na 3ª posição como maior consumidor especial do Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Em virtude da aceleração dos projetos estruturantes de energia, em 2022 totalizamos 390 unidades no ACL e uma projeção de migração de mais 139 unidades em 2023, totalizando 529 unidades no Mercado Livre de Energia.

### **Logística reversa**

Com a logística reversa da Companhia, coletamos os materiais descartados por Operações para encaminhamento a reciclagem e fazemos a recuperação de equipamentos eletrônicos, após o encerramento de contratos com os clientes, para que novos usuários possam utilizá-los.

A recuperação de equipamentos para reuso gerou uma economia de capex de R\$ 6,3 milhões nos meses de outubro, novembro e dezembro, com 79 mil equipamentos de FTTH (ONT) e 2 mil equipamentos de dados geraram uma economia de Capex de R\$ 4,3 milhões, totalizando R\$ 10,6 milhões de *saving* na recuperação dos equipamentos de Fibra e Dados ao longo do ano de 2022.

### **SOCIAL**

Desde 2001, o Oi Futuro – Instituto de Inovação e Criatividade para impacto social da Oi - é responsável pelo investimento social privado da Oi. Por meio de sua atuação, a Companhia reforça o seu compromisso com a construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva, alinhada à agenda ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU. Constituído legalmente como uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o Oi Futuro está presente em todas as regiões do país, trabalhando para impactar positivamente a vida das pessoas.

No ano de 2022, o instituto seguiu o seu propósito de conectar e impulsionar pessoas e organizações para o apoio e realização de projetos transformadores por meio do uso inovador e criativo das novas tecnologias. Com ações nas áreas de Cultura, Educação e Inovação Social, o Oi Futuro promoveu e democratizou a vida digital para a construção de novos futuros para todos e todas.

Ao longo do ano, o Oi Futuro desenvolveu e apoiou projetos culturais, educacionais e sociais, tratando de temas como igualdade de gênero e racial, neurodiversidade, saúde mental, sustentabilidade, empreendedorismo social, entre outros. Ao lado do público, de governos, organizações, empresas privadas e profissionais das mais diversas áreas, o instituto trabalhou no amplo acesso à arte, cultura e educação.

Foi também um ano de consolidação de sua estratégia de fortalecer a sua atuação por meio de parcerias sustentáveis e redes de colaboração com a missão de ampliar o seu impacto e iniciar novos ciclos de inovação das suas iniciativas. Para isso, estruturou o novo Comitê Estratégico formado por especialistas das áreas de Cultura e Educação para trabalhar a visão de futuro de seus principais programas: Nave (Núcleo Avançado em Educação) e Centro Cultural Oi Futuro, com o objetivo de implementar a experimentação de novas tecnologias, linguagens, formatos e interações com os diversos públicos.

### **Cultura**

Mantendo o seu compromisso de democratização da produção, fruição e acesso à cultura a todos os públicos na era digital, o Oi Futuro se reafirmou como catalisador da experimentação e inovação por meio da arte.

O Centro Cultural Oi Futuro, referência na convergência entre a arte, ciência e a tecnologia, completou 17 anos, trazendo para o público as grandes questões sobre o

futuro, provocando reflexões e antecipando tendências a partir de uma curadoria plural de sua programação.

A programação de peças e exposições foram sucesso de crítica e de público, juntamente com o Musehum - Museu das Comunicações e Humanidades, receberam mais de 60 mil visitantes no ano passado e 23 mil visitas na plataforma de Acervo Digital Online. Com foco nas tecnologias de comunicação e como sua evolução impacta as relações humanas o Musehum oferece uma experiência única a cada visita, com atrações interativas customizáveis, ambientes imersivos e tecnologias de realidade virtual.

Ainda no campo de museus, o programa HUB+, em parceria com a Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, promoveu mentoria técnica e formação de 12 meses para profissionais de dez museus fluminenses selecionados por meio de edital. O pólo central do programa se originou do Musehum e suas experiências em ações educativas, de acessibilidades e de preservação de acervo.

O Oi Futuro também apoiou oito festivais em todas as regiões do país alcançando um público de mais de 120 mil pessoas. Em 2022, o Programa Oi de Patrocínios Culturais Incentivados também anunciou o resultado de sua 17ª edição do edital de patrocínio para o apoio de 22 projetos culturais em nove estados do país.

O instituto também realizou editais para aceleração e capacitação de projetos e profissionais da economia criativa em parceria com instituições, governos e empreendedores. Destaque para o Cultura Circular, realizado em parceria com o British Council, que apresentou uma proposta inédita de levar as pautas da sustentabilidade e emergência climática para o centro do universo de seis festivais brasileiros e promover eventos com melhores práticas socioambientais em todas as suas etapas de criação e gestão.

Fiel ao propósito de construção de uma sociedade com mais diversidade e igualdade de oportunidades, o Oi Futuro lançou em 2022 a terceira edição do Arte Sônica Amplificada - ASA. Pela primeira vez, o ASA teve alcance nacional e reuniu 400 mulheres profissionais da indústria da música e do som de 26 estados brasileiros no processo de qualificação profissional, desenvolvimento de carreira e criação de rede. O objetivo dessa iniciativa é impulsionar as mulheres no âmbito individual e coletivo, para que elas possam desenvolver suas próprias potencialidades e também transformar a vida de outras mulheres.

## **Educação**

A partir do propósito de impulsionar a inovação no Ensino Médio por meio da experimentação de novas tecnologias, metodologias educacionais e empoderamento dos estudantes e educadores, o NAVE busca construir no dia-a-dia um ambiente escolar inovador, criativo e inclusivo no Brasil.

Com foco na formação dos jovens para a economia criativa e digital, o NAVE, programa de Educação de Ensino Médio Integrado ao Profissional, completou 16 anos em 2022 com mais de 3.600 estudantes formados - graduou 271 estudantes no 3º ano do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Além de preparar para o novo mundo do trabalho e para a vida digital, o NAVE forma cidadãos conscientes, autônomos e protagonistas dos seus projetos de vida.

Fruto da parceria público-privada com as secretarias de Estado de Educação de Pernambuco e do Rio de Janeiro, o NAVE Rio e o NAVE Recife oferecem cursos técnicos de Programação e Multimídia. Como marco nessa trajetória o NAVE Recife foi reconhecido em 2022 como a nona melhor escola pública estadual de todo Brasil pelo Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Outro momento

importante foi a sua participação na Rio Innovation Week - maior encontro de tecnologia, inovação e negócios da América Latina, que sediou a mesa "Educar para Inovar: o case NAVE", onde o público pôde conhecer detalhes do programa que associa educação e inovação.

No eixo de formação de educadores, em parceria com o British Council, o Oi Futuro criou a Órbita - Trajetórias Educacionais, plataforma que oferece cursos autoinstrucionais gratuitos e que tem a cultura digital como eixo integrador.

No eixo de empreendedorismo e empregabilidade, o Geração Nave, programa de desenvolvimento e carreira voltado exclusivamente para os egressos do programa, teve como resultado a contratação de 15 ex-alunos na Oi e sete na Vega Soluções - empresa de tecnologia do setor do agronegócio.

Em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação e no âmbito da Frente Currículo e Novo Ensino Médio, o Oi Futuro contribuiu para a atualização dos currículos dos Estados. Em 2022, todas as unidades da Federação passaram a ter seus referenciais curriculares alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Ao longo de 2022, o Oi Futuro disponibilizou gratuitamente materiais de referência produzidos a partir dos NAVES - como e-books, guias, especiais e conteúdos audiovisuais - disseminando o conhecimento produzido pelo Programa, provocando reflexões e inspirando professores, escolas e redes de ensino. Somando todos os materiais publicados o Oi Futuro alcançou em 2022 mais de 85 mil usuários.

### ***Inovação Social***

Com foco no fomento e desenvolvimento do ecossistema da economia criativa e digital para impacto social, o Oi Futuro ofereceu programas de aceleração, workshops, capacitações e mentorias, contribuindo para a formação de centenas de empreendedores sociais e apoiando o desenvolvimento de negócios e organizações da sociedade civil.

Em maio de 2022, teve início a 4ª edição do Impulso, programa de Aceleração para Negócios de Impacto Social, Organizações da Sociedade Civil e Grupos Culturais que fazem parte da economia criativa do Rio de Janeiro. O programa selecionou 10 iniciativas para oferecer mentorias e capacitações ao longo de nove meses nas áreas de estratégia, gestão, comunicação, sistemas, entre outras.

O Move\_MT, Programa de Aceleração para Negócios Criativos e de Impacto Sociocultural de Mato Grosso em parceria com a Secel/MT (Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer do Mato Grosso) teve a sua primeira edição concluída em abril de 2022, com objetivo de impulsionar empreendedores sociais da economia criativa no Mato Grosso.

No total 30 iniciativas foram selecionadas e 24 concluíram o programa e, mais de 243 empreendedores participaram de workshops online. Uma segunda edição do MOVE em parceria com a Secel/MT foi confirmada e anunciada para 2023.

### **GOVERNANÇA**

O sistema de governança no qual a Companhia está inserida engloba seu estatuto social, estrutura societária, estrutura organizacional, políticas, procedimentos e práticas adotadas, como também as disposições previstas no PRJ das Empresas Oi e em seu aditamento, homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial em outubro de 2020.

O atual Estatuto Social da Companhia, aprovado em setembro de 2018 e alterado em 26 de abril de 2019, 16 de outubro de 2020, 19, 30 de abril de 2021 e 1 de dezembro de 2022 caracteriza-se pela adoção de elevados padrões de governança corporativa, que incluem, dentre outros pontos: (i) conversibilidade das ações preferenciais, quando e nas condições aprovadas pelo Conselho de Administração; (ii) mínimo de 20% de conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; (iii) vedação à acumulação de cargos de Presidente do Conselho e Diretor Presidente ou principal executivo; (iv) obrigatoriedade do Conselho de Administração se manifestar sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da Oi; (v) obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de cancelamento de registro de Companhia aberta ou saída do Nível 1 de Governança Corporativa, exceto em caso de ingresso no Nível 2 de Governança Corporativa ou no segmento do Novo Mercado; e (vi) obrigação de resolução de disputas e controvérsias por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto integralmente por Conselheiros Independentes, em um total de 9, de acordo com o que estabelece o artigo 24 do Estatuto Social.

Com o objetivo de aperfeiçoar sua governança e alinhá-la aos desafios e necessidades que se apresentam, a Companhia possui atualmente quatro comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, quais sejam: Comitê de Auditoria, Riscos e Controles ("CARC"); Comitê de Transformação, Estratégia e Investimentos ("CTEI"); Comitê de Gente, Nomeações e Governança ("CGNG"); e Comitê de Inovação e Transformação Digital ("CITD").

Cabe destacar que o CARC é um comitê estatutário, conforme Resolução CVM nº 23/21, composto por cinco conselheiros independentes; o CTEI é um comitê responsável por acompanhar e supervisionar a implementação e execução do plano estratégico de transformação aprovado pelo Conselho de Administração, definindo as respectivas metas e cronogramas; o CGNG é responsável por zelar pela contínua adoção das melhores práticas de governança corporativa e conduta empresarial, bem como supervisionar a estratégia de recursos humanos da Companhia; e o CITD é responsável por executar e desenvolver as políticas e estratégias de negócios e mercado do portfólio de negócios, analisar estratégias tecnológicas de transformação digital e acompanhar o ciclo de inovação e viabilidade de investimentos em novas linhas e oportunidades de negócio da Companhia. Em relação às suas Assembleias Gerais, a Oi vem, consistentemente, adotando a prática de estender o direito de voto aos titulares dos ADRs e a Companhia tomou a decisão de fazer as suas duas últimas Assembleias de forma 100% digital, visando facilitar e estimular a participação dos seus acionistas, bem como disponibiliza em seu *website* e no *website* da CVM e da B3, a cada convocação, um Manual para a participação dos acionistas nas Assembleias Gerais, que oferecem informações sobre as matérias a serem discutidas, modelos de procuração para os acionistas, dentre outras informações.

### ***Gestão de riscos***

A Oi acredita genuinamente na gestão de riscos como uma ferramenta indispensável para seu sucesso empresarial e atingimento de objetivos estratégicos. Trata-se de parte integrante e fundamental da governança necessária para o crescimento sustentável, rentabilidade, preservação e geração de valor para a empresa, acionistas e clientes, dado que este processo permite a identificação não somente de ameaças, como também de oportunidades.

Riscos são inerentes a qualquer atividade de negócio, por isso é preciso conhecê-los e gerenciá-los adequadamente. Um efetivo processo de gestão de riscos vai muito além de apenas estar aderente a normas e melhores práticas de mercado, é preciso ter como finalidade prevenir e gerenciar os riscos de maneira eficaz, permitindo que

responsáveis, em todos os níveis da governança, tenham acesso tempestivo a informações suficientes relacionadas aos riscos aos quais estão expostos, de forma a suportar decisões e definir estratégias de mitigação que diminuam a probabilidade e minimizem eventuais impactos a níveis aceitáveis.

Neste sentido, ao longo de 2021 e 2022 foram inúmeras as medidas implementadas para aperfeiçoar e tornar ainda mais efetivo este processo na Companhia, entre elas destacamos:

- **Processo de *risk assessment* mais conectado a estratégia** - Riscos e fatores de riscos corporativos foram e são atualizados junto a Alta Administração e Conselho com foco no plano estratégico da Nova Oi.
- **Criação de portfólios de riscos específicos** - Para além de riscos corporativos estratégicos também foram mapeados portfólios específicos com a finalidade de dar maior profundidade e atenção adequada a cada tema como, por exemplo, Portfólios de riscos de Integridade, Privacidade, ESG, Saúde e Segurança do Trabalho e Ambiental.
- **Empoderamento de *risk owners* e fortalecimento do *accountability*** - Para cada risco são designados executivos responsáveis e facilitadores que periodicamente prestam constas sobre a “jornada do risco” na Companhia.
- **Estabelecimento de comitês executivos especializados** - Estes comitês são compostos por times multidisciplinares de alto nível técnico para supervisão e assessoramento da Alta Administração sobre riscos específicos conforme natureza e escopo de cada comitê e portfólio.
- **Monitoramento contínuo por fator de risco** - Por trás de cada risco existe uma camada de diversos fatores que são possíveis gatilhos para sua materialização. Diante disto, passamos a monitorar ações e indicadores não mais apenas por riscos, mas também por fatores de riscos com objetivo de ter uma resposta mais apropriada para cada caso.
- **Gestão de Riscos na Prática** - Acreditamos em um gerenciamento de riscos próximo as pessoas no dia a dia, presente em reuniões de trabalho e útil no processo de tomada de decisão, como uma ferramenta de gestão disponível. Para isto, investimos cada vez mais em treinamentos e comunicações internas que capacitem liderança, colaboradores e parceiros na gestão de riscos.

Este conjunto de iniciativas é regido pela Política de Gestão de Riscos revisada e aprovada periodicamente pelo Conselho de Administração e disponível no site de relações com investidores da Companhia, compondo um verdadeiro sistema de gerenciamento de riscos que inclui inter-relações entre riscos, estratégia, processos, pessoas, tecnologia e conhecimentos, visando a maior cobertura e abrangência possível para se antecipar e prevenir possíveis materializações e efeitos adversos.

### **Privacidade**

O Programa Oi de Privacidade, lançado em 2021, foi inspirado no ideal de que “Pessoas vêm antes de Dados”. Trata-se do manifesto e posicionamento da empresa sobre o tema, que compreende as ações voltadas à observância das leis de proteção de dados pessoais.

Ao longo de 2022 foram obtidos significativos avanços no Programa, dentre os quais destacam-se:

- Contratação de ferramenta para gestão das demandas de privacidade, como, por exemplo, direitos dos titulares, registros de operação e avaliações de *Privacy by Design*;
- Reestruturação do Portal de Privacidade através da revisão do Aviso de Privacidade e criação de duas *landing pages*: página “Transparência” e “Seus Direitos”.
- Ações voltadas à disseminação do conhecimento em privacidade tanto para o público interno como externo;
- Contribuição para o lançamento do Código de Boas Práticas setorial.

Cumpra destacar ainda que todo o trabalho do time de privacidade resultou na nota mais alta da Oi na história da Pesquisa “Quem Defende seus Dados”, avaliação independente, promovida pelo InternetLab, das empresas provedoras de acesso à Internet que tem o objetivo de incentivar a adoção de melhores práticas de privacidade pelo mercado.

### **Conformidade**

Em 2022, a Oi com o apoio de ferramentas e com foco em prevenção, detecção, remediação e monitoramentos realizou a melhoria contínua do Programa de Conformidade, destacamos abaixo algumas ações:

- **Educação:** Lançamento do *e-learning* “Conformidade na sua mão” com a adesão de 5.052 colaboradores;
- **Comunicação:** Campanhas diversas foram realizadas para disseminar a cultura de conformidade dentro da Companhia, tratando de temas como o Programa de Conformidade, Análise de integridade de terceiro, Comitê de Integridade, entre outros;
- **Canal de Denúncias:** Foram recebidas 353 denúncias através do canal e 30% dessas denúncias foram classificadas com procedente, resultando em aplicação de 48 medidas disciplinares;
- **Diligência de Terceiros:** A Política de Análise de Integridade foi revisada, uma das alterações relevantes foi a realização de diligência para todas as novas contratações da Oi. Desta forma, foram realizadas mais de 1.700 análises ao longo de 2022;
- **Monitoramento:** Reforçamos os controles e trabalhamos na implementação de monitoramento de ações do Programa de Conformidade. Ainda, fizemos o acompanhamento de *red flags* de conformidade automatizados que visam dar maior eficiência ao processo.

Nossa reputação é um dos nossos maiores ativos, e para garantir que ela seja preservada contamos com direcionadores que orientam a conduta dos nossos colaboradores, terceiros, parceiros de negócio e fornecedores, reforçando o compromisso ético da Oi em todas as relações, promovendo a transparência e o fortalecimento de nossos valores organizacionais.

## **Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios**

Diretamente conectado ao gerenciamento de riscos, o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios (SGCN) da Oi visa a prevenção e tratamento de eventos que possam afetar a continuidade dos seus negócios e operações, preservando ativos e a prestação dos serviços para o que temos de mais valioso, nossos clientes.

A metodologia do SGCN Oi é baseada na ISO 22301, melhores práticas de mercado e requisitos regulatórios, e consiste no desenvolvimento de planos estruturados multidisciplinares e integrados em um ciclo composto das etapas de Planejamento, Preparação, Resposta, Retomada e Melhoria Contínua, incluindo para além de medidas preventivas, protocolos de gerenciamento de crises e tempestivo tratamento de eventos de risco de modo a assegurar o prosseguimento dos processos de negócio mais críticos, evitando que eles sofram danos significativos e provoquem perdas.

Vale destacar ainda que em 2021 a Oi iniciou amplo processo plurianual de fortalecimento do seu SGCN baseado no driver "SABER AGIR", que consiste em um conjunto de iniciativas que visam não apenas aprimorar planos de continuidade e contingências, mas preparar todos (liderança, colaboradores e parceiros) para melhor prevenção e pronta resposta em eventuais crises e incidentes.

É nisto que acreditamos e no que estamos engajados, em um SGCN que proteja acima de tudo, nossos clientes e garanta bases sólidas para nossas operações no presente e no futuro.

### **13 - Colaboradores**

A Oi possui 6.558 colaboradores, 68 estagiários e 55 aprendizes. A idade média é de 43 anos, com tempo médio de casa de 10 anos. Do total, 61% são homens e 39% mulheres e, nos cargos executivos, 64% são homens e 36% mulheres. A Oi possui ainda 52.228 terceiros, divididos nas funções de *call center* (11.253), vendas (14.775), implantação e manutenção de rede (20.907) e administrativas (5.293). Desses, 17.622 pertencem ao Grupo Oi (Serede e Tahto).

Concluimos a contratação de 976 vagas na Oi: 3% de gestão e 97% de profissionais, sendo 89% recrutamento externo. Além disso, efetivamos 17 estagiários e realizamos 464 promoções. Além disso, implementamos uma nova estratégia de remuneração para a carreira de tecnologia, para garantir maior competitividade de atração e retenção de talentos, visando buscar melhor aderência ao Plano de Transformação da Companhia.

Com o desafio de pavimentar uma nova cultura, a Oi vem promovendo o alinhamento de toda a Companhia em busca dos objetivos de negócio, adotando o Modelo de Gestão ambidestro (KPIs e OKRs) que confere clareza de objetivos e responsabilidades, reforçando o comprometimento com os resultados da Companhia.

Entendemos que a Liderança é um importante pilar de transformação cultural da cia. Assim, em 2022, reforçamos as práticas das competências dos líderes, conectados aos desafios do negócio, no formato de aprendizagem coletiva, num portfólio exclusivo sobre liderança humanizada, analítica e clientecentrada. Com inscrições voluntárias, tivemos 88% de adesão, em pelo menos um treinamento disponível. Foram solicitadas 159 sessões de mentoria externa, realizadas por 85 lideranças. Realizamos 31 turmas no ano, com 2.894 participações. As avaliações dos *workshops* - realizados com parceiros externos referências no mercado - registraram NPS 90 e 100% dos respondentes afirmaram que o conteúdo tem aplicação imediata e provoca transformações na forma de pensar e agir.

Ações de desenvolvimento e capacitação em novas competências apoiaram a nossa transformação, suportadas por um programa contínuo de alinhamento e feedback, diversas opções de aprendizagem (Universidade Oi Educa e parceiros), palestras (Momento Conhecimento) e projetos multidisciplinares. Nessa proposta, programas de *Upskilling* e *Reskilling* foram usados para preencher gaps de formação, mudança de carreira e preenchimento de vagas, totalizando 167 mil capacitações (28 mil em tecnologia e inovação), com mais de 200 mil horas de desenvolvimento interno. Além disso, por meio de programas especializados, formamos 81 Facilitadores de Gestão, 3 *Master Black Belts*, 22 *Black Belts*, 107 *Green Belts*, 729 *Yellow Belts* e 788 *White Belts*.

Em Saúde e Segurança do Trabalho, nossa boa performance tem sido sustentada pelas melhores práticas prevencionistas, alinhadas às tendências de mercado, e na definição de métodos e gestão de processos, com foco em um ambiente de trabalho seguro. Assim, em 2022, tivemos uma redução de 49,6% (nas ocorrências). Além disso, tivemos o Programa Conexão Saúde e Segurança, com a participação de mais de 1.750 colaboradores em palestras sobre o tema e temos investido, significativamente, em treinamentos práticos e simulados frequentes de preparação e resposta a crises, sendo responsáveis pelo comitê de gestão voltado à continuidade do Negócio (preservação do patrimônio, dos negócios e das pessoas).

Oferecemos benefícios de assistência médica, hospitalar e odontológica, e auxílio-medicamentos aos empregados e seus dependentes. Além disso, monitoramos a condição laboral através de exames médicos (admissional, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho e demissional), e diversas ações e programas de cuidado, entre eles: 1) Vida.com: programa baseado em 6 dimensões (Física, postural, nutricional, mental, Social e Segurança) que visa a melhoria da satisfação, clima organizacional, saúde e qualidade de vida, redução do absenteísmo, aumento da produtividade e do valor da marca empregadora e que teve mais de 6300 participações no ano; 2) Regras de Ouro: visa a proteção da vida dos colaboradores e redução das ocorrências de maior gravidade no trabalho, com um robusto e confiável Programa de Toxicologia e treinamentos sobre as 5 Regras: álcool e drogas, serviços em eletricidade, trabalho em altura, serviços a quente e veículos.

Finalizamos o ano com todos os acordos coletivos de trabalho aprovados e assinados pelos 28 sindicatos, sem nenhuma paralisação com efeito relevante.

O ano de 2022 marcou o começo de uma nova Oi, pois tivemos avanços significativos no Plano Estratégico com a conclusão dos M&A, especialmente com o encerramento da venda da Móvel e de parte do controle da V.tal, o que impulsionou um novo posicionamento de marca, agora 100% focado nas ofertas de fibra e soluções digitais. Além disso, formalizamos o modelo de trabalho remoto como prioritário, fato que também impactou o processo de comunicação com o público interno. Os esforços com o público interno envolveram manter a mobilização operacional, alinhada com o direcionamento estratégico, assegurar percepção de cuidado com as pessoas, fortalecer a cooperação estratégica, impulsionar a agenda ESG e ser transparente sobre a reestruturação organizacional. A comunicação interna continuou incentivando novos comportamentos e a adoção de uma mentalidade mais ágil, analítica e clientecentrada, para pautar o novo modelo de trabalho da Companhia (mais colaborativo), que será motor de uma nova atuação no mercado. Para criar novos futuros, temos investido em iniciativas que preparam o público interno para realidades cada vez mais digitais. A visão analítica faz parte desse conjunto de habilidades que precisamos desenvolver. Desde julho, temos mobilizado a Companhia para priorizar o uso de dados na tomada de decisões. Contamos com workshops/palestra sobre o tema e os colaboradores tiveram acesso a uma série especial de conteúdos.

Reforçamos e humanizamos a estratégia através dos alinhamentos corporativos e executivos e mensagens do presidente. Além disso, também construímos páginas específicas e comunicados segmentados com orientações para os processos de reorganização societária que afetam o público interno, como foi o caso da conclusão da operação de venda da unidade de telefonia móvel e o fechamento da operação de alienação parcial da V.tal. Durante o período de transição dos clientes Oi Móvel para as outras operadoras, mantivemos o público interno informado e munimos os colaboradores com materiais que pudessem ajudar seus amigos e/ou familiares em caso de dúvidas durante a operação. No caso da V.tal, durante a separação estrutural, desdobramos para os colaboradores uma campanha com dicas para que todos pudessem compreender a importância da isonomia, independência, neutralidade e confidencialidade no relacionamento entre a Oi e a V.tal.

Apresentamos o nosso novo posicionamento de marca, gerando um grande movimento de engajamento interno, com base no nosso propósito que criar novos futuros, levando a vida digital para todos, atribuímos aos colaboradores a missão de ser um time de criadores de futuros. Para tornar tangível essa nova identidade, abrimos espaço para nossos profissionais contarem histórias pessoais sobre tornar realidade um novo plano no universo digital. Além disso, fortalecemos a estratégia de fibra, destacando a virada de receita no residencial e as vantagens competitivas do produto e ampliamos o conhecimento sobre a nova atuação da Oi no mercado, destacando as novas verticais de atuação, e, em alguns casos, os colaboradores foram coautores desses projetos, participando ativamente da idealização e/ou testes antes dos produtos irem ao mercado.

Neste ano completamente digital, dada a predominância do trabalho remoto, nossas iniciativas promoveram o engajamento interno, com o objetivo de manter a conexão entre o colaborador e a Oi. Para isso, aproveitamos as datas comemorativas e nossos eventos patrocinados para fortalecer esse relacionamento, como foi o caso do Dia das Mães, o Bolão da Copa do Mundo e oficinas do Dia das Crianças. Outro evento que colocou o time Oi em conexão foi o Momento Conhecimento. A iniciativa em 2022 contou com 06 edições e mais de 8,6 mil participações em palestras de diversos temas como inovação, diversidade, tecnologia, habilidades humanas e tendências, além de abordar temáticas conectadas à estratégia de transformação da Companhia.

Já na frente de Diversidade, avançamos em uma agenda estruturada em parceria com a CKZ Consultoria para manutenção e progresso do tema na Oi. Realizamos um diagnóstico individual para termos uma amostragem do entendimento do tema com grupos de colaboradores, incluindo a alta liderança. Aplicamos o segundo Censo na Companhia, dessa vez de forma mais abrangente, mapeando não somente o perfil dos colaboradores, como também a percepção de engajamento com o tema, o nível de equidade e o senso de pertencimento. Continuamos promovendo o aprendizado contínuo com palestras e comunicações que abordam as nuances de Diversidade e Inclusão sob o ponto de vista de negócio e impacto social. As pautas de Diversidade e Inclusão foram discutidas de forma mais transversal e integrada com outras áreas da Companhia, através do lançamento do Grupo Multifuncional de Diversidade e Inclusão, garantindo uma narrativa forte e consistente como, por exemplo, nas campanhas do Dia Internacional do Orgulho LGBTI+, Dia dos Pais, Dia Nacional da Luta de Pessoa com Deficiência, Dia do Empreendedorismo Feminino, Dia da Consciência Negra e mais. Como reflexo dos esforços da Companhia e reconhecimento, a Oi ficou entre as 5 melhores empresas do Brasil no quesito Comunicação Inclusiva, movimento promovido pela consultoria Blend Edu.

Seguimos trabalhando para aumentar a representatividade nos cargos de liderança da Companhia, a prova disso foi o início da segunda turma do Programa Liderança Feminina, uma jornada de autodesenvolvimento em parceria com a Lee Hecht

Harrison Consultoria, para provocar o empoderamento das mulheres em cargos de gestão na Oi.

Por fim, cabe mencionar a realização de pesquisas internas, canais diretos com os colaboradores que permitem mapear ações e direcionar esforços alinhados com a visão do público interno. Nesse sentido, a Pesquisa de Engajamento para construção da nova Oi teve como objetivo captar percepções sobre o ambiente interno e foi realizada em duas ondas, uma em maio e outra em novembro, por meio de formulário interno online e seus itens foram organizados em pilares que refletem as novas atitudes essenciais. Ao comparar os resultados obtidos entre a 1ª e a 2ª onda, tivemos um salto considerável dos índices relacionados à atuação dos líderes, evidenciando os avanços no modelo de liderança da Companhia: mais analítico, clientecentrado e humano, e menos hierárquico, de comando e controle.

No ano de virada da Nova Oi, mantivemos nossa atuação em patrocínios, com foco em projetos relacionados a esporte e games. O destaque foi o Oi Rio Pro. Fomos responsáveis pelos links de dados para operar o evento, além do Oi WiFi para a área VIP. Entre os projetos de Games, destaca-se o MEG, do qual fomos patrocinadora máster. Também vale citar a volta da CCXP física. No Prêmio eSports, realizamos a primeira *watch party* para o público remoto.

Já nas redes sociais destaque para conteúdos com influenciadores de Esportes, Games, Fibra e Diversidade, trazendo importantes mensagens ligadas ao negócio e à reputação da marca Oi. No Oi Rio Pro, levamos a Nova Oi e a força da torcida aos conteúdos. No STU Open Rio, amplificamos a democratização e experiência do evento, reforçando os territórios de tecnologia, entretenimento e social da marca.

Durante o MEG, o *video cast* no Youtube Garotas no Controle trouxe a temática da diversidade, abordando a pauta de mulheres no game.

Para fortalecer a reputação de marca, atuamos para naturalizar a diversidade de forma transversal, realizando campanhas como Orgulho LGBTQIAP+, o Mês da PcD, e Consciência Negra. Ainda na estratégia ESG, comunicamos iniciativas e resultados do Oi Futuro, como a classificação do NAVE Recife como a 9ª melhor colocada no Ideb. A Marca Empregadora também foi fortalecida com campanhas como Vagas Tech e programa de estágio.

Como suporte para todos os conteúdos e comunicações da companhia, lançamos em maio de 2022 o blog Oi\_e, que atuou como suporte na estratégia de vendas da Oi, trazendo como diferencial conteúdos que aumentaram a percepção de valores da marca. Todas as iniciativas contribuíram para uma melhora na saúde da marca da Oi, atingindo uma média de 85% de comentários positivos sobre os temas postados, valor 7pp acima da mesma média de 2021.

## **14 – Auditoria Externa**

Nos termos da Instrução CVM nº. 381/2003, informamos que a Oi S.A. e suas controladas contrataram a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Em 2022, não foram contratados serviços de não auditoria com a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

A política da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados aos de auditoria se fundamenta nos princípios de independência e transparência do auditor

externo. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Em cumprimento à Instrução CVM 381, a Oi informa que, em 2022, a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. e suas partes relacionadas, não prestaram serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio de Carta de Independência apresentada periodicamente à Companhia.

# **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**

**Demonstrações Financeiras em  
31 de dezembro de 2022 e de 2021  
e Relatório dos auditores independentes**



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### **Abstenção de opinião**

---

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais da Oi S.A.- Em Recuperação Judicial ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Oi S.A.- Em Recuperação Judicial e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras acima referidas da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

### **Base para abstenção de opinião**

---

Durante o exercício de 2022, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 19.268.496 mil (controladora) e R\$ 19.265.934 mil (consolidado), havia acumulado até 31 de dezembro de 2022, prejuízos de R\$ 57.902.972 mil (controladora e consolidado), bem como apresenta passivo a descoberto de R\$ 21.878.805 mil (controladora) e R\$ 21.846.002 mil (consolidado) e passivos no valor total de R\$ 60.749.459 mil (controladora) e R\$ 51.462.100 mil (consolidado). Conforme descrito nas notas explicativas 1 e 28 às demonstrações financeiras, durante o ano de 2022, a Companhia alienou parcela relevante de seus ativos, correspondentes às operações das UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo. Portanto, a geração futura de caixa operacional suficiente para investimentos e pagamento de suas obrigações depende do sucesso na implementação do Plano Estratégico de negócios das atividades remanescentes "core" da Companhia, readequação da estrutura de custos, bem como da busca e criação de novas fontes de receita, especialmente na área de soluções digitais e conexões de fibra ótica.

Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, após o encerramento do processo da primeira recuperação judicial, ocorrido em 14 de dezembro de 2022, com sentença de encerramento publicada no Diário Oficial de Justiça em 10 de janeiro de 2023, a Companhia, em conjunto com suas controladas holandesas, ajuizou, em 1º de março de 2023, novo pedido de recuperação judicial, em caráter de urgência, deferido em 16 de março de 2023. A Companhia preparou e apresentou o novo Plano de Recuperação Judicial ("novo PRJ") em 19 de maio de 2023. Para o pleno exercício da recuperação judicial, é necessário, ainda, a aprovação do novo PRJ em Assembleia Geral de Credores, a ser realizada em até 150 dias após a publicação da decisão que deferiu a nova recuperação judicial, ou alternativamente, a aprovação por adesão de credores que representem mais da metade do valor dos créditos sujeitos à recuperação judicial aos termos do Novo PRJ, observadas as exceções previstas na Lei. Após essa aprovação, o novo PRJ necessitará ser homologado pelo juízo da recuperação judicial.



Também, conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, com o propósito de facilitar o processo de aprovação do novo PRJ, a Companhia e suas controladas vêm empreendendo esforços, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, mediante a condução de negociações com credores financeiros e não financeiros, visando a repactuação de dívidas, em especial as financeiras, fortalecimento da sua estrutura de capital e otimização de sua liquidez e perfil de endividamento. Essas negociações incluem, entre outros, a assinatura de financiamento extraconcursal na modalidade “*debtor-in-possession*” (DIP), no valor de USD 275 milhões, ocorrida em 21 de abril de 2023, e acordo de apoio à reestruturação e de “*lockup*” com a maioria dos credores financeiros, presentemente em andamento.

Considerando esse conjunto de elementos e a pervasividade envolvida no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, entre outros descritos nas notas explicativas, que remete a um cenário de múltiplas incertezas, as circunstâncias não nos permitem neste momento reunir evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir que o pressuposto de continuidade e a correspondente base para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022 são apropriados.

#### **Assunto adicional – Comparabilidade entre exercícios**

Conforme descrito na nota explicativa 2(d) às demonstrações financeiras, a Companhia identificou e procedeu ajustes nas cifras comparativas de 31 de dezembro de 2021 decorrente de incorreções nos processos de conciliação de saldos contábeis de contas a receber com seus respectivos controles auxiliares. Devido às limitações sistêmicas e de controles internos da Companhia, não foi possível avaliar a necessidade de retroceder os ajustes do contas a receber ao período mais antigo apresentado, 1º de janeiro de 2021. Consequentemente, não foi praticável determinar a existência de eventuais efeitos nos saldos do contas a receber em 1º de janeiro de 2021, que possam ter afetado a apuração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa deste mesmo exercício de 2021, apresentados para fins comparativos.

#### **Outros assuntos**

---

##### **Demonstrações do Valor Adicionado**

Fomos contratados também para examinar, em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Oi S.A.- Em Recuperação Judicial, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de opinião”, também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essa demonstração em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

##### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2(d), foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 04 de maio de 2022, sem ressalvas e com parágrafo sobre incerteza relacionada com a continuidade operacional.

Como parte de nossa contratação para o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, fomos também contratados para examinar o ajuste do saldo de abertura do contas a receber do exercício de 2022, que corresponde ao saldo em 31 de dezembro de 2021. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2021.



## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2023

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Cáren Henriete Macohin  
Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

# Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e passivo a descoberto	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado			2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.579.846	769.582	3.005.731	2.917.251	Fornecedores	18	3.807.462	2.524.735	3.727.918	3.807.053
Aplicações financeiras	8	207.258	185.307	207.258	188.566	Salários, encargos sociais e benefícios		402.972	246.384	590.225	553.850
Instrumentos financeiros derivativos		833	7.175	833	7.175	Instrumentos financeiros derivativos		833	13.830	833	13.830
Créditos com partes relacionadas	26	30.942	2.616.447			Empréstimos e financiamentos	19	1.623.554	436.240	1.623.554	2.900.410
Contas a receber	9	1.841.982	2.894.493	2.042.703	2.472.954	Cessão de créditos			180.327		180.327
Estoques		222.162	188.276	293.728	311.622	Tributos correntes a recolher	10	909		12.631	14.776
Tributos correntes a recuperar	10	217.064	138.436	252.606	297.035	Outros tributos	11	455.870	285.756	493.991	1.538.180
Outros tributos	11	365.441	679.337	377.932	897.338	Dividendos e juros sobre o capital próprio		5.500	825.334	5.500	5.762
Depósitos e bloqueios judiciais	12	510.140	933.644	651.593	1.181.457	Autorizações e concessões a pagar		41.681		41.681	62.553
Dividendos e juros sobre o capital próprio	26	12.282	22.866	23	25	Arrendamentos a pagar	20	620.978	501.229	642.935	676.074
Ativo relacionado aos fundos de pensão	24	779	793	779	2.175	Programa de refinanciamento fiscal		138.060	87.353	139.488	97.888
Despesas antecipadas	13	957.910	548.157	912.781	577.803	Provisões	21	780.116	413.881	955.644	716.764
Demais ativos	14	1.288.673	875.092	1.051.932	736.670	Demais obrigações	22	1.857.180	1.432.931	1.950.641	2.259.791
		<u>8.235.312</u>	<u>9.859.605</u>	<u>8.797.899</u>	<u>9.590.071</u>			<u>9.735.115</u>	<u>6.948.000</u>	<u>10.185.041</u>	<u>12.827.258</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda	28	752.697	3.527.711	752.697	35.043.996	Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda	28				13.569.773
		<u>8.988.009</u>	<u>13.387.316</u>	<u>9.550.596</u>	<u>44.634.067</u>			<u>9.735.115</u>	<u>6.948.000</u>	<u>10.185.041</u>	<u>26.397.031</u>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Créditos com partes relacionadas	26	9.748.188	9.210.285			Fornecedores	18	389.421	209.404	408.813	309.859
Aplicações financeiras	8	10.166	2.612	10.166	9.423	Empréstimos e financiamentos	19	19.761.024	22.913.743	20.678.937	30.082.708
Tributos diferidos a recuperar	10	333.540	5.665.670	323.658	5.758.295	Débitos com partes relacionadas	19 e 26	3.251.863	2.083.239		
Outros tributos	11	574.960	269.882	575.873	711.144	Outros tributos	11	2.227.912	645.741	2.263.652	930.344
Depósitos e bloqueios judiciais	12	4.219.246	3.815.098	4.289.140	4.038.913	Arrendamentos a pagar	20	2.486.247	2.101.487	2.489.147	2.332.100
Ativo relacionado aos fundos de pensão	24	6.101	24.755	6.101	24.755	Programa de refinanciamento fiscal		287.289	158.546	287.289	172.506
Despesas antecipadas	13	956.424	138.462	956.424	342.698	Provisões	21	2.738.129	3.609.133	3.101.335	4.949.889
Demais ativos	14	498.669	459.685	388.356	414.201	Provisões para fundos de pensão	24	897.318	813.401	897.318	813.401
Investimentos	15	9.686.967	6.108.376	8.005.988	27.072	Provisão para patrimônio líquido negativo	15	7.822.136	9.858.280		
Imobilizado	16	3.448.989	13.937.490	5.071.782	16.073.227	Demais obrigações	22	11.153.005	9.876.977	11.150.568	12.685.619
Intangível	17	399.395	3.527.387	438.014	4.001.422			<u>51.014.344</u>	<u>52.269.951</u>	<u>41.277.059</u>	<u>52.276.426</u>
		<u>29.882.645</u>	<u>43.159.702</u>	<u>20.065.502</u>	<u>31.401.150</u>						
<b>Total do ativo</b>						<b>Total do ativo</b>					
		<u>38.870.654</u>	<u>56.547.018</u>	<u>29.616.098</u>	<u>76.035.217</u>						
						<b>Passivo a descoberto</b>					
						23					
						Capital					
						32.538.937					
						Custo de emissão de ações					
						(801.073)					
						Reservas de capital					
						3.948.946					
						Ações em tesouraria					
						(33.315)					
						Prejuízos acumulados					
						(57.902.972)					
						Outros resultados abrangentes					
						370.672					
						<u>(21.878.805)</u>					
						<u>(2.670.933)</u>					
						<u>(21.878.805)</u>					
						<u>(2.670.933)</u>					
						<u>(21.846.002)</u>					
						<u>(2.638.240)</u>					
						<b>Total do passivo a descoberto</b>					
						<u>(21.878.805)</u>					
						<u>(2.670.933)</u>					
						<u>(21.846.002)</u>					
						<u>(2.638.240)</u>					
						<b>Total do passivo e passivo a descoberto</b>					
						<u>38.870.654</u>					
						<u>56.547.018</u>					
						<u>29.616.098</u>					
						<u>76.035.217</u>					

# Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
<b>Receita operacional líquida</b>	4 e 5	9.804.585	6.632.549	10.485.230	10.483.479
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(10.862.774)	(6.865.357)	(10.683.493)	(10.047.604)
<b>Lucro (Prejuízo) bruto</b>		(1.058.189)	(232.808)	(198.263)	435.875
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	5 e 15	(29.215)	(8.291.118)	(2.970)	(3.203)
Despesas com vendas	5	(2.115.448)	(710.222)	(2.004.862)	(2.190.089)
Despesas gerais e administrativas	5	(1.623.473)	(1.205.148)	(1.951.377)	(2.333.204)
Outras receitas operacionais	5	1.634.178	1.562.795	1.665.231	3.127.238
Outras despesas operacionais	5	(1.132.516)	(1.101.028)	(1.523.560)	(3.700.452)
(Perda) / Reversão ao valor recuperável dos ativos	5	(14.249.077)	1.017.506	(14.249.077)	641.371
		(17.515.551)	(8.727.215)	(18.066.615)	(4.458.339)
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos</b>		(18.573.740)	(8.960.023)	(18.264.878)	(4.022.464)
Receitas financeiras	5 e 6	4.052.282	1.226.423	3.577.196	287.059
Despesas financeiras	5 e 6	(7.211.995)	(5.684.226)	(6.935.821)	(9.770.887)
<b>Resultado financeiro</b>	5 e 6	(3.159.713)	(4.457.803)	(3.358.625)	(9.483.828)
<b>Prejuízo antes das tributações</b>		(21.733.453)	(13.417.826)	(21.623.503)	(13.506.292)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	7	(130.565)	(17.188)	(135.446)	(51.016)
Diferido		(2.363.075)	1.941.272	(2.465.582)	2.087.225
<b>Prejuízo das operações continuadas</b>		(24.227.093)	(11.493.742)	(24.224.531)	(11.470.083)
<b>Operações descontinuadas</b>					
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	28	4.958.597	1.062.298	4.958.597	1.062.298
<b>Prejuízo do exercício</b>		(19.268.496)	(10.431.444)	(19.265.934)	(10.407.785)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores		(19.268.496)	(10.431.444)	(19.268.496)	(10.431.444)
Lucro atribuído aos acionistas não controladores				2.562	23.659
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas		(18.764.018)	(10.158.204)	(18.764.018)	(10.158.204)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas		(504.478)	(273.240)	(504.478)	(273.240)
Média ponderada das ações em circulação					
Ações ordinárias – básicas e diluídas		5.799.255	5.796.459	5.799.255	5.796.459
Ações preferenciais – básicas e diluídas		155.915	155.915	155.915	155.915
Prejuízo básico e diluído por ação:	23(d)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas (R\$)		(3,24)	(1,75)	(3,24)	(1,75)
Ações preferenciais – básicas e diluídas (R\$)		(3,24)	(1,75)	(3,24)	(1,75)
Prejuízo básico e diluído por ação – Operações continuadas:	23(d)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas (R\$)		(4,07)	(1,93)	(4,07)	(1,93)
Ações preferenciais – básicas e diluídas (R\$)		(4,07)	(1,93)	(4,07)	(1,93)
Lucro básico e diluído por ação – Operações descontinuadas:	23(d)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas (R\$)		0,83	0,18	0,83	0,18
Ações preferenciais – básicas e diluídas (R\$)		0,83	0,18	0,83	0,18

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(19.268.496)</b>	<b>(10.431.444)</b>	<b>(19.265.934)</b>	<b>(10.407.785)</b>
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Resultado na contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	(150)	3.343	(150)	3.343
Variação cambial de investimentos no exterior	3.274	(6)	822	(9.390)
	3.124	3.337	672	(6.047)
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(18.005)	(15.873)	(18.005)	(15.873)
<b>Resultado abrangente de operações continuadas</b>	<b>(14.881)</b>	<b>(12.536)</b>	<b>(17.333)</b>	<b>(21.920)</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(19.283.377)</b>	<b>(10.443.980)</b>	<b>(19.283.267)</b>	<b>(10.429.705)</b>
Resultado abrangente atribuído ao acionista controlador	(19.283.377)	(10.443.980)	(19.283.377)	(10.443.980)
Resultado abrangente atribuído ao acionista não controlador			110	14.275

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido / (passivo a descoberto) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuído à participação dos controladores						Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Custo de emissão de ações	Reservas de capital	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes			
<b>Em 1 de janeiro de 2021</b>	<b>32.538.937</b>	<b>(801.073)</b>	<b>3.906.771</b>	<b>(33.315)</b>	<b>(28.257.917)</b>	<b>398.089</b>	<b>7.751.492</b>	<b>18.418</b>	<b>7.769.910</b>
Remuneração baseada em ações			21.555				21.555		21.555
Prejuízo do exercício					(10.431.444)		(10.431.444)	23.659	(10.407.785)
Outros resultados abrangentes						(12.536)	(12.536)	(9.384)	(21.920)
<b>Em 31 de dezembro de 2021 - Reapresentado</b>	<b>32.538.937</b>	<b>(801.073)</b>	<b>3.928.326</b>	<b>(33.315)</b>	<b>(38.689.361)</b>	<b>385.553</b>	<b>(2.670.933)</b>	<b>32.693</b>	<b>(2.638.240)</b>
Remuneração baseada em ações			20.620		7.865		28.485		28.485
Prejuízo do exercício					(19.268.496)		(19.268.496)	2.562	(19.265.934)
Equivalência reflexa sobre investimento					47.020		47.020		47.020
Outros resultados abrangentes						(14.881)	(14.881)	(2.452)	(17.333)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>32.538.937</b>	<b>(801.073)</b>	<b>3.948.946</b>	<b>(33.315)</b>	<b>(57.902.972)</b>	<b>370.672</b>	<b>(21.878.805)</b>	<b>32.803</b>	<b>(21.846.002)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
<b>Atividades operacionais de operações continuadas</b>				
Prejuízo antes das tributações	(21.733.453)	(13.417.826)	(21.623.503)	(13.506.292)
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Encargos, rendimentos financeiros, atualizações monetárias e cambiais	1.403.007	2.861.968	1.713.606	6.578.083
Operação com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	115.742	(10.198)	115.742	(10.198)
Depreciação e amortização (Nota 5)	3.859.482	2.672.703	4.222.914	4.125.292
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	737.929	471.492	748.291	1.882.843
Perda / (Reversão) ao valor recuperável dos ativos (Nota 5)	14.249.077	(1.017.506)	14.249.077	(641.371)
Provisões / (Reversões) (Nota 21)	228.766	(123.329)	313.464	195.554
Provisões de obrigações contratuais	1.140.869	1.132.243	1.140.869	1.505.642
Equivalência patrimonial (Nota 5)	29.215	8.291.118	2.970	3.203
Resultado com alienações e baixa de ativos	27.993	(231.816)	73.381	(1.046.814)
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	112.635	87.398	118.574	158.366
Participação de empregados e administradores	129.957	20.167	176.416	90.850
Recuperação de tributos	(118.998)	(41.441)	(125.109)	(79.691)
Atualização monetária de provisões/(reversões) (Nota 21)	296.234	336.007	378.526	726.769
Outros	(46.900)	5.228	(236.334)	125.970
	<u>431.555</u>	<u>1.036.208</u>	<u>1.268.884</u>	<u>108.206</u>
<b>Mutações patrimoniais</b>				
Contas a receber	(349.864)	(391.089)	(318.040)	(367.430)
Estoques	1.753	(6.006)	48.865	7.582
Tributos	347.754	876.805	554.928	941.206
Acréscimos/decréscimos em aplicações financeiras	6.755	15.887	6.793	18.627
Fornecedores	(436.126)	230.339	(592.190)	142.426
Salários, encargos sociais e benefícios	27.512	(100.176)	(111.556)	(260.908)
Autorizações e concessões		(34.556)		(83.673)
Provisões	(912.235)	(332.466)	(975.441)	(599.323)
Variação de ativos e passivos mantidos para venda		34.339		294.676
Outras contas ativas e passivas	(563.094)	51.853	(687.924)	16.305
	<u>(1.877.545)</u>	<u>344.930</u>	<u>(2.074.565)</u>	<u>109.488</u>
Encargos financeiros pagos - Dívida	(1.295.374)	(877.383)	(1.502.998)	(1.248.080)
Encargos financeiros pagos - Arrendamentos	(242.669)	(141.196)	(243.160)	(188.971)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa			(4.167)	(5.858)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(31.115)		(32.415)	(72.937)
	<u>(1.569.158)</u>	<u>(1.018.579)</u>	<u>(1.782.740)</u>	<u>(1.515.846)</u>
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais – Operações continuadas</b>	<u>(3.015.148)</u>	<u>362.559</u>	<u>(2.588.421)</u>	<u>(1.298.152)</u>
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais – Operações descontinuadas</b>				<u>1.187.522</u>
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<u>(3.015.148)</u>	<u>362.559</u>	<u>(2.588.421)</u>	<u>(110.630)</u>

# Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(continuação)	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
<b>Atividades de investimentos – de operações continuadas</b>				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(1.410.472)	(1.824.724)	(1.437.545)	(3.499.879)
Créditos com partes relacionadas – Recebimentos/Liberações	2.658.448	(22.647)		
Aumento de capital em controladas	(5.085.972)	(684.090)		
Recursos obtidos na venda de investimentos e ativos fixos	28.999	528.849	28.333	1.239.713
Depósitos e bloqueios judiciais	(598.008)	(400.778)	(784.341)	(523.333)
Resgates de depósitos e bloqueios judiciais	688.397	524.014	706.274	776.786
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos por incorporação	1.241.411	725.084		
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos – Operações continuadas</b>	<b>(2.477.197)</b>	<b>(1.154.292)</b>	<b>(1.487.279)</b>	<b>(2.006.713)</b>
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos - Operações descontinuadas (Notas 1 e 28)</b>	<b>18.906.077</b>		<b>18.906.077</b>	<b>(2.790.927)</b>
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos</b>	<b>16.428.880</b>	<b>(1.154.292)</b>	<b>17.418.798</b>	<b>(4.797.640)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>				
Captações líquidas de custos				6.412.426
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	(10.976.347)	(2.029)	(10.976.471)	(3.512.716)
Recebimentos/(Pagamentos) de operações de instrumentos financeiros derivativos	(124.791)	10.666	(124.791)	10.666
Programa de refinanciamento fiscal	(83.969)	(68.212)	(84.546)	(81.084)
Arrendamentos	(457.472)	(326.567)	(514.379)	(580.674)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos – Operações continuadas</b>	<b>(11.642.579)</b>	<b>(386.142)</b>	<b>(11.700.187)</b>	<b>2.248.618</b>
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos - Operações descontinuadas (Notas 1 e 28)</b>			<b>(3.154.756)</b>	<b>1.534.006</b>
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>	<b>(11.642.579)</b>	<b>(386.142)</b>	<b>(14.854.943)</b>	<b>3.782.624</b>
Variação cambial sobre equivalentes de caixa	39.111	(5.223)	113.046	(65.044)
<b>Fluxo de caixa do exercício</b>	<b>1.810.264</b>	<b>(1.183.098)</b>	<b>88.480</b>	<b>(1.190.690)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
Saldo final	2.579.846	769.582	3.005.731	2.917.251
Saldo inicial	769.582	1.952.680	2.917.251	4.107.941
<b>Variação no exercício</b>	<b>1.810.264</b>	<b>(1.183.098)</b>	<b>88.480</b>	<b>(1.190.690)</b>

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa

##### a) Transações não caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Varição entre investimento econômico e financeiro (aquisição de imobilizado e intangível)	486.255	317.590	584.983	39.042
Compensação de depósitos judiciais com provisões e ANATEL	160.283	1.451.031	294.896	1.643.060

#### Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamentos

As movimentações de encargos financeiros e liquidação de dívidas resultantes de atividades de financiamentos são apresentadas na Nota 19.

##### b) Incorporação da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”)

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos decorrentes da incorporação da Oi Móvel em 22 de fevereiro de 2022, são apresentados na Nota 1.

##### c) Incorporação da Paggo Administradora Ltda. (“Paggo Administradora”) e BrT Card Serviços Financeiros Ltda. (“BrT Card”)

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos decorrentes das incorporações da Paggo Administradora e BrT Card em 1 de dezembro de 2022, são apresentados na Nota 1.

**Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**  
**Demonstração do valor adicionado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
<b>Receitas</b>				
Vendas de serviços e mercadorias	13.203.134	8.182.287	14.182.485	14.781.167
Descontos incondicionais e devoluções	(1.220.598)	(19.085)	(1.379.852)	(1.406.693)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(73.160)	(15.701)	(83.523)	(90.843)
Outras receitas	1.452.207	1.491.387	1.477.118	3.033.121
	<u>13.361.583</u>	<u>9.638.888</u>	<u>14.196.228</u>	<u>16.316.752</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custos com interconexão	(153.426)	(155.877)	(138.471)	(143.979)
Materiais e energia	(709.980)	(817.984)	(680.762)	(1.119.024)
Custos de mercadorias vendidas			(22.973)	(8.281)
Serviços de terceiros	(5.085.194)	(2.505.646)	(4.464.146)	(4.808.932)
Outros	(103.013)	(94.763)	(124.999)	(175.869)
	<u>(6.051.613)</u>	<u>(3.574.270)</u>	<u>(5.431.351)</u>	<u>(6.256.085)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>7.309.970</u>	<u>6.064.618</u>	<u>8.764.877</u>	<u>10.060.667</u>
<b>Retenções</b>				
Depreciação e amortização	(3.859.482)	(2.672.703)	(4.222.914)	(4.125.292)
Provisões/Reversões (Inclui atualização monetária)	(326.083)	(212.678)	(493.073)	(922.323)
(Perda) / Reversão ao valor recuperável dos ativos	(14.249.077)	1.017.506	(14.249.077)	641.371
Resultado de operações descontinuadas	4.958.597	1.062.298	4.958.597	1.062.298
Outras despesas	(1.621.942)	(2.105.316)	(1.678.588)	(4.238.243)
	<u>(15.097.987)</u>	<u>(2.910.893)</u>	<u>(15.685.055)</u>	<u>(7.582.189)</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<u>(7.788.017)</u>	<u>3.153.725</u>	<u>(6.920.178)</u>	<u>2.478.478</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Equivalência patrimonial	(29.215)	(8.291.118)	(2.970)	(3.203)
Receitas financeiras	4.052.282	1.226.423	3.577.196	287.059
	<u>4.023.067</u>	<u>(7.064.695)</u>	<u>3.574.226</u>	<u>283.856</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>(3.764.950)</u>	<u>(3.910.970)</u>	<u>(3.345.952)</u>	<u>2.762.334</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>Pessoal</b>				
Remuneração direta	(559.759)	(406.997)	(1.167.594)	(1.171.047)
Benefícios	(167.160)	(145.447)	(356.616)	(346.305)
FGTS	(23.543)	(21.183)	(113.461)	(99.703)
Outros	(15.468)	(11.664)	(34.731)	(37.348)
	<u>(765.930)</u>	<u>(585.291)</u>	<u>(1.672.402)</u>	<u>(1.654.403)</u>
<b>Impostos e taxas</b>				
Federais	(2.408.384)	1.835.802	(2.833.432)	1.607.600
Estaduais	(1.669.009)	(1.093.685)	(1.761.207)	(2.377.155)
Municipais	(101.590)	(60.906)	(203.534)	(248.551)
	<u>(4.178.983)</u>	<u>681.211</u>	<u>(4.798.173)</u>	<u>(1.018.106)</u>

**Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**  
**Demonstração do valor adicionado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

(continuação)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b> <b>Reapresentado</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b> <b>Reapresentado</b>
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>				
Juros e demais encargos financeiros	(7.035.968)	(5.410.716)	(6.683.290)	(9.129.496)
Aluguéis, arrendamentos e seguros	(3.522.665)	(1.205.678)	(2.766.117)	(1.368.114)
	(10.558.633)	(6.616.394)	(9.449.407)	(10.497.610)
<b>Remuneração de capitais próprios</b>				
Participações de acionistas não controladores			(2.562)	(23.659)
Prejuízos retidos	19.268.496	10.431.444	19.268.496	10.431.444
	19.268.496	10.431.444	19.265.934	10.407.785
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>3.764.950</b>	<b>3.910.970</b>	<b>3.345.952</b>	<b>(2.762.334)</b>

# Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Oi”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua, desde julho de 1998, nas Regiões I e II do PGO - Plano Geral de Outorgas, exceto os Setores 03, 20, 22 e 25, nas modalidades local e de longa distância nacional, bem como autorizada do STFC na Região III do PGO e nos Setores 03, 20, 22 e 25, nas modalidades local e longa distância nacional. A Companhia também presta serviços de longa distância internacional nas Regiões I, II e III do PGO, com base em autorização outorgada pela Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações (“ANATEL” ou “Agência”).

A Companhia é sediada no Brasil, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Oi ainda possui a autorização para a prestação do SCM – Serviço de Comunicação Multimídia, e do SeAC - Serviço de Acesso Condicionado, em ambos os casos em todo território brasileiro, sendo esta em decorrência da incorporação da sua controlada Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”), que ocorreu em 22 de fevereiro de 2022.

As autorizações para prestação de serviços de telefonia móvel detidas pela Oi Móvel foram objeto de renúncia previamente a essa incorporação, em virtude da alienação da UPI Ativos Móveis em 20 de abril de 2022.

No exterior, a Companhia e suas controladas (conjuntamente, "Grupo Oi"), prestam serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente a sua subsidiária Timor Telecom (Nota 29).

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob os códigos OIBR3 e OIBR4. Os ADR’s - “*American Depositary Receipts*” representativos de ações ordinárias e preferenciais de sua emissão estão sendo negociados no mercado de balcão nos Estados Unidos sob os códigos de negociação “OIBZQ” e “OIBRQ”, respectivamente.

#### **Contratos de concessão**

Os contratos de concessão do STFC em vigor, nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e pela Telemar Norte Leste S.A – Em Recuperação Judicial (“Telemar”), incorporada pela Companhia, em 3 de maio de 2021, possuem vigência até 31 de dezembro de 2025.

A metodologia e cálculos que estabelecem as regras para a migração do regime de concessão para autorização restam pendentes de definição, dado que o trabalho conduzido pela Consultoria contratada pela ANATEL/UIT – União Internacional de Telecomunicações foi aprovado pelo Conselho Diretor da Agência em 2022 e, em março de 2023, analisado pelo Tribunal de Contas da União, tendo este último órgão determinado atualizações e ajustes que estão em tratamento pela ANATEL.

Os eventos relacionados com Contratos de Concessão anteriores ao exercício de 2022 se encontram na divulgação das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Em 30 de dezembro de 2020, a Oi protocolou na ANATEL um Requerimento de Instauração de Procedimento de Arbitragem relativo a temas afetos aos seus Contratos de Concessão. Em 13 de agosto de 2021 a Oi e a ANATEL assinaram o Termo de Compromisso Arbitral definindo o objeto e as regras aplicáveis ao procedimento arbitral a ser conduzido entre as partes. Em 20 de janeiro de 2023 a Oi apresentou a sua Réplica ao Procedimento Arbitral. A ANATEL apresentou a sua Tréplica em 21 de março de 2023. A Audiência de apresentação do processo para a junta arbitral ocorreu em 4 e 5 de maio de 2023. Atualmente, as Partes avaliam o texto da Ordem Procedimental nº 2 que irá reger as regras relativas à Sentença Parcial, já acordada entre as Partes, tratando dos temas que não necessitam de perícia. A expectativa é que a Sentença Parcial seja publicada até setembro de 2023.

Em 22 de fevereiro de 2022, foi publicado no Diário Oficial da União – (“DOU”), o Ato nº 2.802/2022 da ANATEL, pelo qual foram transferidas para a Oi as outorgas então detidas pela sua subsidiária integral Oi Móvel. Em razão da transferência das outorgas, a incorporação da Oi Móvel tornou-se efetiva na referida data, nos termos aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 27 de janeiro de 2022.

Em 18 de outubro de 2021, a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE publicou o Despacho SG Nº 1538/2021, aprovando a Operação UPI InfraCo sem restrições e, em 24 de maio de 2022, após o cumprimento de todas as condicionantes determinadas pela ANATEL, foi expedido o ato de anuência prévia à operação de transferência de controle da V.tal – Rede Neutra de Telecomunicações S.A. (“V.tal”, nova denominação social da Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.) à Globenet Cabos Submarinos S.A (“Globenet”).

Em 9 de junho de 2022, após o cumprimento (ou dispensa temporária) das condições precedentes previstas no Contrato UPI InfraCo, no contexto do cumprimento do Aditamento ao Plano de recuperação Judicial da Oi, ocorreu o fechamento da Operação UPI InfraCo, resultando na alienação parcial do controle da V.tal, que passou a ser controlada pela Globenet, e na prática, na segregação estrutural de parte substancial da rede da Oi (de fibra ótica).

Com a iminência da submissão do segundo Pedido de Recuperação Judicial, após o deferimento do Pedido Cautelar formulado pela Oi no âmbito do Processo de Recuperação Judicial, em 3 de fevereiro de 2023, conforme abaixo detalhado, a ANATEL iniciou procedimentos de acompanhamento visando monitorar a situação financeira e operacional da Companhia inerentes aos termos dos contratos de concessão, conforme Acórdão nº 7/2023, que traz medidas relacionadas à transparência, governança corporativa e controle societário, desempenho econômico-financeiro e operacional, e gestão de ativos e créditos.

### **Autorização Societária**

Em reunião realizada em 22 de maio de 2023, o Conselho de Administração apreciou e aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como autorizou a sua publicação.

### **Renegociação de dívidas com os principais Credores Financeiros da Recuperação Judicial requerida pela Companhia em 2016 (“1ª Recuperação Judicial”)**

Em 27 de outubro de 2022, a Companhia divulgou Fato Relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que contratou a Moelis & Company para auxiliá-la em tratativas com determinados credores visando otimizar o seu perfil de endividamento, em observância ao seu plano estratégico (“Plano

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Estratégico”) e ao plano de recuperação judicial aprovado em assembleia de credores realizada em 19 e 20 de dezembro de 2017, conforme decisão homologatória de 8 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial de Justiça, em 5 de fevereiro de 2018 (“Plano Original” ou “PRJ”), devidamente alterado pelo aditamento ao PRJ (“Aditamento ao PRJ”), aprovado em assembleia geral de credores, realizada em 8 de setembro de 2020, tendo sido homologado pelo juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (“Juízo da Recuperação Judicial”), por meio de decisão proferida em 5 de outubro de 2020 e publicada no Diário Oficial de Justiça, em 8 de outubro de 2020.

Em 14 de dezembro de 2022, nos termos do art. 63 da Lei nº. 11.101/2005 (“Lei das Falências” ou “LRF”), o Juízo da Recuperação Judicial proferiu sentença decretando o encerramento do processo iniciado em 2016 pela Companhia e suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, Oi Móvel, Telemar, Copart 4 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, Copart 5 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (todas extintas por incorporação), Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. – Em Recuperação Judicial (quando em conjunto com a Companhia na 1ª Recuperação Judicial denominadas, “Empresas Oi”), a qual foi publicada no Diário Oficial de Justiça em 10 de janeiro de 2023 (“Sentença de Encerramento”). Após o encerramento da 1ª Recuperação Judicial, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia divulgou Fato Relevante em que informou sobre a celebração de acordos de confidencialidade com determinados Credores Financeiros, abaixo definidos, que previam, ao final do período neles previstos, a divulgação de determinadas informações relevantes e não públicas prestadas a tais credores no contexto de discussões e tratativas envolvendo uma potencial renegociação de certas dívidas da Companhia (“Acordos de Confidencialidade”).

- **Pedido de Tutela de Urgência Cautelar**

Em 31 de janeiro de 2023, a Companhia requereu ao Juízo da Recuperação Judicial, em conjunto com suas subsidiárias holandesas Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial (“PTIF”) e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Coop”) e, em conjunto com a Companhia e a PTIF, as “Requerentes”), o pedido de tutela de urgência cautelar para suspensão da exigibilidade de certas obrigações assumidas pela Companhia, visando dar proteção ao seu caixa, e, conseqüentemente, dar continuidade às negociações com os seus Credores Financeiros de forma equilibrada e transparente (“Tutela de Urgência”).

Em 2 de fevereiro de 2023, o Juízo da Recuperação Judicial deferiu o pedido de Tutela de Urgência para, dentre outras providências, determinar: (i) a suspensão da exigibilidade de todas as obrigações relativas aos instrumentos celebrados com as instituições elencadas no pedido da Tutela de Urgência e todas as entidades de seus respectivos grupos econômicos (seus sucessores e cessionários a qualquer título), bem como a todos os demais instrumentos vinculados às referidas instituições e a todas as entidades de seus grupos econômicos (seus sucessores e cessionários a qualquer título), além de quaisquer instrumentos que possam ser declarados rescindidos e/ou vencidos antecipadamente na data do pedido da Tutela de Urgência; (ii) a suspensão dos efeitos do inadimplemento, inclusive, para reconhecimento de mora; (iii) a suspensão de eventuais pretensões de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão, compensação e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das Requerentes, oriundas de demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como a execução e cobrança de valores de titularidade das Requerentes, que estejam provisoriamente na titularidade de terceiros; (iv) a sustação dos efeitos de toda e qualquer cláusula que, em razão do pedido da Tutela de Urgência, de futuro pedido de recuperação judicial e/ou das circunstâncias inerentes ao seu estado de crise, (a) imponha o vencimento antecipado das dívidas e/ou

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

dos contratos celebrados pelas Requerentes, e/ou (b) autorize a suspensão e/ou a rescisão de contratos com fornecedores de produtos e serviços essenciais para o Grupo Oi, determinando-se que os fornecedores de produtos e serviços essenciais não alterem unilateralmente os volumes de produtos e/ou serviços fornecidos tão somente em razão da Tutela de Urgência, de futuro pedido de recuperação judicial e/ou das circunstâncias inerentes ao seu estado de crise; e (v) a dispensa da apresentação de certidões negativas em qualquer circunstância, inclusive para que as Requerentes exerçam suas atividades e para que obtenham benefícios fiscais.

Em 13 de fevereiro de 2023, o juízo de falências dos Estados Unidos (“Juízo de Falências dos Estados Unidos”) deferiu os pedidos formulados pelas Requerentes, em procedimento visando à concessão de tutela de urgência do Capítulo 15 do Código de Falências dos Estados Unidos, nos termos das Seções 1519, 1521(a)(7), 105(a), e 362 do mesmo diploma legal (“Tutela de Urgência nos EUA”), em decorrência do deferimento da Tutela de Urgência, em curso perante o Juízo da Recuperação Judicial para, dentre outros, suspender a execução/exigibilidade de certas obrigações assumidas pelas Requerentes.

### **Pedido de Recuperação Judicial formulado pela Companhia em 2023 (“Nova Recuperação Judicial”)**

- **Novo Pedido de Recuperação Judicial**

Em 1 de março de 2023, as Requerentes ajuizaram novo pedido de recuperação judicial perante o Juízo da Recuperação Judicial, em caráter de urgência e “*ad referendum*” da Assembleia Geral da Companhia, cujo processamento foi deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial em 16 de março de 2023 para, dentre outras providências, determinar ou ratificar, conforme aplicável: a) a proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das Requerentes, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à Nova Recuperação Judicial, por força da previsão do art. 6º, III, da LRF, bem como do caráter “*erga omnes*” da decisão que defere o processamento da Nova Recuperação Judicial e da competência absoluta do Juízo da Recuperação Judicial; b) a manutenção das fianças judiciais e dos seguros garantia judiciais prestados por terceiros em favor das Requerentes, que tenham por objeto garantir créditos concursais, com a consequente proibição de liquidação e/ou execução de tais instrumentos de garantia de processos, sob pena de violação do princípio da “*pars conditio creditorum*”; e c) a suspensão da eficácia da cláusula “*ipso facto*”, em consideração ao pedido da Nova Recuperação Judicial, inserida em todos os contratos firmados pelas Requerentes, bem como a sustação dos efeitos de toda e qualquer cláusula que, em razão do pedido de recuperação judicial e/ou das circunstâncias inerentes ao seu estado de crise, (i) imponha o vencimento antecipado das dívidas e/ou dos contratos celebrados pelas Requerentes, e/ou (ii) autorize a suspensão e/ou a rescisão de contratos com fornecedores de produtos e serviços essenciais para as Requerentes, determinando-se que os fornecedores de produtos e serviços essenciais não alterem unilateralmente os volumes de produtos e/ou serviços fornecidos tão somente em razão da Nova Recuperação Judicial e/ou das circunstâncias inerentes ao seu estado de crise. O Juízo da Recuperação Judicial também determinou que as Requerentes apresentassem o plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias, contados da data de publicação da decisão no Diário Oficial de Justiça, observados os requisitos da LRF, ou seja, até o dia 19 de maio de 2023.

No Fato Relevante divulgado em 2 de março de 2023, as Requerentes esclareceram que em função de diversos fatores, incluindo (a) a aproximação da data de encerramento dos efeitos da Tutela de Urgência; (b) as negociações ainda em andamento com os Credores Financeiros da Companhia e seus assessores,

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

com a existência de pontos negociais ainda sujeitos à concordância entre as partes que impossibilitavam a Companhia de concluir, até aquele momento, as negociações; (c) o cenário econômico-financeiro em que se encontram a Companhia e suas subsidiárias, com dívidas vencidas e o potencial vencimento antecipado e cruzado de contratos financeiros celebrados; e (d) a necessidade de manutenção da proteção legal contra potenciais execuções de credores e outras medidas contra a Companhia e suas subsidiárias, o pedido de Nova Recuperação Judicial demonstrou-se a medida mais adequada para as Requerentes.

- **Acordo com os principais Credores Financeiros**

Além disso, ainda em 2 de março de 2023, a Companhia informou que, após diversas discussões e tratativas envolvendo uma potencial reestruturação de certas dívidas, chegou, naquela data, a um acordo com os principais Credores Financeiros representando a maioria dos (i) detentores de 10%/12% *Senior PIK Toggle Notes* com vencimento em 2025 emitidas pela Oi, em 27 de julho de 2018, e garantidas, conjunta e solidariamente, por Telemar, Oi Móvel, tendo a TMAR e Oi Móvel sido incorporadas na Companhia em 3 de maio de 2021 e 22 de fevereiro de 2022, respectivamente, Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Coop”) e Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial (“PTIF”) e (ii) titulares de créditos contra a Companhia decorrentes de acordos com Agências de Crédito à Exportação (“*Export Credit Agencies*” – “*ECA Holders*” e, com os “*Noteholders*”, os “Credores Financeiros”), sobre os principais termos e condições comerciais para a reestruturação de certas dívidas da Companhia e um financiamento, a ser concedido para suportar as suas operações em andamento (“Proposta de Reestruturação”).

O financiamento contemplado na Proposta de Reestruturação tratava de um financiamento extraconcursal, em favor da Companhia, na modalidade “*debtor-in-possession*”, no valor de US\$ 275 milhões (“Financiamento DIP”), sendo certo que os termos finais detalhados da Proposta de Reestruturação, incluindo os termos finais do Financiamento DIP, estariam sujeitos a certas condições, incluindo, sem se limitar, (i) o acordo relativo aos documentos definitivos necessários ou esperados para implementar a Proposta de Reestruturação, e (ii) a aprovação pelo Juízo da Recuperação Judicial. Os principais termos da referida proposta foram anexados ao Fato Relevante divulgado na ocasião.

A Companhia informou, ainda na ocasião, que tem a intenção de celebrar um acordo de apoio à reestruturação e de “*lockup*” com a maioria dos credores financeiros (respectivamente, “RSA” e “Credores RSA”) para facilitar a implementação da Proposta de Reestruturação. Conforme os termos do RSA, os Credores RSA se comprometerão a manter seus créditos, a apoiar a reestruturação da Companhia, empenhar esforços para conseguir o apoio de outros credores, e a votar em favor de um Plano de Recuperação Judicial pré-acordado nos termos descritos nos “*term sheets*” já divulgados pela Companhia ao mercado (ou na forma que for posteriormente mais detalhada), a ser apresentado pela Companhia no contexto da Nova Recuperação Judicial.

- **Reconhecimento da Nova Recuperação Judicial no exterior**

Já em relação ao reconhecimento da Nova Recuperação Judicial no exterior, em 28 de março de 2023, a Suprema Corte de Justiça da Inglaterra e País de Gales (“Juízo da Inglaterra e País de Gales”) emitiu ordens reconhecendo, com relação às Requerentes, o novo pedido de recuperação judicial formulado no Brasil, nos termos da LRF, como procedimento principal estrangeiro segundo a Legislação Modelo da UNCITRAL – “*United Nations Commission on International Trade Law*” sobre Insolvência

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Transfronteiriça, conforme estabelecido no Anexo 1 do Regulamento de Insolvência Transfronteiriça de 2006 (S.I. 2006 nº 1030) ("Ordens de Reconhecimento").

As Ordens de Reconhecimento estabelecem que o início ou prosseguimento de procedimentos (incluindo quaisquer ações de execução) na Inglaterra e País de Gales com relação aos ativos, direitos, obrigações e responsabilidades das Requerentes está suspenso a partir de 28 de março de 2023.

Em 29 de março de 2023, foi realizada uma audiência para que a Corte de Falência dos Estados Unidos apreciase os pedidos das Requerentes e, tendo em vista que nenhuma objeção ao reconhecimento foi apresentada, a Corte de Falências dos Estados Unidos proferiu decisão reconhecendo a Nova Recuperação Judicial como um procedimento principal estrangeiro com relação a cada uma das Requerentes. Como consequência do reconhecimento, uma suspensão foi aplicada automaticamente, impedindo o ajuizamento de ações nos Estados Unidos contra as Requerentes e seus bens localizados em território norte-americano, incluindo ações para rescindir ou de outro modo interferir nos contratos operacionais de telecomunicações das Requerentes nos Estados Unidos.

- **Assinatura do DIP**

Em 21 de abril de 2023, a Companhia celebrou o Financiamento DIP, no valor de US\$ 275 milhões com os principais Credores Financeiros, tendo um custo de 14% a.a, sendo 6% PIK e 8% "cash", incluindo "fees" e taxas, representando, no vencimento, um custo "all in" de 23% a.a, com vencimento de 15 meses, contando com a garantia formalizada por meio de alienação fiduciária de ações de emissão da V.tal de titularidade da Companhia. Na referida data, a Companhia aproveitou a oportunidade para informar que continua negociando a documentação definitiva da Proposta de Reestruturação de apoio à reestruturação e "lock-up" acordado com a maioria dos Credores Financeiros, no contexto da Nova Recuperação Judicial, além de tornar pública determinadas informações confidenciais e relevantes compartilhadas com certos Credores Financeiros que seguiram anexas ao Fato Relevante divulgado na referida data, na forma prevista nos Acordos de Confidencialidade.

- **"Status" e Importância da Nova Recuperação Judicial**

O ajuizamento do pedido de Nova Recuperação Judicial é um passo crítico na direção da reestruturação financeira e busca da sustentabilidade de longo prazo das Requerentes e a Companhia reafirma que continuará mantendo regularmente suas atividades, buscando a conquista de novos clientes, a operação e manutenção de suas redes e serviços, o atendimento de sua base de usuários, a contínua busca de eficiência e otimização de suas operações, sempre tentando evitar quaisquer prejuízos, descontinuidade ou intercorrência na prestação de seus serviços.

Cabe informar que o pedido da Nova Recuperação Judicial foi ratificado pelos acionistas em Assembleia Geral realizada, em segunda convocação, no dia 12 de maio de 2023, tendo em vista não ter sido atingido o quórum de instalação, em primeira convocação, da Assembleia Geral convocada para o dia 28 de abril de 2023.

No contexto da Nova Recuperação Judicial, as Requerentes apresentaram a lista dos créditos sujeitos aos efeitos do procedimento recuperacional ("1ª Relação de Credores"). Após a publicação do edital, o credor, ao consultar a referida lista e encontrar eventual inconsistência nas informações ou não encontrar seu crédito listado, poderá apresentar divergência ou habilitação no "site" do Administrador Judicial no prazo de 15 dias, conforme dispõe os artigos 7º e 9º da LRF.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Em paralelo, as Requerentes apresentaram, em 19 de maio de 2023, o novo Plano de Recuperação Judicial (“Novo PRJ”), cujos principais termos e condições gerais estão descritos abaixo.

Após analisar as habilitações de crédito e divergências propostas em face da 1ª Relação de Credores, o Administrador Judicial apresentará a lista de credores revisada (“2ª Relação de Credores”). A partir da publicação da 2ª Relação de Credores, terá início prazo de 10 dias para os credores apresentarem ao Juízo da Recuperação Judicial suas impugnações à 2ª Relação de Credores (“Impugnação”). Concomitantemente, deverá ser aberto prazo de 30 dias para os credores apresentarem suas objeções ao Novo PRJ (“Objeção”).

- **Novo Plano de Recuperação Judicial**

Os créditos concursais sujeitos à Nova Recuperação Judicial, oriundos de fatos geradores anteriores ao pedido de Recuperação Judicial, ou seja, anteriores a 1 de março de 2023, terão os tratamentos previstos no Novo PRJ a ser submetido à votação pelos Credores Concurtais em Assembleia Geral de Credores a ser oportunamente marcada, observados os prazos previstos na LRF. Esse item apresenta, de maneira sintetizada, as principais condições do Novo PRJ.

De acordo com a lei, o Novo PRJ deverá ser aprovado em Assembleia de Credores (“AGC”) a ser realizada em 150 dias após a publicação da decisão que deferiu o processamento da Nova Recuperação Judicial, ocorrida em 16 de março de 2023. Após essa aprovação, o Novo PRJ deverá ser homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial. A AGC poderá ser substituída, por meio da comprovação de adesão de credores que representem mais da metade do valor dos créditos sujeitos à recuperação judicial aos termos do Novo PRJ, nos termos do art. 45-A da LFR, a ser apresentada em até 5 dias antes da realização da AGC.

Na hipótese de o Novo PRJ ser rejeitado em AGC, é possível que os credores apresentem um plano alternativo, desde que observadas certas condições específicas estabelecidas em lei.

No dia 19 de maio de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os termos e condições do Novo PRJ, bem como a sua apresentação nos autos do processo de 2ª Recuperação Judicial. O Novo PRJ estabelece as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômico-financeira das Requerentes e à continuidade de suas atividades, inclusive por meio de (i) equalização de seu passivo financeiro e reestruturação de créditos concursais, com ou sem o oferecimento de garantias, bem como de créditos extraconcursais aderentes que desejarem receber seus créditos nos termos do Plano de Recuperação Judicial, adequando-os à capacidade de pagamento das Recuperandas, mediante alteração no prazo, nos encargos e na forma de pagamento; (ii) previsão da captação de uma dívida extraconcursal de ao menos R\$ 4 bilhões de Reais na forma de um empréstimo extraconcursal superprioritário, nos termos do art. 67 da Lei nº 11.101/2005 e dos termos para a sua garantia firme (“*backstop*”); (iii) prospecção e adoção de medidas a serem negociadas nos instrumentos de dívida a serem firmados durante a recuperação judicial, visando à obtenção de novos recursos, mediante (a) a implementação de eventuais aumentos de capital por meio de subscrição pública ou privada; e (b) contratação de novas linhas de crédito, financiamentos ou outras formas de captação como forma de redução da dívida total da Companhia e o seu refinanciamento; e (iv) potencial alienação de bens do ativo permanente das Recuperandas, sob a forma de UPIs ou não, observadas e/ou obtidas eventuais exigências, autorizações ou limitações regulatórias necessárias.

## **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Para um maior detalhamento dos termos e condições do Novo PRJ, bem como para esclarecer dúvidas, favor consultar o documento disponibilizado no “*site*” da Oi (<https://recjud.com.br>).

No que tange ao mencionado no item (i) acima, foram previstas no Novo PRJ as seguintes condições de reestruturação e pagamento de Créditos Concurtais.

#### **Créditos Trabalhistas – Classe I**

Observado o disposto no art. 45, §3º da LRF, os créditos trabalhistas, incluindo os créditos trabalhistas de titularidade dos credores com ações com depósitos judiciais efetuados e da Fundação Atlântico, não serão afetados e reestruturados nos termos Novo PRJ e as respectivas condições de pagamento permanecerão idênticas àquelas atualmente existentes, conforme o caso, nos termos (i) novados por força do PRJ da 1ª Recuperação Judicial ou (ii) de decisão judicial e/ou administrativa oriunda da Justiça do Trabalho, conforme aplicável, relativa ao pagamento do respectivo crédito trabalhista.

Os Créditos Trabalhistas ainda não reconhecidos ou habilitados na data da homologação judicial do Novo PRJ serão pagos após o trânsito em julgado da decisão que encerrar o respectivo processo e homologar o valor devido, com um período de carência de 180 dias corridos, a contar a data do trânsito em julgado da referida decisão, em cinco parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela após o prazo de carência em questão e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

#### **Créditos Quirografários – Classe III**

Cada credor quirografário titular de créditos da classe III, com exceção daqueles que, nos termos do art. 45, §3º da LRF, não serão afetados e reestruturados nos termos do Novo PRJ, poderá optar, à sua discricionariedade, por ter a totalidade de seus respectivos créditos da classe III pagos ou reestruturados conforme abaixo, sem possibilidade de divisão voluntária do valor do crédito entre as referidas opções e observados os respectivos limites de créditos quirografários.

Os credores quirografários titulares de créditos da classe III no valor total de até R\$ 5.000,00 poderão optar, de acordo com os termos e prazo previstos, pelo recebimento integral do valor do seu respectivo crédito prioritariamente mediante o levantamento do valor de depósito judicial (em caso de processos judiciais envolvendo as Requerentes em cujos autos tenham sido realizados depósitos judiciais), no prazo de 30 dias corridos contados da data da homologação judicial do Novo PRJ, ou em uma única parcela por meio de depósito a ser realizado pelas Requerentes, em moeda corrente nacional, em conta bancária no Brasil a ser indicada pelo respectivo credor quirografário, no prazo máximo de 30 dias corridos contados da data da homologação judicial do Novo PRJ.

Os credores quirografários titulares de créditos da classe III em valor superior a R\$ 5.000,00 também poderão optar, de acordo com os termos e prazo previstos, pelo recebimento do valor total de R\$ 5.000,00, compreendendo, quando for o caso, as custas e despesas processuais incorridas pelo credor quirografário em questão, sendo certo que, ao realizar essa opção, o respectivo credor renunciará automaticamente ao direito de receber o pagamento do valor de seu crédito quirografário que exceder R\$ 5.000,00 e outorgará às Requerentes, no mesmo momento da realização da opção, a mais ampla, rasa, irrevogável e irretroatável quitação pelo recebimento do valor integral dos seus respectivos créditos quirografários.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Além disso, o Novo PRJ prevê duas opções de reestruturação dos créditos da classe III, quais sejam, as Opções de Reestruturação I e II, resumidas abaixo:

Opção de Reestruturação I: Aplicável aos credores quirografários titulares de créditos da classe III que (i) estejam adimplentes com o Compromisso de Não Litigar, conforme definido e previsto no Novo PRJ; e (ii) concordem em participar de novo empréstimo extraconcursal superprioritário nos termos do art. 67 da LRF, no valor total de R\$ 4.000.000 ou USD 750.000.000,00, o que for maior, mediante o envio de termo de adesão (“Novo Empréstimo DIP”).

A reestruturação dos créditos classe III nos termos da Opção de Reestruturação I envolverá a emissão de um novo instrumento de dívida no valor total de até R\$ 10.750.000 (“Dívida *Roll-Up*”), nos termos e condições previstos no Novo PRJ, bem como uma capitalização dos créditos classe III dos credores quirografários que escolherem a Opção de Reestruturação I, após o pagamento de parte de seus créditos mediante a entrega do novo instrumento de dívida emitido. A referida capitalização de créditos ocorrerá no contexto de um aumento de capital da Companhia, por subscrição privada de novas ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições previstos no Novo PRJ.

Opção de Reestruturação II: Alternativamente, os credores quirografários titulares de créditos da classe III que não desejarem assumir o Compromisso de Não Litigar, conforme definido e previsto no Novo PRJ e não quiserem participar do Novo Empréstimo DIP poderão optar por reestruturar seus respectivos créditos classe III nos termos da Opção de Reestruturação II, cujas condições principais são as seguintes (“Dívida *A&E Reinstated*”): (i) 30% do valor total dos referidos créditos classe III alocados nesta opção serão reestruturados mediante a emissão de um novo instrumento de dívida, nos termos e condições previstos no Novo PRJ; e (ii) o saldo remanescente dos referidos créditos classe III alocados nesta opção serão capitalizados no contexto de um aumento de capital da Companhia, por subscrição privada de novas ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições previstos no Novo PRJ.

O Aumento de Capital a ser realizado no contexto das Opções de Reestruturação I e II envolverá a emissão de novas ações que representarão até 80% do capital social total da Oi, cujo preço de emissão será oportunamente calculado e definido pelas Requerentes, observados os parâmetros, termos e condições previstos na Lei nº 6.474/1976 (“Lei das S.A.”), em especial seu art. 170.

Além disso, ambos os novos instrumentos de dívida a serem emitidos no contexto das Opções de Reestruturação I e II serão garantidos por bens e ativos da Oi indicados nos respectivos Anexos constantes do Novo PRJ.

### **Créditos de Fornecedores**

Observado o disposto no art. 45, §3º da LRF, os credores fornecedores que tiveram seus respectivos créditos classe III novados nos termos do PRJ da 1ª Recuperação Judicial não serão afetados e seus respectivos créditos classe III não serão reestruturados nos termos do Novo PRJ, sendo certo que as suas condições de pagamento permanecerão idênticas àquelas atualmente existentes e aplicáveis a tais créditos classe III, conforme novadas por força do PRJ da 1ª Recuperação Judicial.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **Créditos de Fornecedores Parceiros**

Os credores fornecedores parceiros que mantenham o fornecimento às Requerentes de bens, conteúdos, direitos e/ou serviços, conforme aplicável, sem alteração injustificada dos termos e condições praticados até a data do pedido da Nova RJ pelos respectivos credores fornecedores em relação às Requerentes (“Credores Fornecedores Parceiros”), serão pagos na forma abaixo:

(a) Os Credores Fornecedores Parceiros que forem titulares de créditos classe III até o valor total de R\$ 100.000,00 (ou o equivalente em Dólares ou Euros convertidos pela Taxa de Câmbio Conversão), receberão o pagamento da totalidade de seus créditos classe III em uma única parcela, no prazo de 45 dias corridos do término do prazo de escolha da opção de pagamento de crédito estabelecida na forma da cláusula 4.13 do Novo PRJ.

(b) Os Credores Fornecedores Parceiros que forem titulares de créditos classe III em valor superior a R\$ 100.000,00 até o limite de R\$ 1.000.000,00 (ou o equivalente em Dólares ou Euros convertidos pela Taxa de Câmbio Conversão) serão pagos em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo o pagamento da primeira parcela dos respectivos pagamentos no 25º dia do mês subsequente ao desembolso do Novo Empréstimo DIP (conforme definido no Novo PRJ) e as demais parcelas no mesmo dia e mês dos anos subsequentes.

(c) Os Credores Fornecedores Parceiros que forem titulares de créditos classe III em valor superior a R\$ 1.000.000,00 até o limite de R\$ 10.000.000,00 (ou o equivalente em Dólares ou Euros convertidos pela Taxa de Câmbio Conversão) terão seus créditos pagos em 4 parcelas trimestrais iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no 15º dia do 3º mês subsequente ao desembolso do Novo Empréstimo DIP (conforme definido no Novo PRJ) e as demais parcelas no mesmo dia dos períodos subsequentes.

(d) Já os Credores Fornecedores Parceiros que tenham créditos acima de R\$ 10.000.000,00 (ou o equivalente em Dólares ou Euros convertidos pela Taxa de Câmbio Conversão) serão pagos em 4 parcelas semestrais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 28 do 6º mês subsequente ao desembolso do Novo Empréstimo DIP (conforme definido no Novo PRJ) e demais parcelas no mesmo dia dos períodos subsequentes.

Além disso os Credores Fornecedores Parceiros que foram titulares de créditos acima de R\$ 100.000,00 (ou o equivalente em Dólares ou Euros convertidos pela Taxa de Câmbio Conversão) poderão optar, no momento da escolha da opção de pagamento, por receber a totalidade do saldo remanescente de seus respectivos créditos com um desconto de 25% em até 60 dias corridos após o desembolso do Novo Empréstimo DIP.

Sem prejuízo do disposto acima, caso determinado Credor Fornecedor Parceiro deseje receber o pagamento do saldo remanescente de seus Créditos Classe III especificamente em uma das formas previstas nos itens (a) a (d) acima, mas o montante do saldo remanescente de seus Créditos Classe III seja superior ao limite previsto na forma de pagamento desejada, tal Credor Fornecedor Parceiro deverá optar expressamente, de acordo com os termos e prazo previstos na Cláusula 4.13 do Novo PRJ, pelo recebimento do valor total do limite previsto na forma de pagamento desejada, sendo certo que, ao realizar a opção, o respectivo Credor Fornecedor Parceiro renunciará automaticamente ao direito de receber o pagamento do valor de seu Crédito Classe III que exceder o limite previsto na forma de pagamento desejada e outorgará às Recuperandas, no mesmo momento da realização da opção, a mais ampla, rasa,

## **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

irrevogável e irretroatável quitação pelo recebimento do valor integral dos seus respectivos Créditos Classe III.

#### **Créditos Transacionados de Fornecedores**

Os Créditos Transacionados (conforme definido no Novo PRJ) de titularidade dos Credores Fornecedores serão pagos nos termos, condições e prazos atualmente existentes e originalmente negociados e acordados com as Requerentes nos respectivos instrumentos de transação, sem a aplicação de qualquer multa ou penalidade às Requerentes. Eventuais parcelas de pagamentos devidos pelas Requerentes a esses credores que não sejam Créditos Transacionados e que tenham se tornado devidas e não tenham sido pagas pelas Requerentes entre a data do pedido e a data da homologação judicial do Novo PRJ serão pagas tal como os créditos de fornecedores parceiros.

#### **Créditos de Fornecedores “Take or Pay”**

Os Créditos “Take or Pay” com Garantia (conforme definido no Novo PRJ) de titularidade dos Credores Fornecedores serão pagos com um deságio de 50%, em uma única parcela, no último dia útil de fevereiro de 2025 na forma do Novo PRJ.

Já os Créditos “Take or Pay” sem Garantia (conforme definido no Novo PRJ) de titularidade dos Credores Fornecedores serão pagos com um deságio de 50%, nos prazos de pagamento previstos no contrato original de fornecimento celebrado com os respectivos Credores Fornecedores.

#### **Modalidade de Pagamento Geral**

Observado o disposto no artigo 45, §3º da LRF, os credores quirografários que tiveram seus respectivos créditos classe III novados nos termos da modalidade de pagamento geral prevista no PRJ da 1ª Recuperação Judicial não serão afetados e seus respectivos créditos classe III não serão reestruturados nos termos do Novo PRJ, sendo certo que as suas condições de pagamento permanecerão idênticas àquelas atualmente existentes e aplicáveis a tais créditos classe III, conforme novadas por força do PRJ da 1ª Recuperação Judicial. Sem prejuízo do disposto aqui, os créditos classe III (ou os respectivos e eventuais saldos remanescentes) de determinados credores quirografários que se enquadrem nas condições previstas na referida Cláusula da Modalidade de Pagamento Geral prevista no Novo PRJ serão pagos em 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas, sendo a primeira parcela paga em 5 de fevereiro de 2038, corrigidos pela TR, caso sejam créditos classe III em Reais, ou sem incidência de juros, caso sejam créditos classe III em Dólares ou em Euros.

#### **Créditos “Intercompany”**

As Requerentes poderão convencionar forma alternativa de extinção dos créditos “intercompany” nos seus termos e condições originalmente contratados, incluindo encontro de contas na forma da lei, e desde que não envolva desembolso de caixa pelas Requerentes. Referidos créditos remanescentes serão quitados a partir de 20 anos após o término do pagamento dos créditos na Modalidade Geral de Pagamento descrita acima, em 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **Créditos Concursais Agências Reguladoras**

Observado o disposto no art. 45, §3º da LRF, os créditos concursais não tributários de titularidade de agências reguladoras ou decorrentes de obrigações impostas em razão de deliberação de agências reguladoras inscritos em dívida ativa da União não serão afetados e reestruturados nos termos deste Novo PRJ e terão os seus créditos pagos nas formas e condições originais negociados com a Oi e nos termos da legislação pertinente, conforme previsto no PRJ da 1ª Recuperação Judicial. Na hipótese de superveniência de norma legal ou decisão judicial ou arbitral que estabeleça forma alternativa para a quitação dos referidos créditos, as Recuperandas poderão aderir ao novo regime.

#### **Créditos Microempresa – Classe IV**

Observado o disposto no artigo 45, §3º da LRF, os créditos concursais detidos por microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme valores indicados na Relação de Credores, não serão afetados e reestruturados nos termos deste Novo PRJ e as respectivas condições de pagamento permanecerão idênticas àquelas atualmente existentes, conforme o caso, nos termos (i) novados por força do PRJ da 1ª Recuperação Judicial ou (ii) originalmente negociados e acordados com as Requerentes.

Por fim, o Novo PRJ prevê o Novo Empréstimo DIP, no valor total de R\$ 4.000.000 ou USD 750.000.000,00, o que for maior, a ser contratado pela Companhia para viabilizar o pagamento de parte das dívidas das Requerentes imediatamente após a Homologação Judicial do Plano e/ou para manutenção das atividades durante o período de implementação do Novo PRJ. O Novo Empréstimo DIP poderá ser concedido em Real ou em Dólar, por credores quirografários, participantes ou não do Financiamento DIP, bem como por terceiros adquirentes de créditos oriundos do Financiamento DIP, sendo certo que os credores quirografários ou terceiros adquirentes de créditos oriundos do Financiamento DIP poderão assumir, a seu exclusivo critério, o compromisso firme de desembolsar ou de obter compromissos firmes de garantia de desembolso do valor total do Novo Empréstimo DIP, nos termos e condições previstos no Contrato de “*Backstop*” a ser oportunamente divulgado pela Companhia. O Novo Empréstimo DIP deverá ser amortizado no dia 30 de junho de 2027, em uma única parcela. A Companhia irá oferecer bens e ativos em garantia no contexto do Novo Empréstimo DIP, conforme descrito no respectivo Anexo do Novo PRJ, sendo certo que os demais termos e condições do Novo Empréstimo DIP estão descritos no Novo PRJ disponibilizado no “*link*” indicado acima.

As iniciais e a íntegra das decisões judiciais proferidas pelo Juízo da Recuperação Judicial, pelo Juízo de Falências dos Estados Unidos e pelo Juízo da Inglaterra e País de Gales, sejam relativas à Tutela de Urgência e à Recuperação Judicial, encontram-se à disposição dos acionistas da Companhia em seu “*website*” ([www.oi.com.br/ri](http://www.oi.com.br/ri)), bem como no “*website*” da recuperação judicial ([www.recjud.com.br](http://www.recjud.com.br)).

#### **Continuidade das operações**

As Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis, com base na avaliação da Administração sobre a probabilidade (i) de êxito na conclusão de um acordo de apoio à reestruturação e de “*lockup*”- RSA, com a maioria dos Credores Financeiros no processo de recuperação judicial em curso no Juízo da Recuperação Judicial e (ii) da aprovação e homologação do Novo Plano de Recuperação Judicial, apresentado no âmbito da Nova Recuperação Judicial pela Companhia em 19 de maio de 2023.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A Nova Recuperação Judicial, em curso na vigente data, tem por objetivo assegurar a continuidade de suas operações. Tal continuidade foi reforçada em virtude dos seguintes eventos: (i) negociação em curso de um acordo de apoio à reestruturação e de “*lockup*” com a maioria dos Credores Financeiros, para facilitar a implementação da Proposta de Reestruturação sobre os principais termos comerciais e financeiros para a reestruturação das dívidas financeiras, o que reduz de forma significativa as incertezas quanto a potenciais alterações nos valores e condições de pagamento considerados no Novo Plano de Recuperação Judicial; e (ii) contratação junto aos principais Credores Financeiros de financiamento emergencial na modalidade DIP (“*debtor-in-possession*”) no valor de US\$ 275 milhões, com vencimento de 15 meses, que contribuirá para que a Companhia tenha capacidade financeira para honrar com pagamentos no curto prazo; e, (iii) a Companhia se encontra em fase final de negociação com Credores Financeiros para que novos recursos no montante aproximado de R\$ 4.000.000 sejam providos até o fim de 2023, e com prazo de vencimento até 30 de junho de 2027, o que contribuirá para que a Companhia tenha capacidade financeira para quitar o DIP, bem como pagamentos das dívidas e demais passivos no médio prazo.

O fato da Companhia estar em Recuperação Judicial, bem como as incertezas ainda remanescentes quanto ao êxito no cumprimento dos requerimentos necessários para o fim desse processo, que incluem eventos futuros que estão considerados pela Companhia em suas projeções de fluxo de caixa e que podem ser realizados por valores e em momento distinto dos esperados, resultando em potenciais mudanças significativas dos valores projetados de fluxo de caixa para o médio e longo prazo, indicam a existência de incertezas relevantes que poderão suscitar dúvidas sobre a capacidade de continuar em operação.

### Encerramento da 1ª Recuperação Judicial

Em 14 de dezembro de 2022, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu, nos termos do art. 63 da LRF, Sentença de Encerramento.

A Companhia divulgou, então, Fato Relevante informando que a concessão da 1ª Recuperação Judicial representou importante marco para a transformação das operações das Empresas Oi, em busca de sua sustentabilidade de longo prazo, por meio da implementação do seu Plano Estratégico, com foco em (i) aceleração das receitas dos negócios “*core*” e busca e criação de novas fontes de receita; (ii) readequação da sua estrutura de custos; (iii) equacionamento dos passivos operacionais e regulatórios da concessão de telefonia fixa e suas operações legadas; e (iv) provimento de soluções digitais e conexões de fibra ótica que visam melhorar a vida das pessoas e empresas em todo o país.

Ademais, esclareceu que a Sentença de Encerramento atestou o cumprimento das obrigações assumidas no Plano Original e no Aditamento ao PRJ.

No contexto da 1ª Recuperação Judicial, mais de 35 mil credores tiveram seus créditos integralmente quitados pelas Empresas Oi. Além desses credores, também quitaram, por meio da sistemática de pagamentos estabelecida pelo Juízo da Recuperação Judicial, todo o estoque de créditos extraconcursais, cujos pedidos de pagamento haviam sido encaminhados ao administrador judicial.

Em 26 de dezembro de 2022, a Companhia divulgou Fato Relevante informando aos seus acionistas e mercado em geral que concluiu as validações necessárias para o cálculo da Receita Líquida dos Eventos de Liquidez, conforme definido e previsto no Aditamento ao PRJ, para fins de pré-pagamento com o desconto de 55% do valor dos créditos concursais dos Credores Quirografários das Opções de

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Reestruturação I e II, não tendo sido alcançado valor positivo no cálculo da Receita Líquida dos Eventos de Liquidez. Portanto, não foram atendidos os requisitos previstos no Aditamento ao PRJ para realização de tal pré-pagamento, cujo prazo se encerrou no último dia útil do exercício fiscal de 2022. Com isto, a Companhia informou que não realizará o pré-pagamento, permanecendo os créditos concursais dos Credores Quirografários das Opções de Reestruturação I e II reestruturados na forma e nos termos do Plano Original.

Desde o ajuizamento da 1ª Recuperação Judicial, as Empresas Oi implementaram diversas medidas para a reestruturação da sua dívida financeira e para implementação do seu novo plano estratégico de negócios, dentre elas: (i) a implementação de aumentos de capital previstos no PRJ; (ii) a alienação de parte dos seus ativos “*non core*”; e (iii) a alienação de bens do seu ativo não circulante.

Em relação aos principais acontecimentos ocorridos no exercício de 2022, no âmbito da alienação dos ativos não circulante, destacamos os seguintes:

- **Alienação da UPI Ativos Móveis**

Em 20 de abril de 2022, ocorreu o fechamento da Operação UPI Ativos Móveis entre a Companhia e as operadoras Telefônica Brasil S.A. (“Vivo”), TIM S.A. (“Tim”) e Claro S.A. (“Claro” e, em conjunto com Vivo e Tim, “Compradoras”). Mediante o fechamento, a totalidade das ações de emissão da (i) Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. (“Cozani”) foi transferida para a Tim; (ii) Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (“Garliava”) foi transferida para a Vivo; e (iii) Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (“Jonava”) foi transferida para a Claro.

O preço de fechamento ajustado da Operação UPI Ativos Móveis foi de R\$ 15.922.236, correspondendo ao preço base da Operação UPI Ativos Móveis de R\$ 15.744.000, acrescido de ajustes positivos de R\$ 178.236 (“Preço de Fechamento Ajustado da Operação UPI Ativos Móveis”), na forma do Contrato UPI Ativos Móveis, para refletir, entre outros, o montante da dívida líquida e do capital de giro de cada uma das UPIs Móveis transferidas às Compradoras, bem como a redução ou acréscimo, conforme o caso, de valores individualmente acordados entre a Companhia e as Compradoras.

Com o fechamento da Operação, as Compradoras realizaram, na referida data, o pagamento em dinheiro de um montante, em conjunto, de R\$ 14.474.760 (“Preço da Operação” - valor recebido no fechamento) equivalente ao Preço de Fechamento Ajustado da Operação menos o valor de R\$ 1.447.476 (“Valor Retido”), equivalente a 10% do Preço da Operação, retido pelas Compradoras por até 120 dias, na forma do Contrato, para possíveis compensações de valores que a Oi pudesse ter que vir a pagar às Compradoras em função de eventuais ajustes pós-fechamento e de outras obrigações de indenização previstas no Contrato. Como resultado da operação da alienação da UPI Ativos Móveis a Companhia reconheceu um ganho de R\$ 7.908.853 no resultado de operações descontinuadas (Nota 28 (a)).

Adicionalmente ao Preço de Fechamento Ajustado da Operação UPI Ativos Móveis, a Companhia poderá fazer jus, ainda, a um valor contingente adicional líquido de até R\$ 294.608 a ser recebido em caso de atingimento de determinadas metas de migração de bases de clientes e frequências dos quais R\$ 169.608 líquidos já foram recebidos até 31 de dezembro de 2022 e mais R\$ 15.000 até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, restando pendente apenas R\$ 110.000 a ser pago pela TIM.

## **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

As Compradoras também pagaram, na mesma data, o preço de R\$ 586.000, referente aos serviços de transição, que foram prestados pela Companhia, nos termos dos respectivos contratos de prestação de serviços de transição (“Contratos de Prestação de Serviços de Transição”), os quais já refletiam o acordo entre a Companhia e as Compradoras para a retirada de determinados custos relacionados aos serviços de transição do escopo dos Contratos de Prestação de Serviços de Transição. O valor recebido foi reconhecido em Demais obrigações (Nota 22) e é apropriado ao resultado pelo prazo contratual.

Em 17 de setembro de 2022, após as partes concordarem com a prorrogação do prazo para o envio das notificações relativas ao cálculo do Preço de Fechamento, a Companhia recebeu das Compradoras notificação contendo um demonstrativo de cálculo para um ajuste de preço a R\$ 3.186.922 negativo (valor este, superior ao total do Valor Retido).

A Companhia divulgou Fato Relevante em 19 de setembro de 2022 informando que discordava veementemente do ajuste de preço sustentado pelas Compradoras, por apresentar erros procedimentais e técnicos, havendo equívocos na metodologia, nos critérios, nas premissas e na abordagem adotados pelas Compradoras e seu assessor econômico KPMG Assessores Ltda. (“KPMG”). Além disso, a Companhia notificou as Compradoras apontando o não cumprimento dos termos e condições dos documentos da Operação UPI Ativos Móveis, uma vez que as Compradoras deixaram de apresentar documentos e informações obrigatórios para a notificação de Ajuste Pós-Fechamento, como expressamente exigidos nos documentos da Operação UPI Ativos Móveis.

Adicionalmente, ainda em 17 de setembro de 2022, a Companhia informou que também recebeu das Compradoras, uma Notificação de Indenização, na qual as Compradoras alegam um Valor Global das Perdas Conhecidas para fins de Indenização de Revisão dos Inventários Móveis, no montante de R\$ 353.269, com o qual a Companhia discordou. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia contranotificou as Compradoras sua discordância integral quanto ao pedido de Indenização de Revisão dos Inventários Móveis, detalhando seus fundamentos e justificativas para tanto, sustentando não haver qualquer Valor Global das Perdas Conhecidas a ser retido, compensado ou pago.

A partir de 5 de outubro de 2022, as Partes iniciaram reuniões com vistas a alcançar uma solução amigável a respeito das Perdas notificadas pelas Compradoras por meio da Notificação de Indenização de 17 de setembro de 2022, contestadas integralmente pela Companhia, conforme notificação enviada no dia 30 de setembro de 2022.

A requerimento da Companhia, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro deferiu o pedido cautelar requerido pela Oi, determinando a intimação das Compradoras para o depósito do valor de R\$ 1.527.801, sendo R\$ 515.565 pela Telefônica, R\$ 342.705 pela Claro e R\$ 669.530 pela Tim, em conta vinculada ao processo de recuperação judicial (“Decisão Cautelar”).

O Juízo da Recuperação Judicial também determinou a imediata instauração de procedimento de mediação, com vista à tentativa de composição amigável do litígio entre a Oi e as Compradoras, o que foi rejeitado pelas Compradoras por meio de petição apresentada em 20 de outubro de 2022.

Após uma série de recursos por parte das Compradoras infrutíferos, em 19 de outubro de 2022 a Tim depositou em juízo o montante de R\$ 669.530, em 20 de outubro de 2022 a Telefônica depositou em juízo o montante de R\$ 515.565, e em 25 de outubro de 2022 a Claro depositou em juízo o montante de R\$ 342.705, todos referentes ao Valor Retido.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Nada obstante o prazo e procedimentos previstos em contrato para que as partes tentassem alcançar, de boa-fé, um acordo quanto ao tratamento a ser dado em relação ao ajuste pós-Fechamento e à Perda notificada, em 3 de outubro de 2022, as Compradoras apresentaram requerimento de instauração de procedimento de arbitragem em face da Oi, na Câmara de Arbitragem do Mercado, sob alegação de suposto descumprimento contratual por parte da Companhia no que se refere aos procedimentos de ajuste de preço previstos no Contrato UPI Ativos Móveis. Em 20 de outubro de 2022, a Companhia apresentou Resposta ao Requerimento de Instauração de Arbitragem, aceitando a instauração da mesma e apresentando seus pedidos contrapostos. Atualmente as partes seguem implementando os procedimentos preliminares para a instauração de arbitragem, sendo certo que, até o momento, o Tribunal Arbitral ainda não foi constituído.

Com base na avaliação da Companhia e de seus consultores jurídicos, dado o estágio preliminar, a expectativa de perda deste processo é classificada como possível (Nota 21 – Passivo contingente).

- **Dívidas liquidadas por conta do fechamento da Operação UPI Ativos Móveis**

Em 20 de abril de 2022, foi concluída a venda da UPI Ativos Móveis. Como parte do recebimento desses recursos, e conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, na mesma data foi realizada a quitação integral de suas dívidas junto ao BNDES, no valor de R\$ 4.640 milhões. Adicionalmente, em linha com o previsto na escritura das debêntures segunda emissão da Oi Móvel foi feito o pagamento antecipado desta dívida, no valor de R\$ 2.356 milhões. Por fim, também nesta data foi encerrada a oferta pública mandatária para o “*Bond*” sênior 2026, conforme previsto em sua “*indenture*”, com adesão de 98,71% do total do principal em circulação, o que representa cerca de US\$ 869 milhões de principal (R\$ 4.109 milhões).

- **Celebração de “*Term Sheet*”: Transferência da Base DTH (“*Direct To Home*”) e Utilização da infraestrutura IPTV (“*Internet Protocol Television*”)**

O Aditamento ao PRJ previu a alienação de ativos, passivos e direitos relacionados ao negócio de TV por assinatura, descritos no seu Anexo 5.3.5, estabelecendo, ainda, a possibilidade de alienação dos referidos ativos de forma conjunta mediante constituição da UPI TVCo ou por outra modalidade prevista na Lei nº 11.101/2005, nos termos da Cláusula 5.1 do Aditamento ao PRJ.

Em 28 de abril de 2022, a Companhia celebrou com a Sky Serviços de Banda Larga Ltda. (“Sky”) “*Term Sheet*” (“Instrumento”) para (i) permitir eventual transferência da integralidade da base de clientes pós-pagos de DTH, em continuidade à sua estratégia de desinvestimento do negócio de TV por assinatura com base na tecnologia DTH; e (ii) a utilização da infraestrutura de IPTV da Oi e a prestação de serviços com relação a essa infraestrutura pela Sky, com o compartilhamento das receitas auferidas entre Oi e Sky (“Operação TVCo”).

De acordo com o Instrumento, e sujeito ao implemento das condições precedentes para o fechamento da Operação TVCo, as quais serão previstas nos Contratos Definitivos da Operação TVCo (“CPs TVCo”), a Sky se comprometeu a adquirir a Base DTH da Oi e a Oi concordou em transferir a Base DTH para a Sky, bem como concordou em prestar à Sky os serviços relacionados à Infraestrutura IPTV. Os termos e condições exatos da Operação TVCo estarão contidos nos contratos definitivos a serem discutidos entre a Oi e a Sky.

## **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Em 1 de setembro de 2022, o Juízo da Recuperação Judicial autorizou a venda direta da Operação TVCo para a Sky, sem a formatação de UPI tal como originalmente proposta na Cláusula 5.3.5 do Aditamento ao PRJ, livre de todo modo de quaisquer ônus e sem sucessão do adquirente nas obrigações das Empresas Oi, nos termos do art. 66, § 3º, e 142, V, da Lei nº 11.101/2005.

A efetiva conclusão da Operação TVCo está sujeita, ainda, à obtenção de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, bem como ao cumprimento das CPs TVCo.

### **Instrumento de Repactuação e Transação Celebrado com a ANATEL**

Em 31 de maio de 2022, a Companhia celebrou com a ANATEL, um instrumento de repactuação e transação acerca de débitos não tributários, inscritos em dívida ativa da união até a data de celebração do instrumento, no valor de R\$ 20.237.715, nos termos da Lei nº 13.988/2020 combinada com a Lei nº 14.112/2020, incluindo multas, encargos e juros de mora aplicáveis.

O instrumento de repactuação e transação, que abrange tanto o saldo dos débitos não tributários, objeto do termo de transação assinado em 27 de novembro de 2020, quanto a repactuação dos novos débitos junto à ANATEL, prevê desconto de 54,99% sobre o valor de cada um desses débitos, incluindo o valor do principal devido, de forma que o débito total a ser pago pela Companhia passa a ser de R\$ 9.109.202. Do referido valor será deduzido o montante quitado pela Companhia por meio dos depósitos judiciais já convertidos em renda e apropriados pela ANATEL, resultando no saldo devedor de R\$ 7.335.223, que deverá ser quitado em 126 parcelas não lineares, a primeira delas com vencimento no mês da assinatura do acordo e a segunda após o decurso do período de 6 meses de carência. Com isso, o vencimento da última parcela ocorrerá em abril de 2033, representando um alongamento significativo do prazo de pagamento estabelecido na transação anterior, que chegaria ao final em outubro de 2027. O valor a pagar a ANATEL está registrado em Demais obrigações (Nota 22), descontado a valor presente a taxa de desconto de 17,07% a.a..

Mediante o pagamento das parcelas, a ANATEL conferirá a Companhia ampla, completa, geral, rasa e irrevogável quitação em relação aos débitos não tributários não pagos e/ou objeto das execuções fiscais, conforme listados no instrumento de repactuação e transação.

O referido instrumento representa o cumprimento de mais uma importante etapa do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, viabilizando o encerramento de um grande número de processos judiciais e administrativos.

### **Alienação Parcial UPI InfraCo - Celebração de Acordo de Investimento e Outras Avenças**

Em 9 de junho de 2022, ocorreu o fechamento da operação de alienação parcial da UPI InfraCo para a Globenet Cabos Submarinos S.A. (“Globenet” ou “Investidor”), com a interveniência da V.tal, BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP, na qualidade de acionistas do Investidor (“Operação UPI InfraCo”).

O fechamento da Operação UPI InfraCo contemplou, na data de fechamento, a contribuição das seguintes parcelas:

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- (i) Parcela Primária: em 9 de junho de 2022, houve a subscrição e integralização pelo Investidor de 1.031.715.633 ações ordinárias representativas do capital social votante da V.tal, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 1.776.100;
- (ii) Parcela Secundária: em 9 de junho de 2022, houve a aquisição pelo Investidor de 4.653.030.940 ações ordinárias detidas pela Oi representativas do capital social votante da V.tal, mediante pagamento de um montante em dinheiro de R\$ 8.010.200, a ser pago pelo Investidor em até 3 parcelas, sendo R\$ 4.261.709, pagos naquela data e o restante a ser pago até 2023, nos termos previstos no Acordo de Investimento da Operação UPI InfraCo. Conforme o referido acordo, o pagamento da segunda e terceira parcela do componente secundário do preço de aquisição ocorreu em 2 de dezembro de 2022 e 17 de janeiro de 2023, respectivamente, com a compensação de parte do passivo relativo ao acordo de fornecimento de capacidade de transmissão com a V.tal.

Desta forma, na data de fechamento, a Globenet passou a deter 51% das ações representativas do capital social total da V.tal, e a Oi, 49% das mesmas ações.

Numa segunda etapa, após o fechamento, foram realizadas ainda, as seguintes contribuições adicionais à V.tal pela Globenet, tal como previstas no Contrato UPI InfraCo:

- (iii) Parcela Primária Adicional – I: em 13 de junho de 2022, houve subscrição e integralização pela Globenet de 730.895.780 ações ordinárias, representativas do capital social votante da V.tal, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 1.258.238;
- (iv) Incorporação do Investidor: em 30 de junho de 2022, houve incorporação da Globenet pela V.tal, com a emissão de 882.253.051 ações ordinárias pela V.tal, representativas do capital social votante da V.tal, mediante versão do acervo líquido da Globenet no valor de R\$ 2.878.527. Com a conclusão da incorporação, o investimento na V.tal passou a ser detido pelo BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP e pela Companhia; e
- (v) Parcela Primária Adicional – II: em 6 de julho de 2022, houve subscrição e integralização pelo BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e pelo BTG Pactual Economia Real Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia de 209.119.763 ações ordinárias, representativas do capital social votante da V.tal, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 361.849. Neste mesmo ato, a Companhia renunciou expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao seu direito de preferência na subscrição de ações de emissão da V.tal decorrentes desta Parcela Primária Adicional II.

Ainda, em 23 de junho de 2022, a Companhia recebeu o pagamento no valor correspondente a R\$ 2.736.188 referente ao crédito extraconcursal de acordo com a Cláusula 5.3.8.1 do Aditamento ao PRJ (Nota 26).

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

As partes, ainda no fechamento, realizaram as verificações e cálculos necessários sobre cada um dos componentes financeiros e operacionais previstos no Contrato UPI InfraCo (tais como endividamento, capital de giro, número de HPs e HCs entregues, OPEX e CAPEX realizados, entre outros) para fins de determinação do ajuste de preço cabível, a ser aplicado através do exercício de bônus de subscrição pelo Investidor, na forma da Clausula 6 do Contrato. Como resultado destas negociações, as partes concordaram em efetuar ajustes de preços limitados a 7,38% do total de ações representativas do capital social total e votante da V.tal, a serem realizados em favor da participação da Globenet (“Ajuste de Participação”) da seguinte forma: (i) em até 30 dias, contados do fechamento, um ajuste de participação de 3,65% do capital social total e votante da V.tal; e (ii) em 31 de julho de 2023, um ajuste de participação de até 3,73% do capital social total e votante da V.tal, em função da aplicação e apuração das condições mais favoráveis para a Oi negociadas no contrato FTTH, como acima mencionado, durante este período. Posteriormente, foram realizados os seguintes aportes adicionais, inclusive em função do Ajuste de Participação referido no item (i) do parágrafo imediatamente acima:

- (i) Aumento Adicional I: em 21 de junho de 2022, houve subscrição e integralização pela Globenet de 237.925.291 ações ordinárias, representativas do capital social votante da V.tal, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 300.000. Neste mesmo ato, a Companhia renunciou expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao seu direito de preferência na subscrição de ações de emissão da V.tal decorrentes deste Aumento Adicional I, sem prejuízo do direito de recompor sua participação no capital social da V.tal, detida no momento imediatamente anterior à implementação deste Aumento Adicional I, mediante aumento do capital social da V.tal pela Companhia (“Aumento de Capital – Recomposição Oi”), nos termos da Cláusula 2.3.9.7 do Termo de Fechamento; e
- (ii) Aumento Adicional II: em 6 e julho de 2022, houve exercício dos bônus de subscrição nº 1 e 7, Série B, realizado pelos acionistas BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP e FIP Economia Real, com conseqüente emissão de 1.231.313.548 ações ordinárias, representativas do capital social votante da V.tal, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 2,00.

Aumento de Capital – Recomposição Oi: em 5 de agosto de 2022, houve subscrição e integralização pela Companhia de 126.619.269 ações ordinárias, representativas do capital social votante da V.tal, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 159.654 (o Aumento de Capital – Recomposição Oi indicado acima). Neste mesmo ato, os acionistas BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP e BTG Pactual Economia Real Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia renunciaram expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao seu direito de preferência na subscrição de ações de emissão da V.tal decorrentes do Aumento de Capital – Recomposição Oi.

Como resultado da operação da alienação da UPI InfraCo a Companhia reconheceu um ganho de R\$ 537.349 no resultado de operações descontinuadas, decorrente da venda parcial de sua participação societária na UPI Infraco, bem como reconheceu um ganho de R\$ 277.793, proveniente da remensuração a valor justo da parcela de investimento ainda mantida pela Companhia, na data da perda do controle, em junho de 2022, vide (Nota 28 (a)).

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A Oi informou, ainda, que, com a conclusão da Operação UPI InfraCo, ocorreu na mesma data a quitação integral de todos os compromissos das debêntures conversíveis em ações preferenciais, da espécie com garantia real, para colocação privada, da 1ª emissão da V.tal (“Debêntures”), no valor total atualizado de R\$ 3.526.285, cujo pagamento foi efetuado com recursos provenientes da Parcela Secundária, que foram aportados pela Oi na V.tal, e utilizados para a recompra das ações preferenciais da V.tal que passaram a ser detidas pelos Debenturistas após a conversão das debêntures em ações da V.tal, em linha com o disposto na Escritura de Emissão das Debêntures.

Em 14 de outubro de 2022, nos termos previstos no Acordo de Investimento da Operação UPI InfraCo e no Termo de Fechamento, a Companhia recebeu da V.tal relatório com a apuração do Valor Final – Parcela Não Apurada do Ajuste *Lock-Box*, bem como a respectiva memória de cálculo (“Notificação do Ajuste *Lock-Box*”).

Conforme Fato Relevante divulgado na mesma data, o Valor Final do Ajuste *Lock-Box* totalizou R\$ 1,4 bilhão para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2022 e 9 de junho de 2022, não apresentando, dessa forma, variações materiais em relação ao estimado pelas partes na Data de Fechamento da Operação UPI InfraCo e já aportado pela Companhia na V.tal, de modo que, em 6 de dezembro de 2022, a Companhia notificou à V.tal informando que está de acordo com o Valor Final – Parcela Não Apurada, no montante de R\$ 131.443.

Em 25 de novembro de 2022, foram celebrados contratos vinculantes para a realização de um aumento de capital na V.tal no valor de R\$ 2,5 bilhões, a um preço de emissão de R\$ 1,42 e fração por ação. O aumento de capital foi subscrito e integralizado em dinheiro pelo FIP Master com recursos provenientes do *Canada Pension Plan Investment Board*, uma organização independente com um portfólio global de CAD\$ 529 bilhões (“CPPIB”) em 15 de dezembro de 2022.

Como resultado do aumento de capital da V.tal, a participação da Companhia em seu Capital votante e total passou a ser de 34,12%.

### **Celebração de Contrato de Compra e Venda da SPE Torres 2 (Lemvig) para “sites” de infraestrutura de telecomunicações da operação fixa**

Em 29 de julho de 2022, a Companhia recebeu proposta vinculante da NK 108 Empreendimentos e Participações S.A. (“NK 108”), afiliada da Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A., para a aquisição de 8.000 “sites” de infraestrutura de telecomunicações da operação fixa, especificados na referida proposta, acompanhados de todos seus ativos, contratos, direitos, obrigações, licenças e demais equipamentos necessários para a sua operação (“Itens de Infraestrutura”), na forma da aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Lemvig RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. (“Lemvig”) para cujo capital social a Companhia contribuiu os Itens de Infraestrutura.

Em 22 de agosto de 2022, realizou-se no Juízo da Recuperação Judicial a audiência para abertura de propostas fechadas apresentadas no âmbito do procedimento competitivo de alienação da Lemvig, quando não foram apresentadas outras que não a Proposta Vinculante da NK 108. Assim, a NK 108 foi declarada vencedora do procedimento competitivo de alienação da SPE Torres 2, após manifestações favoráveis do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do Administrador Judicial.

## **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Assim, em 7 de dezembro de 2022, a Oi e a NK 108 celebraram o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato Torres 2”), com interveniência da Lemvig, tendo por objeto a alienação das ações de emissão da Lemvig à NK 108 (“Operação Torres 2”), no valor de até R\$ 1.697.000, sujeito a eventuais ajustes no preço e retenções nos termos do Contrato Torres 2, dos quais até R\$ 1.088.000 serão pagos na data de fechamento da Operação e até R\$ 609.000 serão pagos até 2026, a depender da quantidade futura de Itens de Infraestrutura a serem utilizados após 2025 e de outras condições contratuais.

O CADE aprovou a Operação Torres 2, sem restrições, em 5 de janeiro de 2023, e em 22 de fevereiro de 2023 a ANATEL concedeu a respectiva anuência prévia para substituição dos bens reversíveis alienados por bens de terceiros, com condicionantes, dentre as quais uma relevante subsiste – a restrição do uso do valor procedente da venda das Torres reversíveis tão somente aos pagamentos associados aos aluguéis das ditas Torres previstas na operação, dentre outras condições contratuais.

### **Incorporação da Oi Móvel pela Companhia, nos termos do PRJ**

Em 27 de janeiro de 2022, foi realizada AGE da Oi, na qual foi aprovada a operação de incorporação da Oi Móvel pela Companhia, condicionada (i) concessão pela ANATEL de anuência prévia para a operação e a publicação pela ANATEL, no DOU, do ato de transferência, para a Oi, da outorga do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) detida pela Oi Móvel e consolidação da outorga de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) com aquela já detida pela Oi; e (ii) obtenção da autorização do Debenturista da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória em Série única, para Colocação Privada, da Oi Móvel.

Em 22 de fevereiro de 2022, foram integralmente verificadas as condições para a incorporação da Oi Móvel pela Companhia, que foi implementada e tornou-se efetiva na mesma data.

Com a referida Incorporação, o acervo líquido da Oi Móvel, avaliado em R\$ 1.073.719, conforme laudo de avaliação de seu patrimônio líquido contábil em 30 de setembro de 2021, foi incorporado ao patrimônio da Companhia. No entanto, por tratar-se de incorporação de companhia cujas ações são integralmente detidas pela Oi, a referida Incorporação não resultou em aumento do patrimônio líquido da Oi, tendo em vista que a Oi já possuía o registro consolidado da Oi Móvel nas suas demonstrações financeiras consolidadas, por equivalência patrimonial, de modo que a Companhia não teve seu capital social alterado em decorrência da Incorporação Oi Móvel.

As mutações patrimoniais ocorridas na Oi Móvel no período compreendido entre a data do balanço que serviu de base para a determinação do acervo líquido cindido e a data da aprovação da operação foram apropriadas pela Oi Móvel, exceto a equivalência patrimonial do mencionado período, que foi apropriada pela Companhia, conforme Protocolo e Justificação.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos da Oi Móvel em 22 de fevereiro de 2022 decorrentes da incorporação, estão resumidos abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa	1.229.055
Aplicações financeiras	10.086
Contas a receber	2.603.897
Estoques	27.007
Tributos a recuperar	659.633
Dividendos e juros sobre capital próprio	802.916
Depósitos e bloqueios judiciais	287.596
Despesas antecipadas	757.734
Investimentos	7.578.476
Imobilizado	2.411.716
Intangível	481.121
Empréstimos e financiamentos	(9.252.113)
Fornecedores	(3.075.758)
Tributos a recolher	(1.622.956)
Arrendamentos a pagar	(239.481)
Provisões	(1.061.165)
Outros ativos e passivos	(2.796.056)
<b>Acervo líquido incorporado</b>	<b>(1.198.292)</b>

A incorporação da Oi Móvel na controladora não afeta as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

### **Incorporação das empresas Paggo Administradora, BrT Card, e Bér gamo Participações Ltda. (“Bér gamo”) pela Companhia**

Em 1 de dezembro de 2022, foi realizada AGE da Oi, na qual foram aprovadas as operações de incorporação das empresas Paggo Administradora, BrT Card, e Bér gamo pela Companhia, sendo as incorporações da BrT Card e Paggo Administradora com eficácia imediata e a incorporação da Bér gamo com eficácia a partir de 2 de janeiro de 2023.

Os acervos líquidos das respectivas empresas, conforme laudo de avaliação de seu patrimônio líquido contábil, foram incorporados ao patrimônio da Companhia. Por se tratarem de subsidiárias integrais da Oi, as referidas incorporações não resultaram em aumento do patrimônio líquido da Companhia.

As mutações patrimoniais ocorridas no período compreendido entre a data do balanço que serviu de base para a determinação dos acervos líquidos e a data da aprovação das operações foram apropriadas pela Companhia, conforme Protocolo e Justificação.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos decorrentes das incorporações, ocorridas em 1 de dezembro de 2022, estão resumidos abaixo:

	<b>Paggo Administradora</b>	<b>BrT Card</b>
Caixa e equivalentes de caixa	11.805	551
Contas a receber	329.877	
Estoques	29.393	
Tributos a recuperar	23.751	163
Depósitos e bloqueios judiciais	7.528	
Imobilizado	1.141	
Fornecedores	(860.824)	
Tributos a recolher	(3.146)	(3)
Provisões	(12.892)	
Outros ativos e passivos	(150.962)	(206)
<b>Acervo líquido incorporado</b>	<b>(624.329)</b>	<b>505</b>

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos da Bérghamo serão reconhecidos por incorporação na Companhia em 2 de janeiro de 2023, e estão resumidos abaixo:

	<b>Bérghamo</b>
Imobilizado	1.402.749
Intangível	19.870
<b>Acervo líquido incorporado</b>	<b>1.422.619</b>

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Empresas subsidiárias da Companhia

As participações detidas no capital das subsidiárias da Companhia, estão demonstradas abaixo:

### Empresas relacionadas às operações continuadas

Empresa	Atividade	País sede	Direta 2022	Indireta 2022	Direta 2021	Indireta 2021
Oi Holanda	Obtenção de fundos no mercado internacional	Holanda	100%		100%	
PTIF	Obtenção de fundos no mercado internacional	Holanda	100%		100%	
CVTEL, BV	Gestão de investimentos	Holanda	100%		100%	
Carrigans Finance S.à.r.l.	Gestão de investimentos	Luxemburgo			100%	
Rio Alto Gestão de Créditos e Participações S.A. (“Rio Alto”)	Gestão de carteira de direitos creditórios e participação em outras sociedades	Brasil	100%		100%	
Oi Serviços Financeiros S.A. (“Oi Serviços Financeiros”)	Serviços financeiros	Brasil	100%		100%	
Oi Soluções S.A.	Prestação de serviço de telecomunicações e serviço de tecnologia da informação, no Brasil e no exterior	Brasil	100%		99,80%	0,20%
Paggo Empreendimentos S.A.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil				100%
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil				100%
Paggo Administradora Ltda.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil				100%
Serede – Serviços de Rede S.A. (“Serede”)	Serviços de rede	Brasil	100%		99,12%	0,88%
Brasil Telecom Call Center S.A. (“Tahto”)	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing	Brasil	100%		100%	
BrT Card Serviços Financeiros Ltda.	Serviços financeiros	Brasil			99,99%	0,01%
Pointer Networks S.A. (“Pointer”)	Internet Wifi	Brasil	100%			100%
Lemvig RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.	Infraestrutura passiva própria para exploração de serviços de telecomunicações por terceiros	Brasil	100%		0,05%	99,95%
Bérgamo Participações Ltda. (*)	Prestação de serviços de telecomunicações e participação em outras sociedades	Brasil	100%			
VEX Venezuela C.A	Internet Wifi	Venezuela				100%
VEX USA Inc.	Internet Wifi	Estados Unidos da America				100%
VEX Ukraine LLC	Internet Wifi	Ucrânia		40%		40%
PT Participações, SGPS, S.A. (“PT Participações”)	Gestão de participações sociais	Portugal	100%		100%	
Oi Investimentos Internacionais S.A. (“Oi Investimentos”)	Serviços de consultoria e gestão de negócios, elaboração de projetos e estudos econômicos e gestão de investimentos	Portugal		100%		100%
Africatel GmbH & Co.KG.	Gestão de investimentos	Alemanha				100%
Africatel GmbH	Gestão de investimentos	Alemanha		100%		100%
Africatel Holdings, BV	Gestão de investimentos	Holanda		86%		86%
TPT - Telecomunicações Publicas de Timor, S.A. (“TPT”)	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimídia e tecnologias de informação em Timor	Portugal		76,14%		76,14%
Timor Telecom, S.A. (**)	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor	Timor		44%		44%

\*Vide Nota 1.

\*\*Vide Nota 29.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Empresas/Negócios classificados como ativos mantidos para venda e relacionadas às operações descontinuadas

Empresa	Atividade	País sede	Direta 2022	Indireta 2022	Direta 2021	Indireta 2021
Oi Móvel (*)	Telefonia móvel – Região I, II e III	Brasil			100%	
Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.	Telecomunicações em geral	Brasil			68,34%	31,66%
Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.	Serviços de manutenção e locação de infraestrutura e prestação de serviços de telecomunicações	Brasil			0,01%	99,99%
Jonava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.	Serviços de manutenção e locação de infraestrutura e prestação de serviços de telecomunicações	Brasil			0,01%	99,99%
Garliava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.	Serviços de manutenção e locação de infraestrutura e prestação de serviços de telecomunicações	Brasil			0,01%	99,99%

(\*) Exclusivamente, os negócios de Mobilidade (UPI Ativos Móveis)

As participações em negócios em conjunto e participação em coligadas são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	País sede	Direta 2022	Indireta 2022	Direta 2021	Indireta 2021
V.tal – Rede Neutra de Telecomunicações S.A.	Telecomunicações em geral	Brasil	34,12%			
Companhia AIX de Participações (“AIX”)	Execução, conclusão e exploração comercial de redes subterrâneas de dutos para fibras óticas, nos termos do Contrato de Consórcio Refibra	Brasil	50%		50%	
Companhia ACT de Participações (“ACT”)	Assessoria técnica e fiscalização das atividades vinculadas ao Consórcio Refibra	Brasil	50%		50%	
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. (“Paggo Soluções”)	Financeira	Brasil	50%			50%

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia (“Demonstrações Financeiras”) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM e que estão em conformidade com as IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” emitidas pelo IASB – “*International Accounting Standards Board*”. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

## **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(a) Base de elaboração**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito no item (b) das políticas contábeis a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo Oi. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

#### **(b) Principais políticas contábeis**

##### **Critérios de consolidação das controladas pelo método integral**

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 8).

##### **Moeda funcional e de apresentação**

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil, Europa e Ásia e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Oi são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

##### **Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de “*hedge*” (“*hedge accounting*”) e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de “*hedge*” de fluxo de caixa.

#### Empresas do Grupo Oi com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo Oi, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Reais, principalmente, utilizando as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Fechamento		Média	
	2022	2021	2022	2021
Euro	5,5694	6,3210	5,4420	6,3784
Dólar Norte Americano	5,2177	5,5805	5,1655	5,3956

#### Informações por segmentos

O Conselho de Administração da Companhia, que é o principal tomador de decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que exclui as operações descontinuadas e que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que demandem divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios relacionam-se essencialmente às empresas Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A. R.L. (“CSTT”), empresa alienada em novembro de 2021 e Timor Telecom S.A., as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis.

A geração de receita é avaliada pelo Conselho de Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias: Oi Fibra, com foco na venda de serviços de banda larga, voz fixa e IPTV, para clientes residenciais e pequenas empresas; Oi Soluções, que incluem soluções empresariais para nossos

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

clientes corporativos de médio e grande porte, além dos serviços Digitais e de TI; e Serviços Legados, que incluem os serviços relacionados à tecnologia de cobre, TV DTH e serviços regulados de atacado. Informações sobre os segmentos são apresentados na Nota 25.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo (Nota 8).

#### Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados de acordo com a sua finalidade em: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração: (1) ativos mensurados ao custo amortizado - ou seja, ativos financeiros que atendem às seguintes condições: (i) o modelo de negócios sob o qual os ativos financeiros são mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas especificadas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto (contas a receber, empréstimos e equivalentes de caixa). O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”; (2) ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e “*impairment*” são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; e (3) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

#### Contas a receber

As contas a receber decorrem, principalmente, de serviços prestados de telecomunicações faturados e de serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, classificadas como ao custo amortizado e não diferem de seus valores justos, líquidas da provisão para perdas esperadas.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes baseada na experiência de perda de crédito histórica de acordo com dados observáveis para refletir os efeitos das condições atuais e futuras, desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. A Companhia presume risco de crédito de um ativo financeiro desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais ainda não estão vencidos, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

## **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas**

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for altamente provável. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em base pró-rata.

Operação descontinuada é um componente ou uma unidade de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente do restante da Companhia. A classificação de operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda.

Os ativos e os passivos diretamente associados que atendem aos critérios de reconhecimento como ativos mantidos para venda e operações descontinuadas são apresentados na Nota 28.

#### **Investimentos**

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia (Nota 15).

#### **Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente (Nota 16).

#### **Intangível**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As licenças regulatórias associadas a mais valia incorporada, são amortizadas pelo prazo da concessão do STFC (Nota 17).

#### **Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração**

Os ativos de longa duração são revisados para a verificação quanto ao valor recuperável de ativos “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável, de acordo com as melhores previsões a respeito de seu desempenho futuro. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso.

Para o propósito de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa.

Em 2021, a Companhia agrupava seus ativos em 3 (três) UGCs: (i) Ativos Móveis, (ii) Infra e (iii) Ativos de operações continuadas. Em 2022, com as alienações das importantes linhas de negócios (Ativos Móveis e Infra) e com o reposicionamento da Nova Oi, envolvendo a definição específica de metas estratégicas por UGCs com objetivos e acompanhamento segregados, a Companhia passou a agrupar as unidades geradoras de caixa em três novas UGCs: (i) Oi Fibra/Oi Soluções, (ii) Oi Serviços Legados e (iii) Serviços de Manutenção de Rede (Serede), que anteriormente eram parte da UGC Ativos de operações continuadas.

Em 2022, os ativos das referidas UGCs passaram assim a incluir:

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- Oi Fibra e Oi Soluções – ativos secundários de infraestrutura instalados nas dependências dos clientes e interligados a rede externa de fibra da coligada V.tal, para provimento de serviços de dados em alta velocidade, serviços digitais e serviços de TI.
- Serviços Legados - ativos de infraestrutura para o provimento de serviços de telecomunicações aos clientes de voz e dados decorrentes do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC).
- Serviços de Manutenção de Rede - ativos necessários ao provimento da prestação de serviços de operações de manutenção e instalação de campo pela controlada Serede.

Os cálculos requerem o uso de julgamentos, estimativas e premissas significativas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, como tendências econômicas, tendências da indústria, taxas de juros do setor, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos fornecidos pela Companhia para o mercado. A Administração utiliza o orçamento aprovado pela Companhia como ponto de partida para elaboração do modelo de cálculo. As premissas utilizadas no cálculo estão sujeitas a riscos e incertezas e podem mudar as projeções da Companhia e, portanto, podem afetar o valor recuperável dos ativos.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia considerou o valor em uso através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros relacionados a cada UGC, considerando premissas em bases nominais. A taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa corresponde ao custo médio ponderado de capital de 17,77%. A taxa de desconto equivalente para o mesmo valor em uso, sem o efeito de fluxo de pagamento de imposto sobre a renda, é de 26,92%.

Após a aplicação dos critérios de avaliação das três UGCs, foi verificado um indicativo de que o valor recuperável dos ativos relacionados a UGC Oi Serviços Legados poderia estar inferior ao seu valor contábil.

No que se refere a UGC Oi Serviços Legados, a Companhia considerou a projeção até 2025, de acordo com o prazo da concessão do STFC.

As demais principais premissas utilizadas neste teste estão relacionadas a queda nas receitas de concessão de telefonia fixa associada com as despesas fixas elevadas da operação.

O resultado desse teste de “*impairment*” indicou a necessidade de provisão para perdas no valor integral dos ativos relacionados à esta UGC no valor de R\$ 14.108 milhões, tanto na controladora quanto no consolidado. Este montante foi reconhecido na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 como “(Perda) / Reversão ao valor recuperável dos ativos”.

A Companhia também realizou testes de “*impairment*” para as UGCs Oi Fibra/Oi Soluções, e Serviços de Manutenção de Rede, seguindo os mesmos critérios de avaliação. Por se tratarem de negócios sem expectativa de término, o fluxo foi estimado em sua perpetuidade baseada, principalmente, nas expectativas e projeções de crescimento dos negócios para os próximos anos. As demais premissas utilizadas nestes testes estão relacionadas principalmente ao crescimento das receitas e margem de lucro. O resultado desse teste de “*impairment*” não indicou nenhuma necessidade de provisão para perdas para essas UGCs.

A Companhia reconheceu também uma perda com “*impairment*” para os ativos mantidos para venda relacionados as Operações de TV no valor de R\$ 141 milhões, que estão reconhecidos ao valor justo, líquido das despesas de venda. Informações adicionais nas Notas 5, 16 e 17.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Para fins de registro, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e taxas de juros explícita, e em certos casos implícita dos passivos.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Nos termos e condições do PRJ Original e do Aditamento ao PRJ, certos saldos de fornecedores e processos judiciais no âmbito da ANATEL, de acordo com o instrumento de repactuação e transação celebrado com a ANATEL (Nota 1), foram ajustados ao valor justo na data da novação dos passivos concursais e na data da celebração do acordo, respectivamente, de acordo os requerimentos previstos no IFRS 9 / CPC 48, equivalente ao valor presente à época, calculado com base em avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e premissas relacionadas às taxas de desconto, consistentes com o vencimento e a moeda de cada passivo financeiro.

O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado através do desconto dos fluxos de pagamentos futuros fixos, que não consideram a inflação projetada, utilizando a taxa de juros incremental, de acordo com as condições de mercado, estimada com o “*spread*” de risco intrínseco da Companhia.

Adicionalmente, ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil, bem como receitas a apropriar provenientes da cessão de torres fixas são ajustadas a valor presente.

#### Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

#### Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado, atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício (Nota 19).

## **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Na data da reestruturação/novação dos passivos financeiros sujeitos à recuperação judicial, a Companhia reconheceu os compromissos de empréstimos e financiamentos a valor justo, conforme requerimentos previstos no IFRS 9/ CPC 48. O valor justo, na data da reestruturação de cada passivo financeiro, foi calculado com base em avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e premissas relacionadas às taxas de desconto, consistentes com o vencimento e a moeda de cada passivo financeiro.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

#### **Arrendamentos**

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso na conta de imobilizado e um passivo de arrendamento mercantil na conta de arrendamentos a pagar em seu balanço patrimonial com relação aos ativos arrendados. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que consiste no valor inicial da mensuração do passivo de arrendamento mercantil, acrescidos de custos diretos iniciais incorridos, estimativa de custos para desmontar e remover o ativo no final do arrendamento, outros pagamentos feitos antes da data de início do arrendamento, e calculados a valor presente, descontados pela taxa de empréstimo incremental. As taxas de desconto utilizadas foram obtidas de acordo com as condições de mercado, estimadas com o “*spread*” de risco intrínseco da Companhia.

#### **Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio**

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

#### **Provisões**

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos (Nota 21).

Para a mensuração do valor das provisões a constituir a Companhia adota essencialmente duas metodologias: (i) modelo de mensuração estatística e (ii) modelo de mensuração individual. Para a determinação da metodologia a usar a Companhia considera entre outros critérios, a quantidade de processos, o valor do processo, o valor estimado do eventual pagamento e a natureza do processo.

O modelo de mensuração estatística é habitualmente usado nas situações em que existe (i) um volume significativo de processos administrativos ou judiciais com natureza semelhante, (ii) os processos tem individualmente um valor reduzido e (iii) é possível determinar um modelo estatístico com base em informação histórica sobre taxas de condenação, montante dos pagamentos e movimentação do número de processos. Habitualmente neste modelo a Companhia faz uso do cálculo do valor esperado conforme determinado pelo parágrafo 39 do CPC 25 / IAS 37, bem como solicita pareceres a especialistas externos

## **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as trabalhistas e cível (PEX e JEC).

O modelo de mensuração individual é habitualmente usado nas situações em que (i) o processo tem um elevado valor, (ii) é possível de forma razoável fazer uma avaliação do risco individual do dispêndio a realizar e (iii) não existe semelhança de natureza nos processos. Neste modelo a Companhia faz uso de pareceres externos de especialistas nas áreas abrangidas para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as tributárias e cível estratégico.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### **Obrigação onerosa**

A Companhia reconhece uma obrigação presente quando eventos tornam a contratação de serviços onerosa.

O contrato se torna oneroso quando: (i) as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato e (ii) os custos são inevitáveis.

A Companhia mensura a obrigação onerosa de acordo com o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (i) no custo de cumprir o contrato ou (ii) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois o menor.

As premissas base do cálculo da obrigação onerosa deverão ser periodicamente reavaliadas e mensurada sempre que ocorram mudanças significativas dessas premissas.

#### **Benefícios a empregados**

Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência (Nota 24).

A Companhia conta com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 23).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

Participações dos empregados no resultado - A provisão referente ao programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência e a determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera um conjunto de metas operacionais e financeiras aprovadas junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico. Esse custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

Remuneração baseada em ações – A Companhia mantém plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de ações, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das ações outorgadas, com base no cumprimento de metas de desempenho e performance, correspondente à quantidade de ações que o beneficiário fará jus em cada exercício de entrega das ações outorgadas. O valor total da despesa é reconhecido durante o período o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data do balanço, a Companhia revisa as estimativas da quantidade de ações que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido.

O valor justo dos serviços do empregado recebidos em troca das ações, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as ações são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

### **Reconhecimento das receitas**

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando transfere o controle sobre bens ou serviços aos clientes em um montante que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A Companhia aplicou os julgamentos que afetam significativamente a determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita de contrato com o cliente, considerando o modelo de reconhecimento de cinco etapas: (i) identificação do contrato, (ii) identificação das obrigações de

## **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

desempenho separadas no contrato, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação para as obrigações de desempenho e (v) reconhecimento da receita quando for satisfeita a obrigação de desempenho.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares.

Receitas decorrentes do recebimento de créditos de clientes, em que tais créditos já haviam sido lançados a perda definitiva por não pagamento, mas recuperados e recebidos no processo de cobrança, são reconhecidas no resultado em outras receitas operacionais.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização (Notas 4 e 5).

#### **Reconhecimento das despesas**

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração. Os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente (custos de cumprimento de contrato), substancialmente comissões sobre vendas e taxas de habilitação de clientes de Fibra, são reconhecidos ao resultado em base sistemática consistente com a transferência dos bens e serviços aos clientes.

#### **Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras estão representadas principalmente, por juros efetivos incorridos, ajustes a valor justo e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos. Incluem também taxas e despesas bancárias e outras transações financeiras (Notas 5 e 6).

#### **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas

## **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos (Nota 7).

#### **Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 / IAS 33 (Nota 23 (d)).

#### **(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes, bem como requer julgamentos relacionados a esses assuntos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas e julgamentos contábeis críticos que possuem maior risco de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

#### **Reconhecimento de receita e contas a receber**

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

#### **Perdas esperadas em contas a receber de clientes**

O reconhecimento de perdas esperadas em contas a receber de clientes leva em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes, bem como, o risco de crédito de forma individual e coletiva. A estimativa de perda esperada em contas a receber de clientes é reconhecida em um montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses recebíveis, com base em taxas históricas de inadimplência e em informações prospectivas, como projeções de condições futuras que impactam as cobranças.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas.

## **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

#### **Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida**

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 16 e 17, respectivamente.

A Companhia revisa anualmente as vidas úteis de seus ativos.

#### **Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração**

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos, estimativas e premissas significativas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. As premissas utilizadas no cálculo estão sujeitas a riscos e incertezas e podem mudar as projeções da Companhia e, portanto, afetar o valor recuperável dos ativos.

#### **Arrendamentos**

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

#### **Valor justo de passivos financeiros**

As premissas sobre taxas de desconto utilizadas no cálculo do valor justo de nossos passivos financeiros estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e o desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor justo dos passivos financeiros pode ter um efeito material sobre o valor justo estimado desses passivos financeiros e os valores registrados como empréstimos e financiamentos no balanço patrimonial, bem como os valores registrados no resultado.

#### **Provisões**

A Companhia reconhece, nos termos do CPC 25 / IAS 37, provisões para contingências originadas essencialmente na esfera jurídica e administrativa, com natureza trabalhista, tributária e cível, conforme detalhado na Nota 21.

## **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Dependendo da natureza da contingência, a Administração da Companhia faz uso de metodologia de avaliação estatística ou avaliação individual no cálculo de provisões para contingências. Em qualquer uma das metodologias a Companhia usa um conjunto de premissas, informação, avaliação de risco interna e externa e modelos estatísticos que entende serem adequadas, incluindo a implementação com sucesso do Plano de Recuperação Judicial, no entanto é possível que as mesmas se alterem no futuro, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas.

#### **Reconhecimento de passivo oneroso**

A Companhia reconhece, consoante o CPC 25/IAS 37, passivo oneroso quando as obrigações dos contratos excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato e os custos são inevitáveis. A obrigação onerosa é mensurada ao menor custo líquido de saída dos contratos trazidos a valor presente.

Os cálculos de onerosidade contratual exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas podem afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

#### **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 / IAS 12, a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

#### **Benefícios a empregados**

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### d) Reapresentação do período comparativo relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Após a autorização para a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia identificou incorreções relativamente a exercícios anteriores (item i), bem como efetuou reclassificações de certas rubricas contábeis com objetivo de melhorar a comparabilidade e compreensão das transações, em atendimento às normas contábeis (itens ii, iii e iv). A descrição dos ajustes ao período anterior, provenientes da correção de erro e reclassificações, são apresentados a seguir:

##### (i) Ajustes para retificação de erro sobre os saldos de contas a receber

A Companhia identificou incorreções de exercícios anteriores em suas demonstrações financeiras em decorrência de processo de conciliação dos saldos de contas a receber com seus respectivos controles físicos. Tal processo de conciliação foi iniciado no decorrer de 2021 e finalizado em 2022 e contou com a criação de grupo interno interdisciplinar, além de apoio de consultoria externa independente. O “*status*” do trabalho bem como a evidência de deficiência de controle foi divulgado no Formulário de Referência do ano de 2022. A Companhia procedeu com todos os esforços para reunir as informações necessárias para ajustar os períodos anteriores, mas foi impraticável, principalmente devido às limitações sistêmicas, determinar o montante a ser ajustado aos saldos do contas a receber em 1 de janeiro de 2021, que possam ter afetado a apuração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa deste mesmo exercício de 2021, apresentados para fins comparativos, bem como aos exercícios anteriores. Dessa forma, a retificação de erro foi realizada de forma acumulada ao final do exercício de 2021, que é o período mais antigo praticável a reapresentação retrospectiva, conforme determinado no item 44 do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

Portanto, a controladora reconheceu: (a) uma baixa líquida no contas a receber de R\$ 455.791, sendo R\$ 794.656 referente ao contas de receber incobráveis e R\$ 338.865 referente a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, e (b) uma redução de R\$ 1.336.209 no investimento, classificado como provisão para patrimônio líquido negativo, em contrapartida ao ajuste da respectiva equivalência patrimonial, proveniente da baixa do contas a receber da subsidiária Oi Móvel (incorporada na Oi em fevereiro de 2022). No consolidado foi reconhecido uma baixa líquida do contas a receber de R\$ 1.792.000, sendo R\$ 1.980.027 referente ao contas a receber incobráveis e R\$ 188.027 referente a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os ajustes decorrentes do processo de conciliação de contas a receber não impactaram a receita operacional líquida e a posição financeira de caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

(ii) Em 2022, dado que a Companhia decidiu por não mais seguir com o plano de venda de equipamentos de transmissão ópticos (“*Optical Network Terminal*” – ONT), da controlada Bérghamo, sendo os mesmos reclassificados de ativos mantidos para venda para investimento e imobilizado/intangível, na controladora e no consolidado, respectivamente. Os correspondentes ajustes de equivalência patrimonial e despesa de depreciação/amortização, na controladora e no consolidado, respectivamente, foram reconhecidos no resultado de operações continuadas de 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 123.259, conforme determinado pelo CPC 31/IFRS 5.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Despesas financeiras reclassificadas para despesas com vendas de R\$ 28.890 na controladora e R\$ 70.066 no consolidado.

(iv) Na demonstração dos fluxos de caixa da controladora, o valor de caixa e equivalentes de caixa adquiridos por incorporação foi reclassificado das atividades de financiamento para as atividades de investimento no valor de R\$ 725.084.

Os efeitos dos referidos ajustes e reclassificações são demonstrados nos quadros abaixo:

#### Balanco patrimonial

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2021			2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Apresentação atual	Anteriormente apresentado	Ajustes	Apresentação atual
Contas a receber (i)	3.350.284	(455.791)	2.894.493	4.264.954	(1.792.000)	2.472.954
<b>Ativo circulante</b>	<b>13.843.107</b>	<b>(455.791)</b>	<b>13.387.316</b>	<b>46.426.067</b>	<b>(1.792.000)</b>	<b>44.634.067</b>
Investimentos (ii)	6.231.635	(123.259)	6.108.376	27.072		27.072
Imobilizado (ii)	13.937.490		13.937.490	16.192.523	(119.296)	16.073.227
Intangível (ii)	3.527.387		3.527.387	4.005.385	(3.963)	4.001.422
<b>Ativo não circulante</b>	<b>43.282.961</b>	<b>(123.259)</b>	<b>43.159.702</b>	<b>31.524.409</b>	<b>(123.259)</b>	<b>31.401.150</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>57.126.068</b>	<b>(579.050)</b>	<b>56.547.018</b>	<b>77.950.476</b>	<b>(1.915.259)</b>	<b>76.035.217</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>6.948.000</b>		<b>6.948.000</b>	<b>26.397.031</b>		<b>26.397.031</b>
Provisão para patrimônio líquido negativo (i)	8.522.071	1.336.209	9.858.280			
<b>Passivo não circulante</b>	<b>50.933.742</b>	<b>1.336.209</b>	<b>52.269.951</b>	<b>52.276.426</b>		<b>52.276.426</b>
Prejuízos acumulados (i) e (ii)	(36.774.102)	(1.915.259)	(38.689.361)	(36.774.102)	(1.915.259)	(38.689.361)
<b>Passivo a descoberto</b>	<b>(755.674)</b>	<b>(1.915.259)</b>	<b>(2.670.933)</b>	<b>(722.981)</b>	<b>(1.915.259)</b>	<b>(2.638.240)</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>57.126.068</b>	<b>(579.050)</b>	<b>56.547.018</b>	<b>77.950.476</b>	<b>(1.915.259)</b>	<b>76.035.217</b>

# Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Demonstração de resultados

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2021			2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Apresentação atual	Anteriormente apresentado	Ajustes	Apresentação atual
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>6.632.549</b>		<b>6.632.549</b>	<b>10.483.479</b>		<b>10.483.479</b>
Custo dos bens e/ou serviços vendidos (ii)	(6.865.357)		(6.865.357)	(9.924.345)	(123.259)	(10.047.604)
<b>Lucro (Prejuízo) bruto</b>	<b>(232.808)</b>		<b>(232.808)</b>	<b>559.134</b>	<b>(123.259)</b>	<b>435.875</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>						
Resultado de equivalência patrimonial (i) e (ii)	(6.831.650)	(1.459.468)	(8.291.118)	(3.203)		(3.203)
Despesas com vendas (i) e (iii)	(1.020.197)	309.975	(710.222)	(2.308.050)	117.961	(2.190.089)
Despesas gerais e administrativas	(1.205.148)		(1.205.148)	(2.333.204)		(2.333.204)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas (i)	2.273.929	(794.656)	1.479.273	2.048.184	(1.980.027)	68.157
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(7.015.874)</b>	<b>(1.944.149)</b>	<b>(8.960.023)</b>	<b>(2.037.139)</b>	<b>(1.985.325)</b>	<b>(4.022.464)</b>
<b>Resultado financeiro (iii)</b>	<b>(4.486.693)</b>	<b>28.890</b>	<b>(4.457.803)</b>	<b>(9.553.894)</b>	<b>70.066</b>	<b>(9.483.828)</b>
<b>Prejuízo antes das tributações</b>	<b>(11.502.567)</b>	<b>(1.915.259)</b>	<b>(13.417.826)</b>	<b>(11.591.033)</b>	<b>(1.915.259)</b>	<b>(13.506.292)</b>
Imposto de renda e contribuição social	1.924.084		1.924.084	2.036.209		2.036.209
<b>Prejuízo das operações continuadas</b>	<b>(9.578.483)</b>	<b>(1.915.259)</b>	<b>(11.493.742)</b>	<b>(9.554.824)</b>	<b>(1.915.259)</b>	<b>(11.470.083)</b>
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	1.062.298		1.062.298	1.062.298		1.062.298
<b>Prejuízo do exercício (i) e (ii)</b>	<b>(8.516.185)</b>	<b>(1.915.259)</b>	<b>(10.431.444)</b>	<b>(8.492.526)</b>	<b>(1.915.259)</b>	<b>(10.407.785)</b>
Prejuízo básico e diluído por ação:						
Ações ordinárias e preferenciais – básicas e diluídas (R\$)	(1,43)	(0,32)	(1,75)	(1,43)	(0,32)	(1,75)
Ações ordinárias e preferenciais – básicas e diluídas (R\$)	(1,61)	(0,32)	(1,93)	(1,61)	(0,32)	(1,93)

### Demonstração do resultado abrangente

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2021			2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Apresentação atual	Anteriormente apresentado	Ajustes	Apresentação atual
<b>Prejuízo do exercício (i) e (ii)</b>	<b>(8.516.185)</b>	<b>(1.915.259)</b>	<b>(10.431.444)</b>	<b>(8.492.526)</b>	<b>(1.915.259)</b>	<b>(10.407.785)</b>
<b>Total do resultado abrangente do período (i) e (ii)</b>	<b>(8.528.721)</b>	<b>(1.915.259)</b>	<b>(10.443.980)</b>	<b>(8.514.446)</b>	<b>(1.915.259)</b>	<b>(10.429.705)</b>

### Demonstração dos fluxos de caixa

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2021			2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Apresentação atual	Anteriormente apresentado	Ajustes	Apresentação atual
Prejuízo antes das tributações (i) e (ii)	(11.502.567)	(1.915.259)	(13.417.826)	(11.591.033)	(1.915.259)	(13.506.292)
Depreciação e amortização (ii)	2.672.703		2.672.703	4.002.033	123.259	4.125.292
Equivalência patrimonial (i) e (ii)	6.831.650	1.459.468	8.291.118	3.203		3.203
Perdas esperadas em contas a receber de clientes (i)	15.701	455.791	471.492	90.843	1.792.000	1.882.843
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>362.559</b>		<b>362.559</b>	<b>(110.630)</b>		<b>(110.630)</b>
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos (iv)	(1.879.376)	725.084	(1.154.292)	(4.797.640)		(4.797.640)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos (iv)	338.942	(725.084)	(386.142)	3.782.624		3.782.624

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Demonstração do valor adicionado

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2021			2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Apresentação atual	Anteriormente apresentado	Ajustes	Apresentação atual
Serviços de terceiros (iii)	(2.473.185)	(32.461)	(2.505.646)	(4.730.205)	(78.727)	(4.808.932)
Depreciação e amortização (ii)	(2.672.703)		(2.672.703)	(4.002.033)	(123.259)	(4.125.292)
Outras despesas (i)	(1.649.525)	(455.791)	(2.105.316)	(2.446.244)	(1.792.000)	(4.238.244)
Equivalência patrimonial (i) e (ii)	(6.831.650)	(1.459.468)	(8.291.118)	(3.203)		(3.203)
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>(1.963.250)</b>	<b>(1.947.720)</b>	<b>(3.910.970)</b>	<b>4.756.319</b>	<b>(1.993.985)</b>	<b>2.762.334</b>
Impostos e taxas – Federais (iii)	1.832.231	3.571	1.835.802	1.598.940	8.660	1.607.600
Juros e demais encargos financeiros (iii)	(5.439.606)	28.890	(5.410.716)	(9.199.562)	70.066	(9.129.496)
Prejuízos (Lucros) retidos (i) e (ii)	8.516.185	1.915.259	10.431.444	8.516.185	1.915.259	10.431.444
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>1.963.250</b>	<b>1.947.720</b>	<b>3.910.970</b>	<b>(4.756.319)</b>	<b>1.993.985</b>	<b>(2.762.334)</b>

#### (e) Novas normas, alterações e interpretações de normas

(e.1) As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022:

- Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado"
- Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"
- Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios"
- Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:
  - (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"
  - (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos"
  - (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros"
  - (iv) IAS 41/CP 29 - "Ativos Biológicos"

As alterações nas referidas normas não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

(e.2) Novas normas, interpretações e emendas emitidas pelo IASB que são efetivas em períodos contábeis futuros e que a Companhia decidiu por não adotar antecipadamente são os seguintes, válidas para períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2023:

Normas e emendas a normas		Aplicações obrigatórias com início em ou após:
IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante.	1 de janeiro de 2023
IAS 8	Aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis	1 de janeiro de 2023
IAS 12	Aspectos a serem considerados como imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17	Nova norma para Contratos de Seguros em substituição do IFRS 4	1 de janeiro de 2023
IAS 1	Aspectos de divulgação de passivo não circulante com “ <i>Covenants</i> ”	1 de janeiro de 2024
IFRS 16	Aspectos a serem considerados para tratamento de uma transferência de ativo como venda em operação de retroarrendamento.	1 de janeiro de 2024

A Companhia não espera ter impacto relevante nas Demonstrações Financeiras em razão dessas alterações nas normas contábeis.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## 3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

### 3.1. Mensuração do valor justo

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.

Nível 2 — Os “*inputs*” são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para, substancialmente, toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “*inputs*” para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos. Alguns dos passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado foram mensurados a valor justo na data da novação desses passivos financeiros, e em consequência da implementação do Plano de Recuperação Judicial homologado em janeiro de 2018, e mantidos a custo amortizado na mensuração subsequente, conforme orientações contábeis no CPC 48 / IFRS 9.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são resumidos como segue:

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2022			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Contas bancárias	Valor justo	352.923	352.923	719.718	719.718
Equivalentes de caixa	Valor justo	2.226.923	2.226.923	2.286.013	2.286.013
Aplicações financeiras	Valor justo	217.424	217.424	217.424	217.424
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	833	833	833	833
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	9.779.130	9.779.130		
Contas a receber	Custo amortizado	1.841.982	1.841.982	2.042.703	2.042.703
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	12.282	12.282	23	23
Ativo financeiro a valor justo	Valor justo	26.348	26.348	26.348	26.348
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	4.196.883	4.196.883	4.136.731	4.136.731
Empréstimos e financiamentos (i)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	7.281.027	7.281.027	8.198.940	8.198.940
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	3.251.863	3.251.863		
Debêntures públicas	Custo amortizado	5.475.345	5.475.345	5.475.345	5.475.345
“Senior Notes” (“Bonds”)	Custo amortizado	8.628.206	2.198.327	8.628.206	2.198.327
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	833	833	833	833
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	5.500	5.500	5.500	5.500
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	3.107.225	3.107.225	3.132.082	3.132.082

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2021			
		Reapresentado			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Contas bancárias	Valor justo	197.605	197.605	697.123	697.123
Equivalentes de caixa	Valor justo	571.977	571.977	2.220.128	2.220.128
Aplicações financeiras	Valor justo	187.919	187.919	197.989	197.989
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	7.175	7.175	7.175	7.175
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	11.826.732	11.826.732		
Contas a receber	Custo amortizado	2.894.493	2.894.493	2.472.954	2.472.954
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	22.866	22.866	25	25
Ativo financeiro a valor justo	Valor justo	42.793	42.793	42.793	42.793
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	2.734.139	2.734.139	4.116.912	4.116.912
Empréstimos e financiamentos (i)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	9.845.135	9.845.135	12.169.843	12.169.843
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	2.083.239	2.083.239		
Debêntures públicas	Custo amortizado	4.514.282	4.514.282	4.514.282	4.514.282
Debêntures privadas	Custo amortizado			2.179.950	2.179.950
“Senior Notes” (“Bonds”)	Custo amortizado	8.990.566	8.901.059	14.119.043	14.403.514
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	13.830	13.830	13.830	13.830
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	825.334	825.334	5.762	5.762
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	2.602.716	2.602.716	3.008.174	3.008.174

(i) Os saldos de empréstimos e financiamentos com Bancos Locais e ECAs correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo destes instrumentos semelhante ao valor contábil. Os saldos de empréstimos e financiamentos relacionados aos “Bonds” emitidos no mercado internacional, para os quais existe mercado secundário, o valor de mercado difere do valor contábil.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O nivelamento dos ativos/passivos financeiros do caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, são detalhados abaixo:

	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		2022	2021	2022	2021
<b>Ativos</b>					
Contas bancárias	Nível 1	352.923	197.605	719.718	697.123
Equivalentes de caixa	Nível 1	2.226.923	571.977	2.286.013	2.220.128
Aplicações financeiras	Nível 1	217.424	187.919	217.424	197.989
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	833	7.175	833	7.175
<b>Passivos</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	833	13.830	833	13.830

Não ocorreram transferências entre níveis nos exercícios de 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber:

#### (a) Equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Euros e em Dólares dos Estados Unidos da América.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

#### (b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para gerir certos riscos de mercado, principalmente o risco de taxa de câmbio. Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tais instrumentos incluem contratos de “*Non Deliverable Forward (NDF)*”.

Cabe ressaltar que a Companhia não utiliza derivativos para outros fins, que não a proteção destes riscos e o método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos contratados são o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 3.2. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo e risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O processo de gestão de riscos na Companhia é realizado em três níveis, considerando sua estrutura consolidada: estratégica, tática e operacional. Na esfera estratégica, a Diretoria da Companhia acorda com o Conselho de Administração, Diretrizes de Risco a serem seguidas em cada ano fiscal. Cabe a um Comitê de Gestão Riscos Financeiros supervisionar o enquadramento da Oi às Políticas. No nível operacional, o gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Gestão de Riscos Financeiros reúne-se mensalmente e atualmente é composto pela Diretora de Finanças e Relações com Investidores, Diretora de Governança, Riscos e Conformidade, Diretor de Tesouraria, além de no máximo mais dois diretores adicionais da Diretoria de Finanças e no mínimo um Diretor ex-Finanças.

As Políticas de “*Hedge*” e de Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. Em linha com os pilares da Política de “*Hedge*”, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos “*covenants*” financeiros, se aplicável.

##### 3.2.1. Risco de mercado

###### (a) Risco de taxa de câmbio

###### Ativos financeiros

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2022, para os quais a Companhia não realiza quaisquer operações para cobertura de risco cambial.

###### Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 68,2% (2021 – 62,0%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para minimizar esse tipo de risco, ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia manteve a contratação de operações de proteção para a exposição cambial de fluxo de caixa de curto prazo, na modalidade contrato a termo em moeda para os juros do “Bond” Qualificado vencidos em fevereiro e agosto de 2022, bem como para a parcela relevante das despesas denominadas em Dólar até janeiro do ano vigente.

Até abril do ano de 2022, a Companhia contratava derivativos para a proteção do pagamento dos juros do “Bond” 2026 vencidos em janeiro do ano vigente, além dos valores objeto da oferta de recompra destas notas. Para esta oferta, a proteção da exposição cambial vinha sendo realizada via “hedge” natural, NDFs e através de uma operação de “hedge contingent”. Nesta operação, a Companhia fixou o câmbio de uma parcela da oferta mandatória, mas que só se tornaria efetiva na concretização da venda da UPI Ativos Móveis. Com isso, o total de “hedge” para o “tender offer” do “Bond” 2026 chegou a 60% do valor total. Em função da conclusão da oferta o “hedge contingent” foi liquidado e os NDFs atrelados a esta operação não foram rolados desde então.

O percentual de cobertura cambial para os efeitos da exposição cambial no resultado financeiro dos Empréstimos e Financiamentos contratados é de 38,9%. Neste percentual estão incluídos os impactos cambiais sobre o ganho de ajuste a valor justo.

Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (inclui saldos com empresas do Grupo Oi para os valores da Controladora):

	CONTROLADORA			
	2022		2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Contas bancárias	110.408	110.408	132.046	132.046
Créditos com partes relacionadas	9.688.440	9.688.440	9.243.796	9.243.796
Instrumentos financeiros derivativos	833	833	7.175	7.175
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	17.524.356	17.524.356	16.450.279	16.450.279
Instrumentos financeiros derivativos	833	833	13.830	13.830

	CONSOLIDADO			
	2022		2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Contas bancárias	471.796	471.796	546.036	546.036
Equivalentes de caixa			687.279	687.279
Instrumentos financeiros derivativos	833	833	7.175	7.175
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	15.190.406	15.190.406	20.350.832	20.350.832
Instrumentos financeiros derivativos	833	833	13.830	13.830

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”					
	Notional (US\$) mil	Vencimento (anos)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
			Valor justo		Valor justo	
			Valores a (pagar)/ a receber		Valores a (pagar)/ a receber	
		2022	2021	2022	2021	
Contratos de “Non Deliverable Forward” USD/R\$ (NDF)	2.792	<1ano	368	(218)	368	(218)

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”					
	Notional (US\$) mil	Vencimento (anos)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
			Valor justo		Valor justo	
			Valores a (pagar)/ a receber		Valores a (pagar)/ a receber	
		2022	2021	2022	2021	
Contratos de “Non Deliverable Forward” USD/R\$ (NDF)	5.797	<1ano	(367)	(6.437)	(367)	(6.437)

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial eram principalmente:

#### Contratos de NDF - “Non Deliverable Forward”

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas ou despesas operacionais em Dólar.

Em 31 de dezembro de 2022, foram registrados como resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos, os montantes apresentados abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Operações de termo em moedas – resultado financeiro	(115.742)	10.198	(115.742)	10.198
Operações de termo em moedas – resultado operacional	(2.244)	1.437	(2.244)	1.437
<b>Total</b>	<b>(117.986)</b>	<b>11.635</b>	<b>(117.986)</b>	<b>11.635</b>

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “hedges” cambiais designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 2021	(218)	(218)
Amortização dos “hedges” ao resultado	(150)	(150)
Saldo em 2022	(368)	(368)

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Análise de sensibilidade de risco cambial

De acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício.

No cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2022. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	2022	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	5,2177	0%
Euro	5,5694	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	6,5221	25%
Euro	6,9618	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	7,8266	50%
Euro	8,3541	50%

Os efeitos de exposição cambial nos saldos das dívidas denominadas em moeda estrangeira com terceiros, considerando derivativos e caixa “*offshore*”, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do Grupo Oi):

		2022					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
Descrição	Risco individual	<i>Cenário Provável</i>	<i>Cenário Possível</i>	<i>Cenário Remoto</i>	<i>Cenário Provável</i>	<i>Cenário Possível</i>	<i>Cenário Remoto</i>
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	19.986.903	24.983.628	29.980.354	20.797.312	25.996.640	31.195.968
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(60.985)	(76.231)	(91.477)	(165.273)	(206.591)	(247.910)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	227.715	284.643	341.572	3.329.771	4.162.214	4.994.657
Caixa em Euro	Queda do Euro	(49.255)	(61.569)	(73.882)	(289.879)	(362.349)	(434.819)
Ajuste a Valor Justo da Dívida	Queda do Dólar/Euro	(5.933.016)	(7.416.269)	(8.899.523)	(8.927.569)	(11.159.461)	(13.391.353)
<b>Total Ativo/ Passivo atrelado ao câmbio</b>		<b>14.171.362</b>	<b>17.714.202</b>	<b>21.257.044</b>	<b>14.744.362</b>	<b>18.430.453</b>	<b>22.116.543</b>
<b>Variação frente ao cenário provável</b>			<b>3.542.840</b>	<b>7.085.682</b>		<b>3.686.091</b>	<b>7.372.181</b>

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) Risco de taxa de juros

##### Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente pela Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha. A maior parte da carteira dos fundos exclusivos é composta de Operações Compromissadas com remuneração atrelada à taxa SELIC.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

##### Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base no CDI e na Taxa Referencial, para as dívidas expressas em Reais. A Companhia não possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes expressas em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 31,8% (2021 – 31,6%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas flutuantes. A exposição mais relevante à taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	2022		2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa	2.226.923	2.226.923	571.977	571.977
Aplicações financeiras	217.424	217.424	187.919	187.919
Créditos com partes relacionadas	90.690	90.690	2.582.937	2.582.937
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	7.086.241	7.086.241	8.976.796	8.976.796

	CONSOLIDADO			
	2022		2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa	2.286.013	2.286.013	1.532.849	1.532.849
Aplicações financeiras	217.424	217.424	197.989	197.989
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	7.086.241	7.086.241	12.605.425	12.605.425

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado ao CDI. O risco está associado à elevação desta taxa. Cabe ressaltar que, com a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis no dia 20 de abril de 2022, as dívidas indexadas à TJLP foram integralmente quitadas, não representando, portanto, risco de taxa de juros para a Companhia desde então. Quanto ao CDI, este indexador vem apresentando sucessivas altas desde março de 2021, após um longo período de estabilidade em 1,90% a.a. Depois de sete aumentos sucessivos, o CDI encerrou o ano de 2021 em 9,15% a.a. Posteriormente, de janeiro a março de 2022, a taxa foi elevada para 11,65% a.a., em maio, o CDI encontrava-se em 12,65% a.a. e em junho a taxa elevou-se mais uma vez, para 13,15% a.a. Em agosto, após uma trégua na inflação, houve o último aumento no CDI no ano, quando elevou-se para 13,65% a.a. e, assim permaneceu até o encerramento de 2022.

De acordo com o CPC40 (R1) / IFRS 7, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração estimou cenários de variação na taxa CDI Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício.

As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

2022		
Cenários de taxas de juros		
Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	CDI	CDI
13,65%	17,06%	20,48%

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos de dívidas com terceiros em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor justo desses passivos.

Os efeitos de exposição à taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

		2022					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	8.636.693	10.684.854	12.692.823	8.636.693	10.684.854	12.692.823
<b>Total Passivo atrelado a taxa de juros</b>		<b>8.636.693</b>	<b>10.684.854</b>	<b>12.692.823</b>	<b>8.636.693</b>	<b>10.684.854</b>	<b>12.692.823</b>
<b>Variação frente ao cenário provável</b>			<b>2.048.161</b>	<b>4.056.130</b>		<b>2.048.161</b>	<b>4.056.130</b>

#### 3.2.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. As perdas esperadas em contas a receber de clientes estão adequadamente protegidas por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 86,94% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA, A e de risco soberano.

#### 3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. Após a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis e UPI InfraCO, a Administração utiliza seus recursos, principalmente, com foco na Fibra e em soluções digitais, priorizando a qualidade da base entrante, aliada a um volume saudável de crescimento visando a rentabilidade do produto.

A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

Conforme já detalhado na Nota 1, em 20 de abril de 2022, foi concluída a venda da UPI Ativos Móveis com pré-pagamento das seguintes dívidas: (i) BNDES, no valor de R\$ 4.640 milhões; Debentures e 2ª emissão no valor de R\$ 2.356 milhões e “Bond” sênior 2026 com adesão de 98,71% do total do principal em circulação, o que representa cerca de US\$ 869 milhões de principal (R\$ 4.109 milhões). Tais pré-pagamentos dão início da redução da alavancagem da Companhia, em linha com o que consta no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, transformando sua estrutura de capital e perseguindo a sustentabilidade financeira da Nova Oi.

Em 9 de junho de 2022, ocorreu o fechamento da operação de alienação parcial da UPI InfraCo para a Globenet, com a interveniência da V.tal, BTG Pactual e outros fundos na qualidade de investidores. Com a conclusão da operação, ocorreu na mesma data a quitação integral de todos os compromissos das debêntures conversíveis em ações preferenciais para colocação privada, da 1ª emissão da V.tal, no valor total atualizado de R\$ 3.526 milhões, em linha com o disposto na Escritura de Emissão das Debêntures.

O processo de recuperação judicial da Companhia foi encerrado no final de 2022, após seis anos de negociações com credores, em cumprimento das obrigações assumidas junto ao PRJ (Nota 1 – Recuperação Judicial anterior).

Em fevereiro de 2023, a Companhia e suas subsidiárias e controladas PTIF e Oi Coop requereram ao Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, no contexto das discussões e tratativas com credores da Oi envolvendo uma potencial renegociação de certas dívidas da Companhia, o pedido de tutela de urgência cautelar.

No entanto, em 1 de março de 2023, a Companhia e suas subsidiárias (“Requerentes”) ajuizaram um novo pedido de recuperação judicial e, no Fato Relevante divulgado em 2 de março de 2023, conforme mencionado na Nota 1, as Requerentes esclareceram que em razão de diversos fatores, incluindo (a) a aproximação da data de encerramento dos efeitos da Tutela de Urgência; (b) as negociações ainda em andamento com os referidos Credores Financeiros da Companhia; (c) o cenário econômico-financeiro em

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

que se encontram a Companhia e suas Subsidiárias; e (d) necessidade de manutenção da proteção legal contra potenciais execuções de credores e outras medidas contra a Companhia e suas subsidiárias, o pedido de Nova Recuperação Judicial demonstrou-se a medida mais adequada para a Companhia. O pedido tem por objetivo suspender a exigibilidade de certas obrigações, visando a proteção de seu caixa e, conseqüentemente, a continuidade das negociações com os seus credores de forma equilibrada e transparente, garantindo a otimização da liquidez e do perfil de endividamento da Companhia e de suas subsidiárias.

#### Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do Grupo Oi, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para monitorar o endividamento da Companhia são: (i) Dívida Bruta sobre o EBITDA, (ii) Dívida Líquida sobre o EBITDA e (iii) EBITDA sobre o Serviço da Dívida. O EBITDA é o acumulado nos últimos 12 meses e representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações. Já o Serviço da Dívida significa a soma dos juros da dívida pagos nos quatro últimos e consecutivos trimestres.

Por último, conforme fato relevante divulgado no dia 2 de março de 2023, a Companhia vem empreendendo esforços, em conjunto com seus assessores financeiros e jurídicos, mediante a condução de negociações com alguns Credores Financeiros, com vistas à repactuação de dívidas financeiras, o fortalecimento da sua estrutura de capital, a otimização de sua liquidez e perfil de endividamento.

#### 4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>13.203.134</b>	<b>8.182.287</b>	<b>14.182.485</b>	<b>14.781.167</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>(3.398.549)</b>	<b>(1.549.738)</b>	<b>(3.697.255)</b>	<b>(4.297.688)</b>
Tributos	(2.177.951)	(1.530.653)	(2.317.403)	(2.890.995)
Outras deduções	(1.220.598)	(19.085)	(1.379.852)	(1.406.693)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>9.804.585</b>	<b>6.632.549</b>	<b>10.485.230</b>	<b>10.483.479</b>

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 5. RESULTADOS POR NATUREZA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>9.804.585</b>	<b>6.632.549</b>	<b>10.485.230</b>	<b>10.483.479</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais:</b>				
Interconexão	(153.426)	(155.877)	(138.471)	(143.979)
Pessoal	(886.538)	(681.099)	(1.870.115)	(1.842.350)
Serviços de terceiros	(3.878.902)	(1.822.402)	(3.643.309)	(4.113.618)
Serviço de manutenção da rede	(924.149)	(930.271)	(476.567)	(437.636)
Custo de aparelhos e outros			(20.216)	(7.287)
Publicidade e propaganda	(239.609)	(58.607)	(252.387)	(363.368)
Aluguéis e seguros	(3.522.665)	(1.205.678)	(2.766.117)	(1.368.116)
(Provisões) / Reversões	(29.849)	123.329	(114.547)	(195.554)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(73.160)	(15.701)	(83.523)	(90.843)
(Perda) / Reversão ao valor recuperável dos ativos (i)	(14.249.077)	1.017.506	(14.249.077)	641.371
Tributos e outras receitas (despesas) (ii)	1.035.422	(7.566.398)	717.226	86.275
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (iii)	(1.596.890)	(1.624.671)	(1.630.091)	(2.545.546)
<b>Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização</b>	<b>(24.518.843)</b>	<b>(12.919.869)</b>	<b>(24.527.194)</b>	<b>(10.380.651)</b>
Depreciação e amortização	(3.859.482)	(2.672.703)	(4.222.914)	(4.125.292)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(28.378.325)</b>	<b>(15.592.572)</b>	<b>(28.750.108)</b>	<b>(14.505.943)</b>
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(18.573.740)</b>	<b>(8.960.023)</b>	<b>(18.264.878)</b>	<b>(4.022.464)</b>
<b>Resultado financeiro:</b>				
Receitas financeiras	4.052.282	1.226.423	3.577.196	287.059
Despesas financeiras	(7.211.995)	(5.684.226)	(6.935.821)	(9.770.887)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(3.159.713)</b>	<b>(4.457.803)</b>	<b>(3.358.625)</b>	<b>(9.483.828)</b>
<b>Prejuízo antes das tributações</b>	<b>(21.733.453)</b>	<b>(13.417.826)</b>	<b>(21.623.503)</b>	<b>(13.506.292)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(2.493.640)	1.924.084	(2.601.028)	2.036.209
<b>Prejuízo do exercício das operações continuadas</b>	<b>(24.227.093)</b>	<b>(11.493.742)</b>	<b>(24.224.531)</b>	<b>(11.470.083)</b>
<b>Operações descontinuadas</b>				
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos) (Nota 28)	4.958.597	1.062.298	4.958.597	1.062.298
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(19.268.496)</b>	<b>(10.431.444)</b>	<b>(19.265.934)</b>	<b>(10.407.785)</b>
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(19.268.496)	(10.431.444)	(19.268.496)	(10.431.444)
Lucro atribuído aos acionistas não controladores			2.562	23.659
<b>Despesas operacionais por função:</b>				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(10.862.774)	(6.865.357)	(10.683.493)	(10.047.604)
Despesas com vendas	(2.115.448)	(710.222)	(2.004.862)	(2.190.089)
Despesas gerais e administrativas	(1.623.473)	(1.205.148)	(1.951.377)	(2.333.204)
Outras receitas operacionais	1.634.178	1.562.795	1.665.231	3.127.238
Outras despesas operacionais	(1.132.516)	(1.101.028)	(1.523.560)	(3.700.452)
(Perda) / Reversão ao valor recuperável dos ativos	(14.249.077)	1.017.506	(14.249.077)	641.371
Resultado de equivalência patrimonial	(29.215)	(8.291.118)	(2.970)	(3.203)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(28.378.325)</b>	<b>(15.592.572)</b>	<b>(28.750.108)</b>	<b>(14.505.943)</b>

- (i) Em 2022, refere-se principalmente a: (a) provisão para perda pela não recuperabilidade de ativos (“impairment”) de vida útil definida, relativamente a UGC Oi Serviços Legados, devido, principalmente, a queda nas receitas de concessão de telefonia fixa associada com despesas fixas elevadas da operação, sendo R\$ 11.448 milhões de perda reconhecida no imobilizado (Nota 16) e

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

R\$ 2.660 milhões de perda reconhecida no intangível (Nota 17), e (b) perda com imparidade de ativos ao valor justo, líquido das despesas de venda, vinculados as Operações de TV de R\$ 141 milhões de perda reconhecida no ativo mantido para venda (Nota 2 (b)).

- (ii) Inclui resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Em 2022, no consolidado, é representado principalmente pelo reconhecimento de provisão de obrigação onerosa, relacionada aos contratos de capacidade de satélites, no montante de R\$ 395.282, vide Nota 22 (i), e reconhecimento de despesa decorrente do processo de conciliação de contas a receber, no montante de R\$ 694.273. Em 2021, no consolidado, é representado principalmente por ganho na alienação da UPI Torres no montante de R\$ 986.196, pelo reconhecimento de provisão de obrigação onerosa adicional, relacionada ao contrato de capacidade de cabos submarinos, no montante de R\$ 1.505.642, vide Nota 22 (i), e reconhecimento de despesa decorrente do processo de conciliação de contas a receber, no montante de R\$ 1.792.000, vide Nota 2 (d).

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 6. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	895.782	100.435	922.309	183.038
Rendimentos de aplicações financeiras	285.920	37.643	298.794	85.665
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	1.065.688	1.025.181	22.791	
Outras receitas	75.763	63.164	76.993	18.356
<b>Total</b>	<b>2.323.153</b>	<b>1.226.423</b>	<b>1.320.887</b>	<b>287.059</b>
<b>Despesas financeiras e outros encargos</b>				
<b>a) Despesas com empréstimos e financiamentos</b>				
Amortização do desconto de dívidas com terceiros	(887.188)	(768.667)	(1.039.538)	(1.095.580)
Amortização de desconto de dívidas com partes relacionadas	(619.543)	(527.778)		
Juros sobre empréstimos com terceiros	(1.661.026)	(1.449.633)	(1.722.687)	(1.945.406)
Juros sobre debêntures	(846.864)	(240.056)	(891.726)	(748.659)
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	(10)	(48)		
<b>Sub-total:</b>	<b>(4.014.631)</b>	<b>(2.986.182)</b>	<b>(3.653.951)</b>	<b>(3.789.645)</b>
<b>b) Outros encargos</b>				
Juros sobre arrendamentos	(345.815)	(253.183)	(318.292)	(346.958)
Ganho (Perda) de conversão cambial de investimentos no exterior	(105.576)	67.461	(79.588)	76.808
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(212.813)	(69.247)	(239.144)	(432.536)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos (i)	(1.834.284)	(1.394.487)	(1.860.711)	(2.192.255)
Atualização monetária de provisões	(296.234)	(336.007)	(378.526)	(726.769)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(13.768)	(4.962)	(14.133)	(6.618)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(115.742)	10.198	(115.742)	10.198
Outras despesas (ii)	(273.132)	(544.120)	(275.734)	(818.055)
<b>Sub-total:</b>	<b>(3.197.364)</b>	<b>(2.524.347)</b>	<b>(3.281.870)</b>	<b>(4.436.185)</b>
<b>Total</b>	<b>(7.211.995)</b>	<b>(5.510.529)</b>	<b>(6.935.821)</b>	<b>(8.225.830)</b>
<b>Variações cambiais, líquidas</b>	<b>1.729.129</b>	<b>(173.697)</b>	<b>2.256.309</b>	<b>(1.545.057)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(3.159.713)</b>	<b>(4.457.803)</b>	<b>(3.358.625)</b>	<b>(9.483.828)</b>

(i) São considerados nessa rubrica os juros relativos ao ajuste a valor presente associados aos passivos de contratos onerosos em moeda estrangeira e fornecedores sujeitos ao PRJ e respectivas variações monetárias.

(ii) Representado, principalmente, por taxas e comissões bancárias e financeiras.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(130.565)	(17.188)	(135.446)	(51.016)
Tributos diferidos (Nota 10)	(2.363.075)	1.941.272	(2.465.582)	2.087.225
<b>Total</b>	<b>(2.493.640)</b>	<b>1.924.084</b>	<b>(2.601.028)</b>	<b>2.036.209</b>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
Prejuízo antes das tributações	(21.733.453)	(13.417.826)	(21.623.503)	(13.506.292)
<b>IRPJ E CSLL</b>				
IRPJ+CSLL sobre o resultado tributado	7.389.374	4.562.061	7.351.991	4.592.139
Equivalência patrimonial	(9.933)	(2.818.980)	(1.010)	(1.089)
Exclusões (adições) permanentes (i)	(1.885.173)	(960.352)	(3.201.148)	(6.886.288)
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos	(7.987.908)	1.141.355	(6.694.513)	4.654.737
Efeito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior (ii)			(56.348)	(323.290)
<b>Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado</b>	<b>(2.493.640)</b>	<b>1.924.084</b>	<b>(2.601.028)</b>	<b>2.036.209</b>

- (i) Os efeitos tributários de adições permanentes estão representados, principalmente, pelos efeitos de variação cambial sobre ajustes a valor justo dos passivos reestruturados incluídos no PRJ e da alienação das UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo. Em 2021, estão representados, principalmente, pela baixa de créditos fiscais diferidos, no montante de R\$ 6.520.403, relativamente a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social da controlada Telemar, incorporada pela Companhia em 3 de maio de 2021, e pelos efeitos de variação cambial sobre ajustes a valor justo dos passivos reestruturados incluídos no PRJ.
- (ii) Efeitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos de controladas no exterior que não apresentam históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são mensurados pelos respectivos valores justos.

### (a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Contas bancárias	352.923	197.605	719.718	697.123
Equivalentes de caixa	2.226.923	571.977	2.286.013	2.220.128
<b>Total</b>	<b>2.579.846</b>	<b>769.582</b>	<b>3.005.731</b>	<b>2.917.251</b>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Operações compromissadas (i)	1.395.594	355.093	1.452.400	1.204.694
CDB – Certificado de Depósito Bancário	753.331	185.008	755.292	234.607
Títulos privados (ii)	73.241	28.945	73.527	89.523
“Time Deposits”				687.279
Outros	4.757	2.931	4.794	4.025
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>2.226.923</b>	<b>571.977</b>	<b>2.286.013</b>	<b>2.220.128</b>

### (b) Aplicações financeiras de curto e longo prazos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Títulos privados (iii)	196.754	171.053	196.754	177.863
Títulos públicos	20.670	16.866	20.670	20.126
<b>Total</b>	<b>217.424</b>	<b>187.919</b>	<b>217.424</b>	<b>197.989</b>
Circulante	207.258	185.307	207.258	188.566
Não circulante	10.166	2.612	10.166	9.423

- (i) Representado, principalmente, por fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa SELIC. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.
- (ii) Representados, principalmente, por letras financeiras de bancos privados com remuneração atrelada à taxa CDI e de liquidez imediata.
- (iii) Representados, principalmente, pelos investimentos com rentabilidade atrelada às taxas SELIC e CDB.

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark” o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA <sup>1</sup>		CONSOLIDADO	
	2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
Serviços faturados	1.389.108	2.896.292	1.570.236	2.393.806
Serviços a faturar	712.848	449.889	772.453	708.453
<b>Subtotal</b>	<b>2.101.956</b>	<b>3.346.181</b>	<b>2.342.689</b>	<b>3.102.259</b>
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(259.974)	(451.688)	(299.986)	(629.305)
<b>Total</b>	<b>1.841.982</b>	<b>2.894.493</b>	<b>2.042.703</b>	<b>2.472.954</b>

<sup>1</sup> Estes montantes incluem saldos com partes relacionadas conforme Nota 26 e incluem saldos incorporados da Telemar (maio de 2021) e da Oi Móvel (fevereiro de 2022).

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
A vencer	1.548.006	3.009.865	1.788.739	2.403.324
Vencidas até 60 dias	325.527	186.816	325.527	359.639
Vencidas de 61 a 90 dias	67.124	30.842	67.124	78.554
Vencidas de 91 a 120 dias	65.190	28.734	65.190	70.480
Vencidas de 121 a 150 dias	50.381	25.073	50.381	74.375
Vencidas acima de 150 dias	45.728	64.851	45.728	115.887
<b>Total</b>	<b>2.101.956</b>	<b>3.346.181</b>	<b>2.342.689</b>	<b>3.102.259</b>

As movimentações nas perdas esperadas em contas a receber de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>(449.627)</b>	<b>(1.044.780)</b>
Incorporação Telemar	(287.300)	
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	323.164	98.336
Baixa/(Reversão) de contas a receber de clientes incobráveis	(37.925)	317.139
<b>Saldo em 2021 - Reapresentado</b>	<b>(451.688)</b>	<b>(629.305)</b>
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	(104.318)	
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(177.421)	(187.784)
Baixa de contas a receber de clientes incobráveis	473.453	517.103
<b>Saldo em 2022</b>	<b>(259.974)</b>	<b>(299.986)</b>

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
<b>Tributos correntes a recuperar</b>				
IR a recuperar (i)	84.104	82.056	90.609	150.009
CS a recuperar (i)	10.792	4.820	21.126	41.792
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	122.168	51.560	140.871	105.234
<b>Total circulante</b>	<b>217.064</b>	<b>138.436</b>	<b>252.606</b>	<b>297.035</b>
<b>Tributos diferidos a recuperar</b>				
IR e CS sobre diferenças temporárias <sup>1</sup>	333.540	5.665.670	323.658	5.758.295
<b>Total não circulante</b>	<b>333.540</b>	<b>5.665.670</b>	<b>323.658</b>	<b>5.758.295</b>

<sup>1</sup> Vide quadro de movimentação abaixo.

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
<b>Tributos correntes a recolher</b>				
IR a pagar	668		11.577	13.452
CS a pagar	241		1.054	1.324
<b>Total circulante</b>	<b>909</b>		<b>12.631</b>	<b>14.776</b>

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais.
- (ii) Créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, derivativos, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA						
	Saldo em 2021	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos (Operação continuada)	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos (Operação descontinuada)	Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	Adições / Compensações	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Saldo em 2022
<b>Tributos diferidos ativos com relação</b>							
<b>Diferenças temporárias</b>							
Provisões	931.997	(302.930)		289.336			918.403
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	29.393	851		14.093			44.337
Provisões para fundos de pensão	(205.109)	(865)		(225)		6.161	(200.038)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	440.676	(202.039)		101.891			340.528
Participação nos lucros	2.324	20.155		28.527			51.006
Variações cambiais	5.046.079	(1.544.434)		1.363.650			4.865.295
Ágio incorporado (i)	839.854	(279.636)					560.218
Obrigação onerosa	1.888.325	(217.286)		1.027.100			2.698.139
Arrendamentos	63.629	7.132		232.863			303.624
ORA – MTM Derivativos	74	51					125
Alienação de investimentos		654.164					654.164
Provisão para perda ao valor recuperável dos ativos		3.958.889					3.958.889
Outras adições e exclusões temporárias	720.989	(75.666)		468.662			1.113.985
<b>Tributos diferidos sobre diferenças temporárias</b>	<b>9.758.231</b>	<b>2.018.386</b>		<b>3.525.897</b>		<b>6.161</b>	<b>15.308.675</b>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (iii)	6.139.108	2.586.383	(2.871.708)		(97.347)		5.756.436
<b>Total de tributos diferidos ativos</b>	<b>15.897.339</b>	<b>4.604.769</b>	<b>(2.871.708)</b>	<b>3.525.897</b>	<b>(97.347)</b>	<b>6.161</b>	<b>21.065.111</b>
<b>Tributos diferidos passivos</b>							
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(1.773.513)	1.020.064					(753.449)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(8.458.156)	(7.987.908)		(3.525.897)		(6.161)	(19.978.122)
<b>Total de tributos diferidos – Ativo</b>	<b>5.665.670</b>	<b>(2.363.075)</b>	<b>(2.871.708)</b>		<b>(97.347)</b>		<b>333.540</b>

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONSOLIDADO					
	Saldo em 2021	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos (Operação continuada)	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos (Operação descontinuada)	Adições / Compensações	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Saldo em 2022
<b>Tributos diferidos ativos com relação a:</b>						
<b>Diferenças temporárias</b>						
Provisões	1.256.681	(325.209)				931.472
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	44.057	280				44.337
Provisões para fundos de pensão	(205.534)	(665)			6.161	(200.038)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	545.020	(204.492)				340.528
Participação nos lucros	36.709	17.957				54.666
Variações cambiais	4.050.994	416.829				4.467.823
Ágio incorporado (i)	839.854	(279.636)				560.218
Obrigação onerosa	2.961.207	(263.068)				2.698.139
Arrendamentos	291.914	11.710				303.624
ORA – MTM Derivativos	74	51				125
Alienação de investimentos		654.164				654.164
Provisão para perda ao valor recuperável dos ativos		3.958.889				3.958.889
Outras adições e exclusões temporárias	1.203.171	(120.601)				1.082.570
<b>Tributos diferidos sobre diferenças temporárias</b>	<b>11.024.147</b>	<b>3.866.209</b>			<b>6.161</b>	<b>14.896.517</b>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (iii)	12.606.015	(795.852)	(2.871.708)	(97.347)		8.841.108
<b>Total de tributos diferidos ativos</b>	<b>23.630.162</b>	<b>3.070.357</b>	<b>(2.871.708)</b>	<b>(97.347)</b>	<b>6.161</b>	<b>23.737.625</b>
<b>Tributos diferidos passivos</b>						
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(1.913.016)	1.158.574				(754.442)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(15.958.851)	(6.694.513)			(6.161)	(22.659.525)
<b>Total de tributos diferidos – Ativo (Passivo)</b>	<b>5.758.295</b>	<b>(2.465.582)</b>	<b>(2.871.708)</b>	<b>(97.347)</b>		<b>323.658</b>

- (i) Referem-se a: (i) créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2025 e (ii) a créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos originados dos ágios pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na Telemar Participações S.A. (“TmarPart”) e esta pela Companhia em 1 de setembro de 2015, a fundamentação destes ágios está pautada na rentabilidade futura da Companhia e sua amortização está prevista até 2025.
- (ii) Refere-se, substancialmente, aos efeitos tributários sobre a mais valia de ativos imobilizado e intangível, incorporados da TmarPart.
- (iii) A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável de ativo fiscal diferido, caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseado em demonstrativo de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, e no confronto da estimativa das parcelas anuais de realização das diferenças temporárias ativas e passivas. A provisão para redução ao valor recuperável é revertida na medida em que se torne provável que o

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

lucro tributável esteja disponível. Com a publicação da Lei 14.112, em dezembro de 2020, foi alterada a regra de compensação dos Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social para os ganhos decorrentes de ganho de capital resultante da alienação judicial de bens ou direitos e para os ganhos decorrentes com a redução da dívida. Nestas duas situações não se aplica o limite de 30% sobre o lucro tributável para compensação do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, passando a ser permitida a compensação de até 100% destes ganhos do total do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social limitada ao valor total destes. Nesse contexto, ao longo de 2022 a Companhia revisou a expectativa de recuperação dos tributos diferidos e, em 31 de dezembro de 2022, mantém os créditos de tributos diferidos relativos, substancialmente, aos ganhos a serem obtidos com a alienação judicial de ativos e os créditos para quitação de débitos tributários com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

O estoque de prejuízos fiscais no Brasil e de controladas no exterior é de aproximadamente R\$ 18.445.965 e R\$ 10.277.920, e correspondem a R\$ 6.271.628 e R\$ 2.569.480 de tributos diferidos ativos, respectivamente, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro.

#### 11. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
ICMS a recuperar (i)	399.589	427.096	410.223	607.065
PIS e COFINS a recuperar (ii)	502.689	483.615	502.714	958.160
Outros	38.123	38.508	40.868	43.257
<b>Total</b>	<b>940.401</b>	<b>949.219</b>	<b>953.805</b>	<b>1.608.482</b>
Circulante	365.441	679.337	377.932	897.338
Não circulante	574.960	269.882	575.873	711.144

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
ICMS	192.436	155.852	195.257	331.320
ICMS Convênio nº 69/1998	27.435	65.146	28.728	139.110
PIS e COFINS (iii)	94.718	68.520	139.668	145.443
FUST/FUNTEL/Rádiodifusão (iv)	705.157	574.926	705.200	675.550
Fistel (v)	1.233.687	2.883	1.233.687	974.374
Outros (vi)	430.349	64.170	455.103	202.727
<b>Total</b>	<b>2.683.782</b>	<b>931.497</b>	<b>2.757.643</b>	<b>2.468.524</b>
Circulante	455.870	285.756	493.991	1.538.180
Não circulante	2.227.912	645.741	2.263.652	930.344

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

(ii) A Companhia mantinha ações judiciais em que reivindicam o direito à exclusão dos valores relativos ao ICMS das bases de cálculo da contribuição do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, observado o prazo prescricional.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Em 2019, transitaram em julgado nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro) decisões favoráveis proferidas nos três principais processos da Companhia relativos à discussão sobre a não incidência do PIS e da COFINS sobre o ICMS.

Referidos créditos foram habilitados para compensação pela Secretaria da Receita Federal entre maio e outubro de 2019, de modo que a Companhia vem utilizando-o para quitar tributos federais vincendos desde junho de 2019. O montante total apurado do crédito foi de aproximadamente R\$ 3 bilhões, somados os três processos.

(iii) Representado, principalmente, pela tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas.

(iv) A Companhia e a Oi Móvel ajuizaram ações para discutir o correto cálculo da Contribuição destinada ao FUST e realizaram ao longo das ações depósitos judiciais a fim de suspender a exigibilidade da cobrança. Como tais discussões ainda serão apreciadas pelos tribunais superiores, eventual transformação em pagamento definitivo dos valores depositados não deverá ocorrer dentro de 2 anos, dado que os recursos ainda pendem de julgamento desde sua autuação em 2021.

(v) A Companhia em conjunto com outras empresas do setor, ajuizaram ação objetivando afastar a obrigatoriedade ao recolhimento das Taxas de Fiscalização de Instalação (TFI) e de Funcionamento (TFF). Foi proferida sentença que indeferiu os pedidos, ocasionando a interposição de recurso. Com relação a TFF relativa ao ano de 2020 e a pendência de julgamento do mencionado recurso, foi formulado pedido de antecipação de tutela recursal, deferido em 18 de março de 2020, para suspender a exigibilidade da TFF referente ao ano de 2020, pedido esse renovado para o exercício de 2021 ou até o final da ação, e deferido por decisão proferida em março de 2021, para manter a suspensão da exigibilidade, ano após ano, até o julgamento do mérito do recurso de apelação. Atualmente, o processo aguarda julgamento do mencionado recurso de apelação e do agravo interno interposto pela ANATEL em face ao deferimento das tutelas recursais.

(vi) Representado, principalmente, por atualização monetária sobre exigibilidade suspensa, além de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão da Companhia pela apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota. A Companhia reconhece no ativo circulante o valor que se esperada ser resgatado de depósitos judiciais ou valor que se espera ser compensado de depósitos judiciais contra provisões nos próximos doze meses.

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Cíveis	2.081.666	2.274.259	2.082.566	2.461.938
Tributárias	1.987.588	1.848.773	1.989.757	1.926.137
Trabalhistas	759.928	673.637	976.545	895.767
<b>Subtotal:</b>	<b>4.829.182</b>	<b>4.796.669</b>	<b>5.048.868</b>	<b>5.283.842</b>
Perda estimada	(99.796)	(47.927)	(108.135)	(63.472)
<b>Total</b>	<b>4.729.386</b>	<b>4.748.742</b>	<b>4.940.733</b>	<b>5.220.370</b>
Circulante	510.140	933.644	651.593	1.181.457
Não circulante	4.219.246	3.815.098	4.289.140	4.038.913

## 13. DESPESAS ANTECIPADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Custos incorridos no cumprimento de contratos (IFRS 15) (i)	1.745.938	337.886	1.665.322	723.967
Seguros	30.155	31.573	30.159	38.307
Fiança bancária	44.588	30.695	44.588	34.760
Outras	93.653	286.465	129.136	123.467
<b>Total</b>	<b>1.914.334</b>	<b>686.619</b>	<b>1.869.205</b>	<b>920.501</b>
Circulante	957.910	548.157	912.781	577.803
Não circulante	956.424	138.462	956.424	342.698

(i) Representado por custos incrementais para obtenção de contrato com cliente (custos de cumprimento de contrato), substancialmente, comissões sobre vendas e taxas de habilitação de clientes de Fibra (FTTH - “Fiber To The Home”), cujo diferimento ao resultado é efetuado de acordo com o prazo médio de permanência do cliente na base da Companhia. As movimentações ocorridas no exercício são as seguintes:

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>187.927</b>	<b>592.543</b>
Incorporação Telemar	251.837	
Custos incorridos	154.391	1.084.666
Apropriação ao resultado	(256.269)	(953.242)
<b>Saldo em 2021</b>	<b>337.886</b>	<b>723.967</b>
Incorporação Oi Móvel	1.241.696	
Custos incorridos	1.105.396	1.405.037
Apropriação ao resultado	(939.040)	(1.012.434)
Outros movimentos (ii)		548.752
<b>Saldo em 2022</b>	<b>1.745.938</b>	<b>1.665.322</b>

(ii) Representado por valores que eram, até a data da venda do controle da V.tal, eliminados para fins de consolidação. Com a alteração da participação do investimento na V.tal de controlada para coligada (Notas 1 e 15), os valores relativos aos custos incrementais com taxas de habilitação de clientes de Fibra, advindo de contrato comercial entre a Companhia e a V.tal, passaram a ser parte integrante do saldo patrimonial do consolidado, da data da venda do controle em diante.

#### 14. DEMAIS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Valores a receber (i)	639.197	323.446	557.387	124.156
Adiantamentos e valores a recuperar de fornecedores (*)	650.229	395.449	334.932	316.935
Valores a receber com venda de imobilizado	252.727	223.019	252.727	223.019
Créditos a receber (ii)		204.316		204.440
Valores a receber de alienação de investimento (iii)	90.112	46.302	90.112	85.319
Adiantamentos a empregados	33.174	29.188	50.623	53.259
Outros	121.903	113.057	154.507	143.743
<b>Total</b>	<b>1.787.342</b>	<b>1.334.777</b>	<b>1.440.288</b>	<b>1.150.871</b>
Circulante	1.288.673	875.092	1.051.932	736.670
Não circulante	498.669	459.685	388.356	414.201

(\*) Representados na controladora, substancialmente, por transações com partes relacionadas.

- (i) Representado principalmente por R\$ 286.447 a receber das empresas que compõem as UPI Ativos Móveis decorrentes de obrigação de pagamento proporcional da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (“TFF”) do exercício de 2022.
- (ii) Em 2021, os créditos a receber da Fundação Sistel eram decorrentes da participação da Companhia na distribuição do Superávit do plano PBS-A, devidamente aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui parcelas a receber.
- (iii) Valores a receber oriundos da alienação da UPI Data Center, que serão liquidados até março de 2026.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 15. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021 Reapresentado	2022	2021
Investimentos em controladas e coligadas	9.668.228	6.086.237	7.971.258	
Negócios em conjunto	18.739	22.139	18.739	22.139
Outros investimentos			15.991	4.933
<b>Total</b>	<b>9.686.967</b>	<b>6.108.376</b>	<b>8.005.988</b>	<b>27.072</b>

#### Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>7.353.440</b>	<b>123.579</b>
Equivalência patrimonial	(3.272.355)	(1.810)
Aumento de capital - V.tal	7.855.043	
Incorporação Telemar	(2.246.708)	
Dividendos	(7.151)	
Redução de investimentos	(116.250)	(94.697)
Reclassificação para mantidos para venda	(3.457.643)	
<b>Saldo em 2021 - Reapresentado</b>	<b>6.108.376</b>	<b>27.072</b>
Incorporação de controladas (i)	7.577.971	
Investimento em coligada (ii)	8.249.521	8.249.521
Investimento em controlada (iii)	1.538.763	
Aumento de capital Oi Soluções	40.000	
Custo de alienação (Nota 28 (a))	(12.822.506)	
Redução de participação em investimentos V.tal	(53.726)	
Reclassificação de/para ativos mantidos para venda	(907.751)	
Lucro não realizado		(386.967)
Dividendos	(3.759)	
Equivalência patrimonial (iv)	(39.922)	116.362
<b>Saldo em 2022</b>	<b>9.686.967</b>	<b>8.005.988</b>

(i) A Companhia incorporou as suas controladas Oi Móvel, em 22 de fevereiro de 2022, Paggo Administradora e Brt Card, em 1 de dezembro de 2022 (Nota 1).

(ii) Participação de 34,12% do capital social votante e total da V.tal em 31 de dezembro de 2022. O investimento inclui: (a) aumento de capital na referida subsidiária pela Oi, anteriormente à alienação parcial da UPI InfraCo, em 9 de junho de 2022, de R\$ 4.886 milhões; (b) contribuição de ativos associados as operações de fibra de R\$ 3,5 milhões; e (c) aumento de capital pela recomposição da participação na V.tal, em 29 de julho de 2022 de R\$ 159 milhões, conforme destacado na Nota 1 relativamente as etapas de fechamento da operação de alienação da UPI Infraco.

(iii) Reclassificação de ativos mantidos para venda para investimentos, relativamente ao investimento na controlada Bérnago, detentora de ativos de equipamentos de transmissão ópticos (“*Optical Network Terminal*” – ONT), no qual a Administração da Companhia decidiu por não mais seguir com os planos de venda destes ativos. Anteriormente, esses ativos faziam parte do grupo de ativos a serem vendidos como parte da UPI InfraCo e, portanto, por não mais atenderem aos critérios de reconhecimento como de ativos mantidos para venda, foram reclassificados para o investimento pelo seu valor contábil antes do

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ativo ser classificado como mantido para venda, ajustado pela depreciação deste período que foi reconhecida no resultado das operações continuadas de 2022 no valor de R\$ 36.258 (2021 - R\$ 123.259), conforme previsto no CPC 31/IFRS 5.

(iv) Composição apresentada abaixo.

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas, ajustados para fins de aplicação da equivalência patrimonial, são os seguintes:

			CONTROLADORA		
			2022		
			Quantidade em milhares de ações	Participação - %	
Controladas, Coligadas e Negócios em conjunto	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Ordinárias	Capital total	Capital votante
V.tal	21.876.784	(834.887)	16.380.773	34,12	34,12
Bérgamo	1.422.619	(116.144)	1.538.763	100	100
PT Participações	312.769	(2.897)	1.000.000	100	100
Oi Soluções	37.225	(1.131)	40.000	100	100
PTIF	(4.811.772)	(138.635)	2.201	100	100
Oi Holanda	(2.393.924)	(27.185)		100	100
Serede	(661.557)	(312.011)	139.502	100	100
Oi Móvel (i)		(120.703)			
Outros	70.243	(61.487)			

(i) A Oi Móvel foi incorporada na Companhia em fevereiro de 2022.

			CONTROLADORA		
			2021		
			Reapresentado		
Controladas e Negócios em conjunto	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	Quantidade em milhares de ações	Participação - %	
			Ordinárias	Capital total	Capital votante
V.tal	10.723.666	(842.404)	2.066.887	68,34	68,34
PT Participações	404.797	90.508	1.000.000	100	100
PTIF	(4.673.136)	(748.760)	0,042	100	100
Oi Holanda	(2.366.739)	(320.851)	100	100	100
Oi Móvel	(2.413.808)	(6.782.257)	14.209.581	100	100
Serede	(349.545)	(98.134)	24.431.651	99,12	99,12
Telemar		(1.666.575)			
Outros	(32.618)	(11.882)			

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladas, Coligadas e Negócios em conjunto	Equivalência patrimonial		Valor do investimento		Provisão para patrimônio líquido negativo	
	2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
V.tal	(723.404)	206.111	8.358.224	7.289.529		
Serede	(311.908)	(55.164)			661.557	346.470
PTIF	(138.635)	(748.760)			4.811.772	4.673.136
Oi Móvel (i)	(120.703)	(5.647.356)				2.413.808
Bérgamo	(116.144)		1.422.619			
Oi Holanda	(27.185)	(320.851)			2.393.924	2.366.739
PT Participações	(2.897)	90.508	312.769	404.797		
Oi Soluções	(1.131)		37.225			
Telemar		(618.123)				
Outros	33.576	(6.923)	25.406	28.934	(45.117)	58.127
Resultado não realizado com investidas	(85.344)	(128.262)	(469.276)	(212.487)		
Equivalência de ativos mantidos para venda	848.664					
Resultado de operações descontinuadas	615.896	(1.062.298)				
<b>Equivalência de operação continuada no resultado (Nota 5)</b>	<b>(29.215)</b>	<b>(8.291.118)</b>				
Variação cambial sobre equivalência patrimonial	(95.470)	84.822				
Equivalência patrimonial sobre provisão para patrimônio líquido negativo (ii)	613.100	3.546.753				
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes	47.022	324.890				
Resultado de operações descontinuadas	(615.896)	1.062.298				
Reclassificação para ativos mantidos para venda				(1.402.397)		
Outros	40.537					
<b>Total</b>	<b>(39.922)</b>	<b>(3.272.355)</b>	<b>9.686.967</b>	<b>6.108.376</b>	<b>7.822.136</b>	<b>9.858.280</b>

(i) A Oi Móvel foi incorporada na Companhia em fevereiro de 2022.

(ii) Representado por equivalência patrimonial nas subsidiárias Oi Holanda, PTIF, CVTEL, Tahto e Serede.

### Informações financeiras resumidas

Controladas, Coligadas e Negócios em conjunto	2022		
	Ativos	Passivos	Receitas
V.tal	35.201.098	13.324.314	1.620.734
Oi Holanda (1)	3.306.522	5.700.446	
PTIF (1)	2.345.099	7.156.871	
Oi Soluções	50.286	13.061	7.542
Bérgamo	1.422.619		
Serede	686.139	1.347.696	1.404.505
PT Participações	514.074	201.305	113.919
Outros	222.966	149.372	368.129

(1) Valores ajustados para fins de consolidação e equivalência patrimonial.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

	2021		
	Reapresentado		
Controladas, Coligadas e Negócios em conjunto	Ativos	Passivos	Receitas
Oi Móvel	24.905.737	27.319.545	10.550.966
V.tal	18.809.999	8.086.333	3.001.796
Oi Holanda (1)	2.959.813	5.326.552	
PTIF (1)	2.147.064	6.820.200	
Serede	1.116.527	1.466.072	1.932.630
PT Participações	584.799	180.002	216.319
Telemar (1)			1.402.121
Outros	211.945	244.711	509.713

(1) Valores ajustados para fins de consolidação e equivalência patrimonial.

# Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 16. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros <sup>(1)</sup>	Infraestrutura	Prédios	Direito de uso - Arrendamentos	Outros ativos	Total
<b>Custo do imobilizado (valor bruto)</b>								
<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>177.111</b>	<b>6.543.019</b>	<b>28.053.970</b>	<b>6.027.266</b>	<b>1.750.211</b>	<b>794.502</b>	<b>1.975.165</b>	<b>45.321.244</b>
Incorporação Telemar	924.917	10.309.857	38.837.650	9.711.658	2.221.012	2.225.160	2.409.449	66.639.703
Reestruturação societária (i)	(425.478)	(1.812)	(14.861.736)	(7.616.240)	(324.436)		(43.880)	(23.273.582)
Modificações contratuais						78.273		78.273
Adições	1.793.502	(269)	221.949	69.227	230	190.706	10.078	2.285.423
Baixas	(11.708)		(274.728)	(24.702)	(67.566)	(72.351)	(3.064)	(454.119)
Transferências	(1.634.195)	(25.096)	1.385.278	167.684	43.315		63.014	
<b>Saldo em 2021 - Reapresentado</b>	<b>824.149</b>	<b>16.825.699</b>	<b>53.362.383</b>	<b>8.334.893</b>	<b>3.622.766</b>	<b>3.216.290</b>	<b>4.410.762</b>	<b>90.596.942</b>
Incorporação de controladas (Nota 1)	307.858	788.146	4.366.115	814.933	28.760	353.933	189.754	6.849.499
Modificações contratuais						344.345		344.345
Adições	1.196.974	1.090	423.058	752	329	522.899	160.926	2.306.028
Perda por imparidade (Nota 2)	(385.557)	(484.936)	(6.293.803)	(1.510.219)	(863)	(2.739.964)	(32.844)	(11.448.186)
Baixas	(71)	(264.925)	(442.914)	(2)	(44.838)	(431.622)	(6.703)	(1.191.075)
Transferências	(956.787)	107.752	717.412	51.798	11.427		68.398	
Transferências de/ para ativos mantidos para venda (ii)			(2.400.198)	1.661	4.611		47.169	(2.346.757)
<b>Saldo em 2022</b>	<b>986.566</b>	<b>16.972.826</b>	<b>49.732.053</b>	<b>7.693.816</b>	<b>3.622.192</b>	<b>1.265.881</b>	<b>4.837.462</b>	<b>85.110.796</b>
<b>Depreciação acumulada</b>								
<b>Saldo em 01/01/2021</b>		<b>(6.469.625)</b>	<b>(24.627.504)</b>	<b>(3.922.107)</b>	<b>(1.521.669)</b>	<b>(115.097)</b>	<b>(1.716.410)</b>	<b>(38.372.412)</b>
Incorporação Telemar		(10.129.808)	(30.309.241)	(7.112.428)	(1.889.348)	(371.179)	(2.025.704)	(51.837.708)
Reestruturação societária (i)		2	9.471.794	5.491.697	259.783		33.583	15.256.859
Despesas de depreciação		(50.033)	(1.357.395)	(251.880)	(45.871)	(244.225)	(108.558)	(2.057.962)
Baixas			236.242	24.557	57.709	31.025	2.238	351.771
Transferências		45.454	(49.862)	3.909	71		428	
<b>Saldo em 2021 - Reapresentado</b>		<b>(16.604.010)</b>	<b>(46.635.966)</b>	<b>(5.766.252)</b>	<b>(3.139.325)</b>	<b>(699.476)</b>	<b>(3.814.423)</b>	<b>(76.659.452)</b>
Incorporação de controladas (Nota 1)		(263.201)	(3.180.749)	(503.561)	(1.418)	(140.817)	(346.895)	(4.436.641)
Despesas de depreciação		(98.431)	(1.165.740)	(1.114.164)	(55.793)	(375.274)	(3.471)	(2.812.873)
Baixas		(1.088)	556.870		41.674	177.031	5.885	780.372
Transferências		9	(410)	12.234	(3.934)		(7.899)	
Transferências de/ para ativos mantidos para venda (ii)			1.518.069	(765)	(2.395)		(48.122)	1.466.787
<b>Saldo em 2022</b>		<b>(16.966.721)</b>	<b>(48.907.926)</b>	<b>(7.372.508)</b>	<b>(3.161.191)</b>	<b>(1.038.536)</b>	<b>(4.214.925)</b>	<b>(81.661.807)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>								
<b>Saldo em 2021 - Reapresentado</b>	<b>824.149</b>	<b>221.689</b>	<b>6.726.417</b>	<b>2.568.641</b>	<b>483.441</b>	<b>2.516.814</b>	<b>596.339</b>	<b>13.937.490</b>
<b>Saldo em 2022</b>	<b>986.566</b>	<b>6.105</b>	<b>824.127</b>	<b>321.308</b>	<b>461.001</b>	<b>227.345</b>	<b>622.537</b>	<b>3.448.989</b>

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Taxa anual de depreciação (média)		10%	12%	10%	9%	8%	15%	
-----------------------------------	--	-----	-----	-----	----	----	-----	--

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

- (i) Representado, substancialmente, pela conferência de acervo para controlada V.tal, via aumento de capital, relativamente ao processo de segregação de ativos, passivos e direitos relativos à operação de redes de fibra ótica em 2021.
- (ii) Representado, substancialmente, pela transferência da Operação TVCo para Mantidos para venda, originária da incorporação da Oi Móvel pela Companhia, em fevereiro de 2022, e pela transferência de ativos associados aos “sites” de Torres. Operações essas detalhadas na Nota 1 e na Nota 28 (b).

# Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONSOLIDADO							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros <sup>(1)</sup>	Infraestrutura	Prédios	Direito de Uso - Arrendamentos	Outros ativos	Total
<b>Custo do imobilizado (valor bruto)</b>								
<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>1.656.046</b>	<b>17.327.830</b>	<b>69.442.559</b>	<b>16.018.443</b>	<b>4.126.812</b>	<b>3.587.031</b>	<b>4.888.907</b>	<b>117.047.628</b>
Modificações contratuais						124.279		124.279
Adições	2.880.577	5.577	256.380	159.576	950	513.483	54.914	3.871.457
Perda por imparidade			(106.538)					(106.538)
Baixas	(28.907)	(62.734)	(493.965)	(75.282)	(67.576)	(330.017)	(11.890)	(1.070.371)
Transferências	(3.317.359)	56.406	2.902.387	226.130	40.946		91.490	
Transferência para ativos mantidos para venda (i)	(4.652)	60.605	(15.628.755)	(7.048.553)	(291.101)	(24.378)	(122.649)	(23.059.483)
<b>Saldo em 2021 - Reapresentado</b>	<b>1.185.705</b>	<b>17.387.684</b>	<b>56.372.068</b>	<b>9.280.314</b>	<b>3.810.031</b>	<b>3.870.398</b>	<b>4.900.772</b>	<b>96.806.972</b>
Modificações contratuais						461.451		461.451
Adições	1.227.581	1.090	422.786	918	355	526.126	172.129	2.350.985
Perda por imparidade (Nota 2)	(385.557)	(484.936)	(6.293.803)	(1.510.219)	(863)	(2.739.964)	(32.844)	(11.448.186)
Baixas	(61.648)	(2.262)	(721.634)	(9.144)	(54.758)	(767.190)	(9.158)	(1.625.794)
Transferências	(956.787)	107.752	717.412	51.798	11.427		68.398	
Transferências de ativos mantidos para venda (ii)	205.890	1.430	1.085.147	283.497	4.611		151.734	1.732.309
<b>Saldo em 2022</b>	<b>1.215.184</b>	<b>17.010.758</b>	<b>51.581.976</b>	<b>8.097.164</b>	<b>3.770.803</b>	<b>1.350.821</b>	<b>5.251.031</b>	<b>88.277.737</b>
<b>Depreciação acumulada</b>								
<b>Saldo em 01/01/2021</b>		<b>(16.834.518)</b>	<b>(56.369.211)</b>	<b>(11.091.872)</b>	<b>(3.456.975)</b>	<b>(678.530)</b>	<b>(4.333.091)</b>	<b>(92.764.197)</b>
Despesas de depreciação		(103.821)	(2.192.486)	(458.145)	(84.971)	(462.295)	(196.891)	(3.498.609)
Baixas		61.892	407.534	74.070	57.710	175.407	2.343	778.956
Transferências		(537)	93	(249)	428		265	
Transferência para ativos mantidos para venda (i)		(25.130)	9.244.715	5.166.893	247.071	252	116.304	14.750.105
<b>Saldo em 2021 - Reapresentado</b>		<b>(16.902.114)</b>	<b>(48.909.355)</b>	<b>(6.309.303)</b>	<b>(3.236.737)</b>	<b>(965.166)</b>	<b>(4.411.070)</b>	<b>(80.733.745)</b>
Despesas de depreciação		(107.965)	(1.363.857)	(1.128.492)	(82.345)	(406.192)	(26.031)	(3.114.882)
Baixas		7.152	642.866	7.876	48.560	271.777	14.462	992.693
Transferências		9	(410)	12.234	(3.934)		(7.899)	
Transferências de ativos mantidos para venda (ii)			(86.648)	(109.737)	(2.395)		(151.241)	(350.021)
<b>Saldo em 2022</b>		<b>(17.002.918)</b>	<b>(49.717.404)</b>	<b>(7.527.422)</b>	<b>(3.276.851)</b>	<b>(1.099.581)</b>	<b>(4.581.779)</b>	<b>(83.205.955)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>								
<b>Saldo em 2021 - Reapresentado</b>	<b>1.185.705</b>	<b>485.570</b>	<b>7.462.713</b>	<b>2.971.011</b>	<b>573.294</b>	<b>2.905.232</b>	<b>489.702</b>	<b>16.073.227</b>
<b>Saldo em 2022</b>	<b>1.215.184</b>	<b>7.840</b>	<b>1.864.572</b>	<b>569.742</b>	<b>493.952</b>	<b>251.240</b>	<b>669.252</b>	<b>5.071.782</b>
Taxa anual de depreciação (média)		10%	12%	10%	9%	11%	15%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

(i) Representado, substancialmente, pelos ativos das UPIs transferidos para ativos mantidos para venda (Nota 28 (a)) em 2021.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Representado, substancialmente, pela reclassificação de ativos mantidos para venda de ativos de equipamentos de transmissão ópticos (“*Optical Network Terminal*” – ONT) da controlada Bérnago (Nota 15), e pela transferência de ativos associados aos “*sites*” de Torres. Operações essas detalhadas na Nota 1 e na Nota 28 (b).

### Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, os bens integrantes do patrimônio das Concessionárias, que sejam indispensáveis à prestação do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado, previstos nos referidos contratos são denominados reversíveis.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo residual dos bens reversíveis é de R\$ 7.637.375 (2021 – R\$ 8.328.195), sendo R\$ 5.528.360 (2021 - R\$ 6.092.717) na controladora e R\$ 2.109.015 (2021 - R\$ 2.235.478) na coligada V.tal, composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

### Movimentação dos direitos de uso - arrendamentos

	CONTROLADORA					
	Torres	Espaço físico	Veículos	Imóveis	Energia distribuída	Total
<b>Custo do arrendamento (valor bruto)</b>						
<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>677.011</b>	<b>62.493</b>	<b>53.690</b>	<b>1.308</b>		<b>794.502</b>
Incorporação Telemar	1.921.298	254.857		24.061	24.944	2.225.160
Modificações contratuais	92.376	(6.050)	220	(8.293)	20	78.273
Adições	29.344	160.960	397	5		190.706
Baixas	(7.228)	(25.918)	(28.680)		(10.525)	(72.351)
<b>Saldo em 2021</b>	<b>2.712.801</b>	<b>446.342</b>	<b>25.627</b>	<b>17.081</b>	<b>14.439</b>	<b>3.216.290</b>
Incorporação de controladas (Nota 1)	42.403	249.838	194	50.039	11.459	353.933
Modificações contratuais	143.722	167.527	22.487	8.135	2.474	344.345
Adições	336.403	73.657	810	32.427	79.602	522.899
Perda por imparidade (Nota 2)	(2.376.210)	(248.306)	(14.934)		(100.514)	(2.739.964)
Baixas	(93.769)	(277.018)	(10.298)	(50.537)		(431.622)
<b>Saldo em 2022</b>	<b>765.350</b>	<b>412.040</b>	<b>23.886</b>	<b>57.145</b>	<b>7.460</b>	<b>1.265.881</b>
<b>Depreciação acumulada</b>						
<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>(88.359)</b>	<b>(12.514)</b>	<b>(13.832)</b>	<b>(392)</b>		<b>(115.097)</b>
Incorporação Telemar	(272.020)	(86.539)		(11.355)	(1.265)	(371.179)
Despesas de depreciação	(152.261)	(60.678)	(26.639)	(3.910)	(737)	(244.225)
Baixas	1.134	9.754	19.836		301	31.025
<b>Saldo em 2021</b>	<b>(511.506)</b>	<b>(149.977)</b>	<b>(20.635)</b>	<b>(15.657)</b>	<b>(1.701)</b>	<b>(699.476)</b>
Incorporação de controladas (Nota 1)	(59.657)	(58.158)	(25)	(22.284)	(693)	(140.817)
Despesas de depreciação	(219.863)	(129.609)	(11.998)	(8.738)	(5.066)	(375.274)
Baixas	25.676	105.513	8.772	37.070		177.031
<b>Saldo em 2022</b>	<b>(765.350)</b>	<b>(232.231)</b>	<b>(23.886)</b>	<b>(9.609)</b>	<b>(7.460)</b>	<b>(1.038.536)</b>
<b>Direito de uso líquido</b>						
<b>Saldo em 2021</b>	<b>2.201.295</b>	<b>296.365</b>	<b>4.992</b>	<b>1.424</b>	<b>12.738</b>	<b>2.516.814</b>
<b>Saldo em 2022</b>		<b>179.809</b>		<b>47.536</b>		<b>227.345</b>

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONSOLIDADO						
	Torres	Espaço físico	Lojas	Veículos	Imóveis	Energia distribuída	Total
<b>Custo do arrendamento (valor bruto)</b>							
<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>2.577.359</b>	<b>472.644</b>	<b>148.596</b>	<b>266.442</b>	<b>97.046</b>	<b>24.944</b>	<b>3.587.031</b>
Modificações contratuais	114.503	14.790	30.387	1.375	(37.843)	1.067	124.279
Adições	29.346	333.264		107.867	32.596	10.410	513.483
Baixas	(8.404)	(40.377)	(6.361)	(246.040)	(18.309)	(10.526)	(330.017)
Transferência para ativos mantidos para venda	(4.225)	(20.153)					(24.378)
<b>Saldo em 2021</b>	<b>2.708.579</b>	<b>760.168</b>	<b>172.622</b>	<b>129.644</b>	<b>73.490</b>	<b>25.895</b>	<b>3.870.398</b>
Modificações contratuais	203.516	167.144	1.836	76.719	9.763	2.473	461.451
Adições	336.424	73.658		3.897	32.541	79.606	526.126
Perda por imparidade (Nota 2)	(2.376.210)	(248.306)		(14.934)		(100.514)	(2.739.964)
Baixas	(106.959)	(340.624)	(174.458)	(96.508)	(48.641)		(767.190)
<b>Saldo em 2022</b>	<b>765.350</b>	<b>412.040</b>		<b>98.818</b>	<b>67.153</b>	<b>7.460</b>	<b>1.350.821</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>(328.199)</b>	<b>(122.671)</b>	<b>(61.764)</b>	<b>(126.200)</b>	<b>(38.797)</b>	<b>(899)</b>	<b>(678.530)</b>
Despesas de depreciação	(184.802)	(125.184)	(36.389)	(99.084)	(15.106)	(1.730)	(462.295)
Baixas	1.497	13.198	3.126	145.349	11.936	301	175.407
Transferência para ativos mantidos para venda	(10.686)	10.938					252
<b>Saldo em 2021</b>	<b>(522.190)</b>	<b>(223.719)</b>	<b>(95.027)</b>	<b>(79.935)</b>	<b>(41.967)</b>	<b>(2.328)</b>	<b>(965.166)</b>
Despesas de depreciação	(197.504)	(134.512)	(3.566)	(53.664)	(11.814)	(5.132)	(406.192)
Baixas	(45.656)	126.000	98.593	57.062	35.778		271.777
<b>Saldo em 2022</b>	<b>(765.350)</b>	<b>(232.231)</b>		<b>(76.537)</b>	<b>(18.003)</b>	<b>(7.460)</b>	<b>(1.099.581)</b>
<b>Direito de uso líquido</b>							
<b>Saldo em 2021</b>	<b>2.186.389</b>	<b>536.449</b>	<b>77.595</b>	<b>49.709</b>	<b>31.523</b>	<b>23.567</b>	<b>2.905.232</b>
<b>Saldo em 2022</b>		<b>179.809</b>		<b>22.281</b>	<b>49.150</b>		<b>251.240</b>

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 17. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
<b>Custo do intangível (valor bruto)</b>					
<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>84</b>	<b>2.565.404</b>	<b>14.478.133</b>	<b>518.133</b>	<b>17.561.754</b>
Incorporação Telemar	10	2.694.123		379.141	3.073.274
Reestruturação societária	16	(3.806)			(3.790)
Adições	58.627	12		69	58.708
Transferências	(58.737)	58.737			
<b>Saldo em 2021</b>		<b>5.314.470</b>	<b>14.478.133</b>	<b>897.343</b>	<b>20.689.946</b>
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	4.021	2.301.082	166.851	10.001	2.481.955
Adições	89.847	610		25.279	115.736
Perda por imparidade (Nota 2)			(2.605.788)	(54.530)	(2.660.318)
Baixas		(43.503)			(43.503)
Transferências	(89.844)	90.005	24.707	(24.868)	
<b>Saldo em 2022</b>	<b>4.024</b>	<b>7.662.664</b>	<b>12.063.903</b>	<b>853.225</b>	<b>20.583.816</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
<b>Saldo em 01/01/2021</b>		<b>(2.559.694)</b>	<b>(11.491.219)</b>	<b>(465.463)</b>	<b>(14.516.376)</b>
Incorporação Telemar		(2.685.038)		(367.700)	(3.052.738)
Reestruturação societária		3.790			3.790
Despesas de amortização		(13.895)	(597.235)	(3.611)	(614.741)
Reversão de perda por imparidade			1.017.506		1.017.506
<b>Saldo em 2021</b>		<b>(5.254.837)</b>	<b>(11.070.948)</b>	<b>(836.774)</b>	<b>(17.162.559)</b>
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)		(1.853.843)	(139.108)	(7.883)	(2.000.834)
Despesas de amortização		(188.312)	(853.847)	(4.450)	(1.046.609)
Baixas		25.581			25.581
<b>Saldo em 2022</b>		<b>(7.271.411)</b>	<b>(12.063.903)</b>	<b>(849.107)</b>	<b>(20.184.421)</b>
<b>Intangível líquido</b>					
<b>Saldo em 2021</b>		<b>59.633</b>	<b>3.407.185</b>	<b>60.569</b>	<b>3.527.387</b>
<b>Saldo em 2022</b>	<b>4.024</b>	<b>391.253</b>		<b>4.118</b>	<b>399.395</b>
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	23%	

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONSOLIDADO				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
<b>Custo do intangível (valor bruto)</b>					
<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>9.111</b>	<b>7.469.397</b>	<b>14.672.893</b>	<b>1.020.832</b>	<b>23.172.233</b>
Adições	161.728	31.898		6.539	200.165
Baixas		(36.455)	(17)	(12.225)	(48.697)
Transferências	(168.539)	169.683		(1.144)	
Transferência para ativos mantidos para venda	(84)	(262.861)	26.553	23.972	(212.420)
<b>Saldo em 2021 - Reapresentado</b>	<b>2.216</b>	<b>7.371.662</b>	<b>14.699.429</b>	<b>1.037.974</b>	<b>23.111.281</b>
Adições	90.452	1.796		111.734	203.982
Perda por imparidade (Nota 2)			(2.605.788)	(54.530)	(2.660.318)
Baixas		(65.351)		(1.049)	(66.400)
Transferências	(89.844)	90.005	68.337	(68.498)	
Transferências de ativos mantidos para venda		29.792			29.792
<b>Saldo em 2022</b>	<b>2.824</b>	<b>7.427.904</b>	<b>12.161.978</b>	<b>1.025.631</b>	<b>20.618.337</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
<b>Saldo em 01/01/2021</b>		<b>(6.952.295)</b>	<b>(11.693.579)</b>	<b>(828.459)</b>	<b>(19.474.333)</b>
Despesas de amortização		(289.361)	(597.258)	(17.874)	(904.493)
Reversão de perda por imparidade			1.017.506		1.017.506
Baixas		37.732		10.237	47.969
Transferência para ativos mantidos para venda		245.409	(26.463)	(15.454)	203.492
<b>Saldo em 2021 - Reapresentado</b>		<b>(6.958.515)</b>	<b>(11.299.794)</b>	<b>(851.550)</b>	<b>(19.109.859)</b>
Despesas de amortização		(214.740)	(862.184)	(36.119)	(1.113.043)
Baixas		46.992		1.039	48.031
Transferências de ativos mantidos para venda		(5.452)			(5.452)
<b>Saldo em 2022</b>		<b>(7.131.715)</b>	<b>(12.161.978)</b>	<b>(886.630)</b>	<b>(20.180.323)</b>
<b>Intangível líquido</b>					
<b>Saldo em 2021 - Reapresentado</b>	<b>2.216</b>	<b>413.147</b>	<b>3.399.635</b>	<b>186.424</b>	<b>4.001.422</b>
<b>Saldo em 2022</b>	<b>2.824</b>	<b>296.189</b>		<b>139.001</b>	<b>438.014</b>
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	23%	

## 18. FORNECEDORES

	CONTROLADORA <sup>1</sup>		CONSOLIDADO	
	2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
Serviços	3.788.649	2.397.377	3.716.189	3.014.446
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção da planta	242.277	209.659	242.308	739.290
Aluguel de postes e direito de passagem	358.746	383.629	358.747	492.124
Outros	254.648	105.189	285.272	327.856
Ajuste a valor presente (*)	(447.437)	(361.715)	(465.785)	(456.804)
<b>Total</b>	<b>4.196.883</b>	<b>2.734.139</b>	<b>4.136.731</b>	<b>4.116.912</b>
Circulante	3.807.462	2.524.735	3.727.918	3.807.053
Não circulante	389.421	209.404	408.813	309.859

<sup>1</sup> Estes montantes incluem saldos com partes relacionadas conforme Nota 26 e incorporação da controlada Telemar em maio de 2021 e da controlada Oi Móvel em fevereiro de 2022.

(\*) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 14,6% a.a. e 16,4% a.a. considerando as maturidades dos passivos.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	2022	2021	2022	2021	Vencimento contratual	
					Principal	Juros
“Senior Notes” moeda estrangeira	9.083.847	9.664.934	9.083.847	14.876.979	Jul/2026	Semestral
Debêntures						
Públicas	8.258.024	7.522.196	8.258.024	7.522.196	Ago/2023 a Fev/2035	Semestral
Privadas				2.199.882		
Instituições financeiras						
Moeda nacional						
BNDES		3.232.633		4.586.453		
Outros	2.379.449	1.989.169	2.379.449	2.170.694	Jan/2023 a Fev/2035	Mensal e Semestral
Moeda estrangeira	9.179.182	9.644.474	9.179.182	9.644.474	Ago/2023 a Fev/2035	Semestral
Financiamento multilateral moeda estrangeira	556.679	561.244	556.679	561.244	Ago/2024 a Fev/2030	Semestral
Oferta Geral						
Moeda nacional	208.153	207.006	208.153	207.035	Fev/2038 a Fev/2042	Parcela Única
Moeda estrangeira	1.394.909	1.506.797	5.307.374	5.894.241	Fev/2038 a Fev/2042	Parcela Única
Mútuo com controladas (Nota 26)	31.452.306	25.201.896			Fev/2062 a Fev/2066	Parcela Única
<b>Subtotal</b>	<b>62.512.549</b>	<b>59.530.349</b>	<b>34.972.708</b>	<b>47.663.198</b>		
Custo de transação incorrido	(9.594)	(11.031)	(9.594)	(115.024)		
Desconto das dívidas (*)	(37.866.514)	(34.086.096)	(12.660.623)	(14.565.056)		
<b>Total</b>	<b>24.636.441</b>	<b>25.433.222</b>	<b>22.302.491</b>	<b>32.983.118</b>		
Circulante	1.623.554	436.240	1.623.554	2.900.410		
Não circulante	23.012.887	24.996.982	20.678.937	30.082.708		

(\*) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento.

### Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Instituições financeiras	9.109	10.506	9.109	94.568
Debêntures	485	525	485	20.456
<b>Total</b>	<b>9.594</b>	<b>11.031</b>	<b>9.594</b>	<b>115.024</b>
Circulante	1.757	1.386	1.757	39.550
Não circulante	7.837	9.645	7.837	75.474

### Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Euro	2.489.739	1.435.361	778.607	735.717
Dólar Norte Americano	15.034.617	15.014.918	14.411.799	19.615.115
Reais	7.112.085	8.982.943	7.112.085	12.632.286
<b>Total</b>	<b>24.636.441</b>	<b>25.433.222</b>	<b>22.302.491</b>	<b>32.983.118</b>

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Composição da dívida por indexador

	Indexador/Taxa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2022	2021	2022	2021
Taxa pré-fixada	1,75% a.a. – 13,61% a.a.	13.973.673	14.083.749	13.973.673	21.432.821
CDI	80% CDI	7.037.957	5.705.664	7.037.957	5.781.082
TJLP	2,95% a.a. + TJLP		3.232.139		4.585.465
TR	0% a.a. - 1,484%	48.284	38.992	48.284	38.998
Outros	0% a.a.	3.576.527	2.372.678	1.242.577	1.144.752
<b>Total</b>		<b>24.636.441</b>	<b>25.433.222</b>	<b>22.302.491</b>	<b>32.983.118</b>

#### Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Dívida de longo prazo		Custo de transação		Desconto das dívidas	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	2022					
2024	789.481	789.477	2.286	2.286	1.554.351	1.057.299
2025	9.444.555	9.444.513	1.444	1.444	1.480.388	983.337
2026	862.392	862.389	537	537	1.374.944	877.893
2027	836.002	835.998	400	400	1.376.129	879.078
2028 e exercícios seguintes	48.954.808	21.415.020	3.170	3.170	32.080.702	8.863.016
<b>Total</b>	<b>60.887.238</b>	<b>33.347.397</b>	<b>7.837</b>	<b>7.837</b>	<b>37.866.514</b>	<b>12.660.623</b>

#### Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	CONSOLIDADO						
	2021	Juros e variação monetária e cambial	Amortização do desconto das dívidas	Pagamento de principal e juros	Pagamento de tributos e outros	Transferências e outros	2022
Empréstimos e Financiamentos	47.663.198	(36)		(12.479.469)	(217.353)	6.368	34.972.708
Desconto das dívidas	(14.565.056)	1.088.323	816.110				(12.660.623)
Custo de transação	(115.024)					105.430	(9.594)
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>	<b>32.983.118</b>	<b>1.088.287</b>	<b>816.110</b>	<b>(12.479.469)</b>	<b>(217.353)</b>	<b>111.798</b>	<b>22.302.491</b>

	CONSOLIDADO							
	2020	Captação	Juros e variação monetária e cambial	Amortização do desconto das dívidas	Pagamento de principal e juros	Pagamento de tributos e outros	Transferências e outros	2021
Empréstimos e Financiamentos	41.518.821	6.465.317	4.495.287		(4.669.436)	(165.988)	19.197	47.663.198
Desconto das dívidas	(15.147.984)		(660.288)	1.243.216				(14.565.056)
Custo de transação	(27.103)						(87.921)	(115.024)
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>	<b>26.343.734</b>	<b>6.465.317</b>	<b>3.834.999</b>	<b>1.243.216</b>	<b>(4.669.436)</b>	<b>(165.988)</b>	<b>(68.724)</b>	<b>32.983.118</b>

Após o pagamento da parcela de fevereiro, em agosto de 2022 a Companhia realizou o pagamento de mais uma parcela dos juros dos “Bonds” no valor de R\$ 436.589, emitidos no âmbito da implementação do Plano Original, que vencem em julho de 2025, dívida esta que possui pagamentos de juros semestrais e cupom de 10% a.a..

Conforme já detalhado na Nota 1, em 20 de abril de 2022, foi concluída a venda da UPI Ativos Móveis. Como parte do recebimento desses recursos, e conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, na mesma data foi realizada a quitação integral de suas dívidas junto ao BNDES, no valor de

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

R\$ 4.640 milhões. Adicionalmente, em linha com o previsto na escritura das debêntures segunda emissão da Oi Móvel foi feito o pagamento antecipado desta dívida, no valor de R\$ 2.356 milhões. Por fim, também nesta data foi encerrada a oferta pública mandatária para o “*Bond*” sênior 2026, conforme previsto em sua “*indenture*”, com adesão de 98,71% do total do principal em circulação, o que representa cerca de US\$ 869 milhões de principal (R\$ 4.109 milhões).

### Garantias

Com a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis, em 20 de abril de 2022, ocorreu a quitação integral do crédito com garantia real de titularidade do BNDES junto à Companhia, em linha com o disposto na Cláusula 4.2.5 do Plano e nos termos previstos no Contrato UPI Ativos Móveis. O financiamento do BNDES possuía, originalmente, garantias em recebíveis da Companhia.

Do mesmo modo, também foram integralmente quitadas como resultado da conclusão da venda da UPI Ativos Móveis, as Debêntures Oi Móvel 2ª Emissão, que possuíam garantias representadas pelos recebíveis advindos da referida alienação, pelas ações da Oi Móvel e pelos dividendos a receber que a Companhia tinha a receber da V.tal, além de garantia fidejussória da Companhia.

Adicionalmente, em função da alienação mencionada, foi realizada a oferta pública mandatária dos “*bonds*” emitidos pela Oi Móvel em 30 de julho de 2021, com a adesão de 98,71% dos “*bondholders*”. Com isso, para garantir 1,29% do total do principal emitido, permanece a estrutura de garantias representadas por recebíveis da Companhia, além de garantia fidejussória prestada, sendo que todas somente serão exercidas na ocorrência de inadimplemento.

Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante total de garantias era de R\$ 47.250.

### “*Covenants*”

De acordo com a Cláusula 17 do Anexo 4.2.4 do Plano de Recuperação Judicial (“Plano Original”), a Companhia e suas controladas estariam sujeitas a algumas cláusulas restritivas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, com base em indicadores financeiros, os quais são acompanhados em bases trimestrais.

Conforme estabelecido no Plano Original, conforme aditado (“Aditamento ao PRJ”), o BNDES concordou que, a partir da homologação judicial do Aditamento ao PRJ, ocorrida em 8 de outubro de 2020, e até a liquidação financeira da alienação da UPI Ativos Móveis ou até 30 de maio de 2022, o que ocorresse primeiro, a obrigação de cumprimento dos índices financeiros previstos no contrato de financiamento do BNDES teria sua exigibilidade temporariamente suspensa pelo BNDES. Com a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis e a quitação integral do crédito com garantia real de titularidade deste banco de fomento, não há mais “*covenants*” financeiros nos contratos de dívida da Companhia.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 20. ARRENDAMENTOS A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Torres	2.472.860	2.263.935	2.472.860	2.241.507
Espaço físico	463.481	318.114	463.481	571.963
Lojas				85.376
Imóveis	50.544	1.577	52.258	32.616
Veículos	15.670	5.351	38.812	51.765
Energia distribuída	104.670	13.739	104.671	24.947
<b>Total</b>	<b>3.107.225</b>	<b>2.602.716</b>	<b>3.132.082</b>	<b>3.008.174</b>
Circulante	620.978	501.229	642.935	676.074
Não circulante	2.486.247	2.101.487	2.489.147	2.332.100

#### Movimentação dos arrendamentos a pagar

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>688.220</b>	<b>2.981.678</b>
Incorporação Telemar	1.901.424	
Novas contratações	190.707	513.483
Cancelamentos	(43.583)	(164.631)
Juros	255.439	353.460
Pagamentos	(467.764)	(769.645)
Modificações contratuais	78.273	124.279
Transferência para mantidos para venda		(30.450)
<b>Saldo em 2021</b>	<b>2.602.716</b>	<b>3.008.174</b>
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	239.481	
Novas contratações	522.899	526.126
Cancelamentos	(265.552)	(474.995)
Juros	363.477	368.865
Pagamentos	(700.141)	(757.539)
Modificações contratuais	344.345	461.451
<b>Saldo em 2022</b>	<b>3.107.225</b>	<b>3.132.082</b>

#### Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar de longo prazo

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2024	670.536	671.608
2025	642.469	642.469
2026	414.768	414.768
2027	371.397	371.397
2028 a 2031	1.337.628	1.337.628
2032 e exercícios seguintes	2.008.157	2.008.157
<b>Total</b>	<b>5.444.955</b>	<b>5.446.027</b>
Juros	(2.958.708)	(2.956.880)
<b>Não circulante</b>	<b>2.486.247</b>	<b>2.489.147</b>

O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado, através da projeção dos pagamentos futuros fixos, que não consideram inflação projetada, descontados pelas taxas de desconto, que variam de 10,79% a.a. a 12,75% a.a..

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Contratos não reconhecidos como arrendamentos a pagar

A Companhia não reconhece os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e/ou para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos são reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual.

Em 31 de dezembro de 2022, as despesas reconhecidas no resultado foram de R\$ 42.932 (2021 - R\$ 2.410), na controladora, e de R\$ 72.136 (2021 – R\$ 20.884), no consolidado. Além disso foram reconhecidos também no resultado o montante de R\$ 64.293 (2021 – R\$ 16.870), na controladora, e de R\$ 97.847 (2021 – R\$ 80.694), no consolidado, referente a pagamentos variáveis de arrendamento.

#### Informações complementares

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, de 18 de dezembro de 2019 e ao Ofício Circular SNC/SEP01/20, de 5 de fevereiro de 2020, segue abaixo informações complementares:

CONTROLADORA							
Maturidade vencimento	Taxa média desconto	2024	2025	2026	2027	2028 a 2031	Acima de 2032
Até 2024	10,79%	21.623	93	51			
2025 até 2031	12,27%	185.642	179.116	79.342	47.059	80.544	
2032 até 2035	12,58%	347.487	347.479	251.556	242.074	938.243	538.544
A partir de 2036	12,75%	115.784	115.781	83.819	82.264	318.841	1.469.613
<b>Total</b>		<b>670.536</b>	<b>642.469</b>	<b>414.768</b>	<b>371.397</b>	<b>1.337.628</b>	<b>2.008.157</b>
<b>Inflação projetada<sup>1</sup></b>		5,67%	5,75%	6,24%	6,41%	6,33%	6,25%

CONSOLIDADO							
Maturidade vencimento	Taxa média desconto	2024	2025	2026	2027	2028 a 2031	Acima de 2032
Até 2024	10,79%	24.871	93	51			
2025 até 2031	12,27%	185.019	179.116	79.342	47.059	80.544	
2032 até 2035	12,58%	346.322	347.479	251.556	242.074	938.243	538.544
A partir de 2036	12,75%	115.396	115.781	83.819	82.264	318.841	1.469.613
<b>Total</b>		<b>671.608</b>	<b>642.469</b>	<b>414.768</b>	<b>371.397</b>	<b>1.337.628</b>	<b>2.008.157</b>
<b>Inflação projetada<sup>1</sup></b>		5,67%	5,75%	6,24%	6,41%	6,33%	6,25%

<sup>1</sup>Fonte: Anbima

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 21. PROVISÕES

### Composição do saldo

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
<b>Trabalhista</b>				
(i) Horas extras	290.765	302.318	473.106	494.678
(ii) Adicionais diversos	109.651	113.491	185.010	237.156
(iii) Estabilidade / Reintegração	101.005	108.979	163.140	182.664
(iv) Indenizações	83.032	96.590	135.422	171.646
(v) Complemento de aposentadoria	53.830	52.204	86.352	69.070
(vi) Honorários advocatícios/periciais	31.550	27.074	52.668	44.758
(vii) Diferenças salariais	32.449	32.435	52.638	46.572
(viii) Verbas rescisórias	18.309	15.222	29.807	29.980
(ix) Multas trabalhistas	14.805	13.642	23.971	27.931
(x) Vínculo	9.359	10.186	15.014	22.253
(xi) FGTS	8.125	6.700	13.178	12.428
(xii) Subsidiariedade	319	197	512	377
(xiii) Demais ações	55.832	55.511	89.754	79.349
<b>Total</b>	<b>809.031</b>	<b>834.549</b>	<b>1.320.572</b>	<b>1.418.862</b>
<b>Tributária</b>				
(i) ICMS	992.204	494.080	994.601	794.955
(ii) ISS	93.280	83.867	93.797	85.998
(iii) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	32.252	20.826	38.861	37.597
(iv) IPTU	85.058	108.755	85.058	108.755
(v) Demais ações	152.853	175.531	157.107	197.323
<b>Total</b>	<b>1.355.647</b>	<b>883.059</b>	<b>1.369.424</b>	<b>1.224.628</b>
<b>Cível</b>				
(i) ANATEL		1.060.007		1.298.116
(ii) Societário	235.742	296.828	235.742	296.828
(iii) Juizado Especial	79.728	43.809	79.829	79.797
(iv) Demais ações	1.038.097	904.762	1.051.412	1.348.422
<b>Total</b>	<b>1.353.567</b>	<b>2.305.406</b>	<b>1.366.983</b>	<b>3.023.163</b>
<b>Total das provisões</b>	<b>3.518.245</b>	<b>4.023.014</b>	<b>4.056.979</b>	<b>5.666.653</b>
Circulante	780.116	413.881	955.644	716.764
Não circulante	2.738.129	3.609.133	3.101.335	4.949.889

De acordo com as leis aplicáveis aos processos trabalhistas, tributários e cíveis, os processos judiciais são mensalmente atualizados monetariamente, considerando os índices de correção aplicáveis, sendo os principais índices de atualização o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Taxa Referencial (TR), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

### Decisões definitivas sobre questões tributárias perdem eficácia com decisão contrária posterior do STF

O Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu, em 8 de fevereiro de 2023, que uma decisão transitada em julgado exonerando tributos recolhidos de forma continuada perde sua eficácia futura quando a Corte se

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pronunciar em sentido contrário. Por maioria de votos, ficou definido que a perda de efeitos é imediata e sem a necessidade de ação rescisória, quando se tratar de decisões proferidas em controle concentrado ou em sede de repercussão geral.

Em decorrência dessa decisão, a Companhia com o apoio de seus assessores jurídicos, realizou uma avaliação sobre processos discutidos judicialmente em anos anteriores, bem como sobre teses e procedimentos adotados pela Companhia, principalmente acerca de temas de natureza tributária e trabalhista, e não identificou nenhum fato que pudesse causar impactos contábeis relevantes e de divulgação nas Demonstrações Financeiras.

#### Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>661.064</b>	<b>237.017</b>	<b>987.084</b>	<b>1.885.165</b>
Incorporação Telemar	457.671	736.766	1.080.507	2.274.944
Atualização monetária	(119.835)	37.471	418.371	336.007
Adições / (Reversões)	(92.915)	(10.842)	(587)	(104.344)
Baixas por pagamentos / encerramentos	(71.436)	(117.353)	(179.969)	(368.758)
<b>Saldo em 2021</b>	<b>834.549</b>	<b>883.059</b>	<b>2.305.406</b>	<b>4.023.014</b>
Incorporação de controladas (Nota 1)	35.523	323.859	714.675	1.074.057
Atualização monetária	38.174	157.311	100.749	296.234
Adições / (Reversões) (i)	15.688	341.958	(128.880)	228.766
Baixas por pagamentos / encerramentos	(114.760)	(29.506)	(639.796)	(784.062)
Transferências (i)	(143)	(321.034)	(998.587)	(1.319.764)
<b>Saldo em 2022</b>	<b>809.031</b>	<b>1.355.647</b>	<b>1.353.567</b>	<b>3.518.245</b>

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>1.796.620</b>	<b>1.225.417</b>	<b>2.788.426</b>	<b>5.810.463</b>
Atualização monetária	(70.771)	94.523	703.017	726.769
Adições / (Reversões)	(19.187)	114.818	124.510	220.141
Baixas por pagamentos / encerramentos	(287.800)	(210.130)	(592.790)	(1.090.720)
<b>Saldo em 2021</b>	<b>1.418.862</b>	<b>1.224.628</b>	<b>3.023.163</b>	<b>5.666.653</b>
Atualização monetária	95.800	157.350	125.376	378.526
Adições / (Reversões) (i)	99.140	338.539	(124.215)	313.464
Baixas por pagamentos / encerramentos	(293.087)	(30.059)	(658.754)	(981.900)
Transferências (i)	(143)	(321.034)	(998.587)	(1.319.764)
<b>Saldo em 2022</b>	<b>1.320.572</b>	<b>1.369.424</b>	<b>1.366.983</b>	<b>4.056.979</b>

(i) A redução nas contingências cíveis no período decorre, principalmente, da transferência do passivo relacionado a débitos com a ANATEL para demais obrigações, no montante de R\$ 994 milhões, e reversão de contingências no montante de R\$ 325 milhões, em decorrência da celebração de instrumento de repactuação e transação que abrange tanto o saldo dos débitos não tributários, quanto a repactuação dos novos débitos junto à ANATEL (Nota 1). Em relação as contingências tributárias, ocorreu uma transferência para passivo de parcelamento de débitos de tributos federais, incluídos no parcelamento negociado junto com a PGFN (Transação Individual) no montante de R\$ 321 milhões.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Trabalhista	208.914	171.791	222.107	218.892
Tributária	29.361.395	20.205.438	29.385.783	28.552.020
Cível	4.712.069	1.902.992	4.712.069	2.372.417
<b>Total</b>	<b>34.282.378</b>	<b>22.280.221</b>	<b>34.319.959</b>	<b>31.143.329</b>

#### Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

##### Provisões

##### Trabalhista

A Companhia enfrenta um elevado volume de contingências trabalhistas calculando a provisão com base numa metodologia estatística que considera, entre outros, o total de processos existentes, a causa do processo, o valor do processo, os pagamentos históricos realizados e o parecer técnico dos assessores legais.

- (i) Horas extras – referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada e de sobreaviso;
- (ii) Adicionais diversos – referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base no artigo 193 da CLT, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, adicional de transferência e comissões sobre vendas;
- (iii) Estabilidade/Reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
- (iv) Indenizações – referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente ou doença do trabalho, veículos locados, danos morais e/ou materiais, seguro desemprego, além de indenizações pela suposta falta de pagamento de benefícios como vale transporte, alimentação/refeição e produtividade;
- (v) Complemento de aposentadoria – diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas;
- (vi) Honorários advocatícios/periciais - parcelas a pagar nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial;

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- (vii) Diferenças salariais – referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas, além do suposto acúmulo de funções pelo autor e remuneração variável;
- (viii) Verbas rescisórias – referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças;
- (ix) Multas trabalhistas - valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas;
- (x) Vínculo - reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta;
- (xi) FGTS – reclamações referentes às supostas diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e reflexo de outras verbas trabalhistas deferidas que afetam o saldo da conta vinculada;
- (xii) Subsidiariedade – refere-se a pedido de responsabilização da Companhia, feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;
- (xiii) Demais ações – refere-se a questionamentos diversos relativos a anotações ou retificações de dados na Carteira de trabalho, participação nos resultados, entre outros.

### Tributária

As provisões para contingências fiscais são calculadas de forma individual considerando a avaliação de risco da Administração e dos seus assessores legais. Estas contingências não estão abrangidas pelo Plano de Recuperação Judicial.

- (i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela Administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias. No que se refere à incidência de ICMS sobre assinatura sem franquias, esclarecemos que, em razão do julgamento proferido em 1 de dezembro de 2022 pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº. 912.888, por meio do qual ficou estabelecida a modulação dos efeitos da declaração de constitucionalidade no tempo, o ICMS será devido somente a partir de 21 de outubro de 2016, data da publicação da ata de julgamento do acórdão no qual o mérito foi apreciado, significando, portanto, uma decisão favorável para Companhia;
- (ii) ISS - A Companhia e a Telemar mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência de ISS sobre diversos serviços de valor adicionado, técnicos e administrativos, além de locação de equipamentos.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- (iii) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.
- (iv) IPTU – Provisão relacionada a lançamentos relativos à cobrança de IPTU efetuados por diversos municípios distintos nos quais a Companhia possui imóveis.
- (v) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.

### Cível

- (i) ANATEL - Em 31 de maio de 2022, a Companhia celebrou com a ANATEL, um instrumento de repactuação e transação acerca de débitos não tributários, inscritos em dívida ativa da união até a data de celebração do instrumento, no valor de R\$ 20.237.715, nos termos da Lei nº 13.988/2020 combinada com a Lei nº 14.112/2020, incluindo multas, encargos e juros de mora aplicáveis.

O instrumento de repactuação e transação, que abrange tanto o saldo dos débitos não tributários, objeto do termo de transação assinado em 27 de novembro de 2020, quanto a repactuação dos novos débitos junto à ANATEL, prevê desconto de 54,99% sobre o valor de cada um desses débitos, incluindo o valor do principal devido, de forma que o débito total a ser pago pela Companhia passa a ser de R\$ 9.109.202. Do referido valor será deduzido o montante quitado pela Companhia por meio dos depósitos judiciais já convertidos em renda e apropriados pela ANATEL, resultando no saldo devedor de R\$ 7.335.223, que deverá ser quitado em 126 parcelas não lineares, a primeira delas com vencimento no mês da assinatura do acordo e a segunda após o decurso do período de 6 meses de carência. Com isso, o vencimento da última parcela ocorrerá em abril de 2033, representando um alongamento significativo do prazo de pagamento estabelecido na transação anterior, que chegaria ao final em outubro de 2027. O valor a pagar a ANATEL está registrado em Demais obrigações (Nota 22), descontado a valor presente a taxa de desconto de 17,07% a.a..

Mediante o pagamento das parcelas, a ANATEL conferirá a Companhia ampla, completa, geral, rasa e irrevogável quitação em relação aos débitos não tributários não pagos e/ou objeto das execuções fiscais, conforme listados no instrumento de repactuação e transação.

O referido instrumento representa o cumprimento de mais uma importante etapa do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, viabilizando o encerramento de um grande número de processos judiciais.

A repactuação dos débitos da ANATEL celebrada em 31 de maio de 2022 colocou fim ao passivo constituído, e os novos processos recebidos pela Companhia ainda não foram objeto de condenação. Por esse motivo, não foram constituídas novas contingências, com classificação de risco provável, até dezembro de 2022.

- (ii) Societário – Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais nºs 415/1972, 1.181/1974, 1.361/1976, 881/1990, 86/1991 e 1.028/1996. O promitente-assinante, ao celebrar contrato de participação financeira para aquisição de linha telefônica, participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e,

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando, assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, sociedade incorporada pela Companhia, e demais operadoras locais, integrantes do sistema Telebrás, discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

Com base no novo perfil e histórico de encerramento dos processos judiciais, no contexto do PRJ, bem como, na avaliação do risco de perda, a Administração atualizou a estimativa de provisionamento em 2019. Além disso, desde 2019 não houve alterações nas premissas do cálculo da estimativa do provisionamento.

- (iii) Juizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos; e  
A Companhia enfrenta um elevado volume de contingências de juizados especiais cíveis calculando a provisão com base numa metodologia estatística que considera, entre outros, o total de processos existentes, a causa do processo, o valor do processo, os pagamentos históricos realizados, o parecer técnico dos assessores legais e os efeitos do Plano de Recuperação Judicial homologado em 8 de janeiro de 2018.
- (iv) Demais ações – refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, certas agências exigindo a reabertura dos centros de atendimento ao cliente, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra a Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

As provisões destas contingências são calculadas de forma individual considerando a avaliação de risco da Administração e dos seus assessores legais.

### Passivo contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseada em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

### Trabalhista

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 222.107 (2021 - R\$ 218.892).

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### Tributária

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (vi) ICMS – decorre de discussões acerca da incidência do referido imposto sobre prestações de atividades e/ou serviços como, por exemplo, a incidência de ICMS sobre atividades-meio, serviços suplementares, serviços prestados a clientes isentos, ou ainda de glosa de créditos que os Estados entendem como indevidos, tais como, créditos de bens de ativo fixo, divergência sobre o cálculo do coeficiente de creditamento (CIAP), entre outros, no montante aproximado de R\$ 13.680.980 (2021 - R\$ 13.423.299);
- (vii) ISS – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$ 2.827.640 (2021 - R\$ 2.603.643);
- (viii) INSS – autuações versando sobre a adição de rubricas no salário de contribuição supostamente devidas pela Companhia, no montante aproximado de R\$ 454.013 (2021 - R\$ 634.634); e
- (ix) Tributos federais – diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 12.423.150 (2021 - R\$ 11.890.444).

#### Cível

A classificação de risco tem fundamento no estágio processual, nas evidências do processo e na avaliação dos consultores internos e externos (quando necessário). As ações judiciais que não possuem nenhuma decisão que indique grande chance de perda ou ganho e/ou ainda está sujeita à revisão de instâncias superiores do Poder Judiciário, independentemente do objeto, poderá ter seu risco classificado como possível e ser passível, portanto, de informação através de notas explicativas no balanço. Tais ações judiciais perfazem aproximadamente, R\$ 4.712.069 (2021 - R\$ 2.372.417). Em 2022, houve acréscimo de aproximadamente R\$ 1.783.213, decorrente do recente requerimento de instauração de procedimento de arbitragem apresentado pelas Compradoras da UPI Ativos Móveis, na Câmara de Arbitragem do Mercado, sob alegação de suposto descumprimento contratual por parte da Companhia no que se refere aos procedimentos de ajuste de preço (vide Nota 1- “Alienação da UPI Ativos Móveis”).

#### Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes em 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 11.535.293 (2021 - R\$ 10.209.447) na controladora e R\$ 11.535.293 (2021 - R\$ 11.379.606) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 22. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021 Reapresentado	2022	2021 Reapresentado
Obrigação onerosa (i)	5.210.237	5.553.898	5.210.237	8.709.432
ANATEL (ii)	4.479.168	3.497.866	4.479.168	3.691.501
Receitas a apropriar (iii)	1.677.957	1.328.730	1.692.616	1.358.799
Obrigações contratuais (iv)	744.994		744.994	
Provisões para indenizações a pagar	442.308	505.026	442.308	505.026
Adiantamentos de clientes	56.971	87.153	117.487	335.232
Provisão para desmobilização de ativos	20.396	19.601	20.397	19.601
Consignação a favor de terceiros	20.821	14.570	21.009	21.133
Outros	357.333	303.064	372.993	304.686
<b>Total</b>	<b>13.010.185</b>	<b>11.309.908</b>	<b>13.101.209</b>	<b>14.945.410</b>
Circulante	1.857.180	1.432.931	1.950.641	2.259.791
Não circulante	11.153.005	9.876.977	11.150.568	12.685.619

### Cronograma de vencimento

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	ANATEL	Obrigação onerosa
2024	698.085	458.958
2025	653.407	1.692.482
2026	645.027	1.810.409
2027	645.027	1.581.506
2028 a 2030	2.538.046	1.693.784
2031 e exercícios seguintes	2.208.522	
Ajuste a valor presente	(3.267.598)	(2.311.276)
<b>Não circulante</b>	<b>4.120.516</b>	<b>4.925.863</b>
<b>Circulante</b>	<b>358.652</b>	<b>284.374</b>
<b>Total</b>	<b>4.479.168</b>	<b>5.210.237</b>

- (i) A Companhia mantém um acordo, com a Globenet Cabos Submarinos S.A. (“Globenet”), incorporada pela V.tal (Notas 1), de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações através de cabos submarinos que conectam a América do Norte à América do Sul e, também, contrata o fornecimento de capacidade de segmento espacial para fins de prestação do serviço de TV DTH. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu obrigação onerosa adicional, relativamente a contratos de fornecimento de capacidade satelital para fins da prestação do serviço de telecomunicações em atendimento ao PGMU, TUP Rural, majoritariamente nos municípios da região norte do país, no montante de R\$ 395.282. Dado que as obrigações dos contratos excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato, e os custos são inevitáveis, a Companhia, consoante o CPC 25/IAS 37, reconhece obrigação onerosa mensurada ao menor custo líquido de saída dos contratos trazidos a valor presente, descontados por taxas que variam, principalmente, entre 11,51% a.a. e 13,41% a.a..
- (ii) Crédito da Agência Reguladora de acordo com o previsto no Aditamento ao PRJ, cujo montante inscrito em dívida ativa foi objeto de assinatura em maio de 2022 de novo Instrumento de Repactuação e Transação com base nos preceitos da Lei 13.988/2020 combinada com a Lei nº 14.112/2020 (Nota 1 - Instrumento de Repactuação e Transação Celebrado com a ANATEL). O crédito com a ANATEL foi trazido a valor presente pela taxa de desconto de 17,07% a.a..

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- (iii) Representado principalmente por: (i) R\$ 1.223 milhões de receitas a apropriar de valores recebidos antecipadamente pela cessão do direito à operação comercial e uso de ativos de infraestrutura que são reconhecidos na receita pelo período efetivo dos contratos; e (ii) R\$ 278 milhões referente a receitas a apropriar de serviços de transição, a serem prestados pela Companhia, nos termos do acordo de fechamento da alienação da UPI Ativos Móveis (Nota 1), reconhecidos ao resultado pelo prazo contratual.
- (iv) Representado por obrigações contratuais decorrentes do fechamento da alienação da UPI InfraCo, relativamente a segregações contratuais e física de sistemas e de plataformas de redes, a serem liquidados até o final de 2027, descontados a valor presente a taxa de desconto de 13,81% a.a., considerando a maturidade dos passivos.

## 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### (a) Capital social

Em AGE realizada em 1 de dezembro de 2022, foi aprovada a proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, ambas na proporção de 10 ações de cada espécie para uma ação da mesma espécie (“Grupamento”).

Transcorrido, em 6 de janeiro de 2023, o prazo para que os titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia ajustassem, ao seu livre e exclusivo critério, suas posições acionárias, por espécie, em lotes múltiplos de 10 ações, mediante negociações na B3, de forma a permanecerem integrando o quadro acionário da Companhia após a efetivação do grupamento, a partir de 9 de janeiro de 2023, inclusive, as ações representativas do capital social da Companhia passaram a ser negociadas exclusivamente grupadas na proporção resultante do Grupamento.

As frações de ações ordinárias ou preferenciais resultantes do Grupamento serão separadas, agrupadas em números inteiros, e vendidas em um ou mais leilões realizados na B3, sendo os valores resultantes da alienação disponibilizados em nome do respectivo acionista detentor de frações.

Na oportunidade da AGE foi aprovada, ainda, a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o grupamento aprovado.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.538.937 (2021 - R\$ 32.538.937), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2022	2021
<b>Capital total em ações</b>		
Ações ordinárias	6.445.310	6.440.497
Ações preferenciais	157.727	157.727
<b>Total</b>	<b>6.603.037</b>	<b>6.598.224</b>
<b>Ações em tesouraria</b>		
Ações ordinárias	644.050	644.050
Ações preferenciais	1.812	1.812
<b>Total</b>	<b>645.862</b>	<b>645.862</b>
<b>Ações em circulação</b>		
Ações ordinárias	5.801.260	5.796.447
Ações preferenciais	155.915	155.915
<b>Total em circulação</b>	<b>5.957.175</b>	<b>5.952.362</b>

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou prejuízo no exercício no montante de R\$ 19.268.496. Consoante a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação da AGO, o prejuízo do exercício foi registrado na conta de prejuízos acumulados.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, em ações ordinárias e preferenciais, até que o valor do seu capital social alcance R\$ 38.038.701.741, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) do capital social de ações sem direito a voto no caso de emissão de novas ações preferenciais sem esse direito.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Em fevereiro de 2022, a Companhia emitiu 4.813 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, mediante capitalização de créditos detidos pelos beneficiários do Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para Executivos, em razão do atingimento da condição mínima de performance para a aquisição do direito ao recebimento das ações pelos Beneficiários relativa ao 2º “*vesting*” da 1ª outorga de ações realizada no Plano de Incentivo de Longo Prazo (Nota 24). O valor do aumento de capital foi de R\$ 4.573, integralmente destinado à reserva de capital, ao preço de emissão de R\$ 0,95 por ação, fixado com base no artigo 170, §1º, inciso III, da Lei das S.A., sem diluição injustificada, com base na média ponderada por volume da cotação das ações ordinárias da Companhia nos 30 pregões anteriores à data de aprovação do aumento de capital, critério este que, no entendimento da administração da Companhia, melhor se adapta à atual realidade da Companhia, tendo em vista que as ações ordinárias de emissão da Companhia são líquidas e possuem dispersão no mercado.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na AGE da Companhia realizada em 23 de junho de 2022, foi aprovada a destinação do prejuízo do exercício de 2021 no montante de R\$ 8.516.185 registrado na conta de prejuízos acumulados.

#### (b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha a totalidade de suas ações preferenciais em tesouraria dadas em garantia em processos judiciais.

Em 28 de março de 2021, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a substituição de 30.596 ações nominativas preferenciais Classe “A” da Telemar pela emissão de 644.020 ações ordinárias de emissão da Oi, a serem mantidas em tesouraria, em decorrência da incorporação da Telemar pela Companhia, ocorrida em maio de 2021.

	Ações ordinárias (*)	Ações preferenciais (*)
Saldo em 01/01/2021	30	1.812
Emissão de ações	644.020	
Saldo em 2021	644.050	1.812
Saldo em 2022	644.050	1.812

#### Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	2022		2021	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Quantidade em milhares de ações em tesouraria	1.812	644.050	1.812	644.050
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	0,51	0,17	1,28	0,76
Valor de mercado	924	109.488	2.319	489.478

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos da reserva que deu origem à recompra:

	2022	2021
Saldo contábil das reservas de capital	3.948.946	3.928.326
Ações em tesouraria	(33.315)	(33.315)
<b>Saldo, líquido das ações em tesouraria</b>	<b>3.915.631</b>	<b>3.895.011</b>

#### (c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas, principalmente, pelas reservas descritas abaixo e em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor de crédito tributário, proveniente das incorporações ocorridas em 2009, em virtude da reorganização societária realizada após a aquisição do controle da Brasil Telecom S.A., em janeiro de 2009, e em 2015, pela

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

incorporação da TmarPart (Telemar Participações S.A.), tais incorporações resultaram na transferência de benefícios fiscais de ágios.

Outras reservas de capital: representado, principalmente por: (i) R\$ 3.837.009 relativos ao aumento de capital com novos recursos ocorrido em janeiro de 2019, e (ii) R\$ 2.462.799 relativos a redução ao saldo devido a sua absorção pela entrega de ações em tesouraria à Bratel em abril de 2019.

#### (d) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os mesmos.

##### Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

##### Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	2022	2021 Reapresentado
Prejuízo das operações continuadas	(24.227.093)	(11.493.742)
Lucro das operações descontinuadas (líquido de impostos)	4.958.597	1.062.298
<b>Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia</b>	<b>(19.268.496)</b>	<b>(10.431.444)</b>
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(18.764.018)	(10.158.204)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(504.478)	(273.240)
<b>Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)</b>		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	5.799.255	5.796.459
Ações preferenciais – básicas e diluídas	155.915	155.915
<b>Prejuízo por ação (Em Reais):</b>		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(3,24)	(1,75)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(3,24)	(1,75)
<b>Prejuízo por ação das operações continuadas (Em Reais):</b>		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(4,07)	(1,93)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(4,07)	(1,93)
<b>Lucro por ação das operações descontinuadas (Em Reais):</b>		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	0,83	0,18
Ações preferenciais – básicas e diluídas	0,83	0,18

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Os titulares de ações preferenciais têm direito a voto nas matérias sujeitas à Assembleia Geral, conforme dispõe o art. 12, §3º, do Estatuto Social da Companhia e o art. 111, §1º, da Lei 6.404/1976, e votarão sempre em conjunto com as ações ordinárias.

#### 24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

##### (a) Planos de pensão

A Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2022.

Planos de benefícios	Gestor
TCSPREV, TelemarPrev, PBS-Telemar, PBS-TNC, CELPREV	FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social
PBS-A, PAMA	SISTEL – Fundação Sistel de Seguridade Social
PAMEC	Oi

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão ao ser referida nesta nota, também poderá estar denominada “Patrocinadora”.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as avaliações atuariais foram realizadas pela Ernst & Young Serviços Atuariais S/S. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Provisões para planos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	CONSOLIDADO	
	2022	2021
<b>Passivos atuariais</b>		
Obrigações financeiras - Plano BrTPREV (i)	891.238	804.778
Plano PAMEC	6.080	8.623
<b>Total</b>	<b>897.318</b>	<b>813.401</b>
Não circulante	897.318	813.401

(i) A Companhia possuía contrato de obrigações financeiras firmado com a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano. Com a aprovação e homologação do PRJ, o respectivo crédito da Fundação Atlântico com a Oi está sujeito aos termos do PRJ.

#### Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	CONSOLIDADO	
	2022	2021
<b>Ativos atuariais</b>		
Plano TCSPREV	6.115	25.683
Plano CELPREV	277	420
Plano PBS-TNC	488	827
<b>Total</b>	<b>6.880</b>	<b>26.930</b>
Circulante	779	2.175
Não circulante	6.101	24.755

#### Características dos planos de previdência complementar patrocinados

##### 1) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### Planos

##### (i) PBS-Telemar

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 8% da folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

##### (ii) TelemarPrev

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

##### (iii) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, fechado a novas adesões, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0028-38.

Em 30 de novembro de 2018, data da efetiva incorporação, o Plano de Benefícios TCSPREV incorporou o Plano de Benefícios BrTPREV (CNPB nº 2002.0017-74), tornando-se sucessor universal dos direitos e obrigações deste Plano, assumindo todos os seus ativos e passivos. A citada incorporação foi aprovada pela Portaria PREVIC nº 995, de 24 de outubro de 2018, publicada no DOU nº 208 em 29 de outubro de 2018.

Com o reconhecimento e registro da incorporação, os Participantes e Beneficiários vinculados ao BrTPREV tornam-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do TCSPREV, respeitando-se as categorias dos Beneficiários no dia anterior à data da incorporação.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A Contribuição Básica mensal e obrigatória dos Participantes Ativos do TCSPREV e BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, que poderá variar de 3% a 8% sobre o Salário-de-Participação, de acordo com a idade e escolha do Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras.

A Contribuição mensal dos Participantes do Plano Fundador/Alternativo, anteriormente incorporado pelo BrTPREV, corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial, e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar o maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras.

Observados os critérios regulamentares, as contribuições de Patrocinadoras, relativas a Participantes do TCSPREV e BrTPREV, cessarão, automaticamente, no mês subsequente àquele em que o Participante completar 60 anos de idade, 10 anos de Serviço Creditado e 10 anos de vinculação ao Plano.

Para os participantes migrados do Plano PBS-TCS para o Plano TCSPREV, as contribuições de Patrocinadoras cessarão no mês subsequente àquele em que o Participante completar 57 anos de idade, 10 anos de vinculação ininterrupta ao PBS-TCS e ao Plano TCSPREV, 10 anos de Serviço Creditado na Patrocinadora e 35 anos de vinculação ao regime da Previdência Social.

A Contribuição Voluntária de Participantes do TCSPREV e BrTPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22%, em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação.

A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, conforme o Plano TCSPREV ou BrTPREV, desde que não inferior a uma UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV) ou a uma UPBrT (Unidade Previdenciária BrT), respectivamente. Não há contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Esporádica do Participante.

O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

#### **(iv) PBS-TNC**

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0013-19.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-TNC corresponde ao somatório de: (i) 0,28% a 0,85% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 0,57% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão, e (iii) 6,25% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a um percentual sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, conforme definido anualmente no Plano de Custeio.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A contribuição dos Participantes Assistidos (apenas para os que recebem abono de aposentadoria) equivale um percentual a ser fixado anualmente no Plano de Custeio, incidente sobre o benefício global, limitada ao valor do abono.

O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

#### (v) CELPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Definida, inscrito no CNPB sob o nº 2004.0009-29.

Em 12 de janeiro de 2018, através da Portaria nº 22 publicada no DOU em 16 de janeiro de 2018, a PREVIC aprovou o novo texto do Regulamento do Plano, contemplando o fechamento da massa de participantes do CELPREV, sendo vedada novas adesões.

A Contribuição Normal Básica de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0%, 0,5%, 1%, 1,5% ou 2%, conforme opção, sobre o seu Salário-de-Participação (SP). As Patrocinadoras contribuirão com valor equivalente a essa Contribuição, deduzida a Contribuição mensal e obrigatória de sua responsabilidade necessária ao custeio do Risco (Benefício de Auxílio-Doença).

A Contribuição Normal Adicional de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0% a 6%, em múltiplos de 0,5%, conforme opção, sobre o Salário-de-Participação que exceder a 10 Unidades de Referência do Plano (URP). As Patrocinadoras contribuirão com igual valor.

A Contribuição Voluntária de Participante corresponderá ao percentual em número inteiro, livremente escolhido pelo mesmo, aplicado sobre o Salário-de-Participação. Não haverá contrapartida da Patrocinadora sobre o valor desta contribuição.

A Contribuição Eventual da Patrocinadora será voluntária e corresponderá à aplicação de um percentual entre 50% e 150% da soma das contribuições Normal Básica e Normal Adicional da Patrocinadora, de acordo com critérios consistentes e não discriminatórios, efetuada em frequência por ela determinada.

A Contribuição Especial de Patrocinadora é específica para os novos entrados no Plano, no prazo de 90 dias a contar de 18 de março de 2004.

A Contribuição de Risco, mensal e obrigatória de Patrocinadora, necessária à garantia do custeio do Benefício de Auxílio-Doença, corresponderá a um percentual sobre a folha de Salário-de-Participação dos Participantes Não Migrantes.

O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

#### 2) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir e operar planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### Planos

##### (i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2022, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

##### (ii) PAMA

O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura de assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação e a contribuição destes, desde que vinculados aos planos de benefícios de previdência do tipo Benefício Definido, administrados pela SISTEL.

Até 2014, a Companhia não considerava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

No entanto, a partir do posicionamento da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que a SISTEL é uma estipulante de plano de assistência à saúde adaptados à Lei nº 9.656/1998 e, conseqüentemente, não se enquadra como operadora de plano de saúde, a Fundação passa, a ter de manter um fluxo de obrigações mesmo que não haja uma correspondente receita contributiva. Assim, não é mais possível a manutenção da configuração de plano de contribuição definida.

Em outubro de 2015, em cumprimento de determinação judicial, a SISTEL transferiu parte do excesso de recursos do plano de benefícios PBS-A, no montante de R\$ 3.042 milhões, para solvência do PAMA. Do total transferido, R\$ 2.127 milhões estavam relacionados aos planos patrocinados pela Companhia, rateados de forma proporcional a parcela das obrigações do benefício definido. O valor foi estabelecido com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuários do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes a esta massa. A partir da referida determinação judicial, a Companhia passou a calcular e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 695).

##### 3) PAMEC-BrT - Plano assistencial administrado pela Companhia

É um plano assistencial, destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao Plano de Benefício TCSPREV. Plano de Benefício este administrado pela FATL.

As contribuições para o PAMEC-BrT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Companhia, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da Companhia.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social

Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	CONSOLIDADO							
	2022							
	PLANOS DE PENSÃO						PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMEC	PAMA
<b>Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício</b>	<b>3.532.901</b>	<b>328.240</b>	<b>4.638.726</b>	<b>5.165.751</b>	<b>36.651</b>	<b>8</b>	<b>8.623</b>	<b>3.662.554</b>
Juros sobre obrigações atuariais	299.945	27.952	396.597	436.623	3.125	1	746	317.090
Custo do serviço corrente	133	26	874		22			214
Contribuições de participantes vertidas no ano	9	24						
Benefícios pagos líquidos	(321.464)	(26.353)	(351.881)	(447.647)	(2.827)		(391)	(200.382)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(467.264)	(31.247)	(301.775)	(1.009.593)	(3.664)	(4)	(2.898)	(905.504)
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>3.044.260</b>	<b>298.642</b>	<b>4.382.541</b>	<b>4.145.134</b>	<b>33.307</b>	<b>5</b>	<b>6.080</b>	<b>2.873.972</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do exercício</b>	<b>3.775.973</b>	<b>407.572</b>	<b>5.019.249</b>	<b>7.595.211</b>	<b>60.976</b>	<b>4.279</b>		<b>4.383.896</b>
Rendimentos dos ativos do plano	321.531	35.001	430.387	652.359	5.285	376		381.145
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora							391	
Patrocinadora	9	61					(391)	
Participantes	9	24						
Pagamento de benefícios	(321.464)	(26.353)	(351.881)	(447.647)	(2.827)			(200.382)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(127.241)	(43.097)	(153.972)	34.420	(8.984)	(874)		(559.048)
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>3.648.817</b>	<b>373.208</b>	<b>4.943.783</b>	<b>7.834.343</b>	<b>54.450</b>	<b>3.781</b>		<b>4.005.611</b>
<b>(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido</b>	<b>(604.557)</b>	<b>(74.566)</b>	<b>(561.242)</b>	<b>(3.689.209)</b>	<b>(21.143)</b>	<b>(3.776)</b>	<b>6.080</b>	<b>(1.131.639)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	598.442	74.566	561.242	3.689.209	20.655	3.499		1.131.639
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido</b>	<b>(6.115)</b>				<b>(488)</b>	<b>(277)</b>	<b>6.080</b>	

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021							
	PLANOS DE PENSÃO						PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMEC	PAMA
<b>Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício</b>	<b>3.685.376</b>	<b>356.273</b>	<b>4.941.275</b>	<b>5.598.965</b>	<b>40.005</b>	<b>16</b>	<b>7.995</b>	<b>4.163.564</b>
Juros sobre obrigações atuariais	270.740	26.275	365.599	393.553	2.953	1	614	319.885
Custo do serviço corrente	192	35	1.029		71	1		345
Contribuições de participantes vertidas no ano	9	6						
Benefícios pagos líquidos	(285.263)	(25.290)	(321.359)	(401.294)	(2.669)		(1.176)	(285.044)
Elevação/(redução) do ativo em decorrência de mudanças no Plano			23.240					
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(138.153)	(29.059)	(371.058)	(425.473)	(3.708)	(10)	1.190	(536.196)
Aumento/(redução) do ativo em decorrência de incorporação do Plano								
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>3.532.901</b>	<b>328.240</b>	<b>4.638.726</b>	<b>5.165.751</b>	<b>36.652</b>	<b>8</b>	<b>8.623</b>	<b>3.662.554</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do exercício</b>	<b>4.010.101</b>	<b>417.624</b>	<b>4.980.035</b>	<b>7.812.030</b>	<b>62.221</b>	<b>3.213</b>		<b>4.524.869</b>
Rendimentos dos ativos do plano	295.549	30.966	368.560	555.771	4.650	212		348.248
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora							1.176	
Patrocinadora	8	9						
Participantes	9	6						
Pagamento de benefícios	(285.263)	(25.290)	(321.359)	(401.294)	(2.669)		(1.176)	(285.044)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(244.431)	(15.743)	(33.132)	(371.296)	(3.226)	854		(204.177)
Aumento/(redução) do ativo em decorrência de incorporação do Plano			25.145					
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>3.775.973</b>	<b>407.572</b>	<b>5.019.249</b>	<b>7.595.211</b>	<b>60.976</b>	<b>4.279</b>		<b>4.383.896</b>
<b>(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido</b>	<b>(243.072)</b>	<b>(79.332)</b>	<b>(380.523)</b>	<b>(2.429.460)</b>	<b>(24.324)</b>	<b>(4.271)</b>	<b>8.623</b>	<b>(721.342)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	217.047	79.332	380.523	2.429.460	23.497	3.851		721.342
Transferência mantidos para venda	342							
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido</b>	<b>(25.683)</b>				<b>(827)</b>	<b>(420)</b>	<b>8.623</b>	

A Companhia determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado aos Planos TCSPREV, PBS-TNC e CELPREV reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Companhia, não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Componentes de despesas (receitas) dos benefícios

	CONSOLIDADO							
	2022							
	PLANOS DE PENSÃO						PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMEC	PAMA
Custo do serviço corrente	133	26	874		22			214
Juros sobre obrigações atuariais	299.945	27.952	396.597	436.623	3.125	1	746	317.090
Rendimento dos ativos do plano	(321.531)	(35.001)	(430.387)	(652.359)	(5.285)	(376)		(381.145)
Juros sobre o passivo oneroso	19.274	7.045	33.790	215.736	2.087	338		64.055
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido		(22)	(874)					(214)
<b>Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados</b>	<b>(2.179)</b>				<b>(51)</b>	<b>(37)</b>	<b>746</b>	
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	22.098				390	180	(2.898)	
<b>Total da despesa (receita) reconhecida</b>	<b>19.919</b>				<b>339</b>	<b>143</b>	<b>(2.152)</b>	

	2021							
	PLANOS DE PENSÃO						PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMEC	PAMA
	Custo do serviço corrente	192	35	1.029		71	1	
Juros sobre obrigações atuariais	270.740	26.275	365.599	393.553	2.953	1	614	319.885
Rendimento dos ativos do plano	(295.549)	(30.966)	(368.560)	(555.771)	(4.650)	(212)		(348.248)
Juros sobre o passivo oneroso	21.573	4.687	2.961	162.218	1.533	200		28.363
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido		(31)	(1.029)					(345)
<b>Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados</b>	<b>(3.044)</b>				<b>(93)</b>	<b>(10)</b>	<b>614</b>	
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	19.387				1.408	(251)	1.190	
<b>Total da despesa (receita) reconhecida</b>	<b>16.343</b>				<b>1.315</b>	<b>(261)</b>	<b>1.804</b>	

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Principais premissas atuariais adotadas

	CONSOLIDADO							
	PLANOS DE PENSÃO						PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMEC	PAMA
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Taxa estimada de inflação	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%
Índice e aumento salarial nominal estimado	Por Patrocinadora	0,00%	Por Patrocinadora	N/A	0,00%	0,00%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Basic suavizada em 15% segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15% segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15% segregada por sexo	AT-2000 Basic segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15% segregada por sexo	N/A	AT-2000 Basic suavizada em 15% segregada por sexo	AT-2000 Basic agravada em 10% segregada por sexo
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	N/A	Álvaro Vindas	N/A	N/A	N/A
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-49, agravada em 20% segregada por sexo	AT-49, agravada em 20% segregada por sexo	AT-49, agravada em 20% segregada por sexo	AT-49, agravada em 10% segregada por sexo	AT-49, agravada em 20% segregada por sexo	N/A	AT-49, agravada em 20% segregada por sexo	AT-49, agravada em 10% segregada por sexo
Taxa de rotatividade	Por Patrocinadora	Por Patrocinadora	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Benefício Saldado	Nula	10%	10%	Nula	Nula
Idade de início dos benefícios	60 anos	57 anos	55 anos	N/A	57 anos	N/A	N/A	57 anos
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	6,63%	6,63%

N/A = Não aplicável.

#### INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2022

- a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2022.
- b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATL e pela Sistel são de 31 de julho de 2022, e para o plano PAMEC é de 31 de outubro de 2022, todos projetados para 31 de dezembro de 2022.

#### Política de investimentos dos planos

A estratégia de investimento dos Planos de Benefícios está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMA
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMA
Renda fixa	87,9%	97,5%	93,4%	96,36%	96,4%	74,8%	100,00%
Renda variável	1,0%	0,0%	0,6%	0,01%	0,0%	2,6%	0,00%
Investimentos estruturados	7,4%	1,4%	3,5%	0,00%	3,3%	14,5%	0,00%
Investimentos no exterior	2,3%	0,0%	1,2%	0,00%	0,0%	6,0%	0,00%
Imóveis	1,0%	0,7%	0,7%	3,04%	0,0%	0,7%	0,00%
Empréstimos a participantes	0,4%	0,4%	0,6%	0,59%	0,3%	1,4%	0,00%

#### (b) Participações dos empregados nos lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou provisões para participação dos empregados nos resultados com base nas estimativas de cumprimento das metas individuais e corporativas, no montante total de R\$ 65.817 (2021 – R\$ 20.810) na controladora e R\$ 110.966 (2021 – R\$ 81.037) no consolidado.

#### (c) Remuneração baseada em ações

A estratégia de remuneração da Companhia, inclui os Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP) baseados em ações, cujo objetivo é concentrar a maior parte do pacote de remuneração nos componentes variáveis, sujeitos portanto ao cumprimento de metas de performance e a menor parte em salários fixos. Os componentes variáveis de curto e longo prazos possuem metas aderentes à estratégia da Oi e pretendem, assim, alinhar interesses dos administradores com acionistas.

O plano prevê outorgas de ações anuais ao longo de três anos, representativas de ações do capital social da Companhia, divididos em plano de outorgas de ações ao diretor presidente, plano de outorga de ações a executivos e plano de outorgas de ações ao conselho de administração.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações utilizadas na avaliação do plano de outorga de ações a executivos são apresentadas a seguir:

Data da Outorga	Percentual de diluição das ações (i)	Número de ações outorgadas	Parcelas de aquisição do direito (“vesting”)	Datas de aquisição do direito (“vesting”)	Valor médio da ação na data da outorga	Valor justo estimado na data da aquisição do direito (“vesting”) (ii)
30/12/2019	0,57%	33.704.937	1/3	30/12/2020	0,95	34.406
			1/3	30/12/2021		
			1/3	30/12/2022		
30/12/2020	0,36%	21.549.687	1/3	30/12/2021	2,02	47.079
			1/3	30/12/2022		
			1/3	30/12/2023		
30/12/2021	0,62%	36.759.795	1/3	30/12/2022	0,96	38.934
			1/3	30/12/2023		
			1/3	30/12/2024		

(i) Os percentuais de diluição relativos às ações outorgadas informados no quadro acima, não serão plenamente atingidos em decorrência das movimentações de saídas dos executivos da Companhia e consequentemente do programa. Em 31 de dezembro de 2022, o percentual total de diluição das ações acumuladas do programa foi de 1,1%.

(ii) O valor justo estimado na data da aquisição do direito foi mensurado considerando o valor das ações outorgadas em 30 de dezembro de 2019, 30 de dezembro de 2020 e 30 de dezembro de 2021, corrigido pelo custo médio ponderado de capital de 10,98%, 9,94% e 10,29%, respectivamente, estimado para o período de três anos do programa, trazido a valor presente pelo custo de oportunidade do período de 14,67%, 10,55% e 10,25%, respectivamente, que corresponde ao valor justo da ação.

As movimentações ocorridas no saldo de outorga de ações a executivos estão resumidas a seguir:

	Ações	Valor médio da ação R\$
<b>Saldo de outorga de ações em 31/12/2021</b>	<b>78.553.343</b>	
Outorgas liquidadas (i)	(4.813.368)	0,95
Cancelamentos (ii)	(23.571.949)	
<b>Saldo de outorga de ações em 31/12/2022</b>	<b>50.168.026</b>	

(i) Em 31 de março de 2022 foi realizada a liquidação de 52,39% das ações referentes ao segundo período de aquisição do direito da primeira outorga de ações, após a apuração do atingimento parcial das condições de performance do programa, mediante a um aumento de capital com capitalização de créditos no valor de R\$ 4.573, integralmente destinado a reserva de capital.

(ii) Em 31 de dezembro de 2022 houve apuração da condição de performance dos “vestings” da primeira outorga com não atingimento da condição mínima de performance.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve cancelamento de 1.773.366 ações de outorga de ações ao conselho de administração e não ocorreram movimentações de outorga de ações ao diretor presidente.

Os valores justos das outorgas de ações são apurados com base no período de aquisição dos direitos e reconhecidos à medida que os serviços são prestados. A despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para os planos de outorgas de ações, foi de R\$ 39.642 (2021 – R\$ 32.444).

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

### Telecomunicações no Brasil

Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

	2022	2021 Reapresentado
Oi Fibra	3.999.484	2.944.546
Oi Soluções	2.780.141	2.702.728
Serviços Legados	3.187.828	4.602.264
Outros serviços e negócios	403.863	17.622
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>10.371.316</b>	<b>10.267.160</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Depreciação e amortização	(4.200.711)	(4.077.177)
Interconexão	(136.510)	(140.775)
Pessoal	(1.852.807)	(1.794.110)
Serviços de terceiros	(3.615.484)	(4.053.875)
Serviços de manutenção de rede	(476.228)	(436.003)
Custo de aparelhos e outros	(18.045)	2.515
Publicidade e propaganda	(250.907)	(360.838)
Aluguéis e seguros	(2.860.460)	(1.343.975)
Reversões (provisões)	(114.547)	(195.554)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(78.642)	(89.691)
(Perda) / Reversão ao valor recuperável dos ativos	(14.249.077)	641.371
Tributos e outras receitas e (despesas)	838.944	(11.553)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.630.091)	(2.545.546)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>(18.273.249)</b>	<b>(4.138.051)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		
Receitas financeiras	3.616.856	275.959
Despesas financeiras	(6.971.928)	(9.773.082)
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>(21.628.321)</b>	<b>(13.635.174)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(2.600.224)	2.042.019
<b>Prejuízo das operações continuadas</b>	<b>(24.228.545)</b>	<b>(11.593.155)</b>
<b>Operações descontinuadas</b>		
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos) (Nota 28)	4.958.597	1.062.298
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(19.269.948)</b>	<b>(10.530.857)</b>

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	2022	2021
<b>Receita operacional líquida</b>		
Receitas relativas ao segmento reportado	10.371.316	10.267.160
Receitas relativas a outros negócios	113.914	216.319
<b>Receita operacional líquida consolidado (Nota 5)</b>	<b>10.485.230</b>	<b>10.483.479</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:

	2022	2021 Reapresentado
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		
Telecomunicações no Brasil	(18.273.249)	(4.138.051)
Outros negócios	8.371	115.587
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos de operações continuadas (Nota 5)</b>	<b>(18.264.878)</b>	<b>(4.022.464)</b>

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 31 de dezembro de 2022, são como segue:

	2022				
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
Brasil	29.126.269	51.397.993	5.008.346	425.839	3.354.387
Investimentos internacionais	489.829	64.107	63.436	12.175	22.302

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### Transações com partes relacionadas consolidadas

Em virtude da alienação do controle da V.tal, ocorrida em junho de 2022, os quadros abaixo apresentam tão somente as transações com a V.tal do período em que a mesma era controlada da Oi. As transações, do período posterior a alienação do controle da V.tal, são apresentadas nos quadros dessa nota intitulados de “Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas”.

	CONTROLADORA	
	2022	2021
<b>Ativo</b>		
<b>Contas a receber</b>	<b>7.361</b>	<b>1.955.107</b>
Tahto	553	50.464
V.tal		133.846
Oi Móvel		1.770.201
Serede	6.808	551
Paggo Administradora		45
<b>Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)</b>	<b>9.779.130</b>	<b>11.826.732</b>
PTIF	6.435.571	6.137.597
Oi Holanda	3.252.869	3.106.199
V.tal		2.582.199
Serede	89.426	
Pointer	1.264	737
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber</b>	<b>12.259</b>	<b>22.841</b>
Oi Serviços Financeiros	7.321	4.624
Rio Alto	1.785	1.546
Tahto	1.756	
Oi Soluções	1.397	
BrT Card		16
Oi Móvel		16.655
<b>Outros</b>	<b>451.974</b>	<b>443.816</b>
Oi Móvel		5.275
Oi Holanda	7.832	18.555
PTIF	654	700
CVTEL	2.613	3.322
Serede	440.875	272.375
V.tal		107.150
Tahto		36.439

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONTROLADORA	
	2022	2021
<b>Passivo</b>		
<b>Fornecedores</b>	<b>170.389</b>	<b>454.705</b>
Tahto	85.488	72.711
V.tal		75.523
Oi Móvel		174.052
Paggo Administradora		101
Serede	84.901	132.318
<b>Empréstimos e financiamentos (i)</b>	<b>3.251.863</b>	<b>2.083.239</b>
Oi Móvel		1.170
Oi Holanda	3.251.863	2.082.069
<b>Dividendos</b>		<b>819.571</b>
Oi Móvel		819.571
<b>Demais obrigações</b>	<b>26.757</b>	<b>43.350</b>
Oi Móvel		11.763
Tahto	116	
Rio Alto	975	975
V.tal		4.766
Oi Investimentos	15.165	13.927
PT Participações	10.501	11.919

- (i) A Companhia contrata mútuos com suas controladas segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas. Os valores demonstrados estão líquidos de AVJ.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONTROLADORA	
	2022	2021
<b>Receitas</b>		
<b>Receita dos serviços prestados</b>	<b>86.855</b>	<b>1.011.741</b>
V.tal	18.845	508.642
Oi Móvel	59.643	497.878
Telemar		4.371
Serede	787	624
Cozani	3.083	
Jonava	2.734	
Garliava	1.756	
Paggo Administradora	7	7
Drammen		219
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>36.820</b>	<b>104.483</b>
V.tal	30.131	45.683
Oi Móvel	4.271	47.006
Serede	2.418	1.734
Tahto		9.356
Drammen		472
Calitéia		232
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.042.760</b>	<b>1.068.642</b>
V.tal	131.197	155.725
Telemar		1.177
Oi Holanda	303.267	292.718
PTIF	596.453	575.531
Tahto		43.461
Pointer		30
Serede	11.843	
<b>Custos/Despesas</b>		
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(1.866.983)</b>	<b>(1.382.392)</b>
V.tal	(1.069.285)	(388.824)
Oi Móvel	(5.195)	(57.375)
Telemar		(3.195)
Tahto	(341.559)	(411.403)
Serede	(439.935)	(518.372)
Cozani	(5.494)	
Jonava	(3.397)	
Garliava	(2.111)	
Drammen		(3.223)
Paggo Administradora	(7)	
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(12.699)</b>	<b>(57.256)</b>
Telemar		(6.788)
Oi Móvel	(10)	(48)
Serede	(3.072)	(13.321)
Tahto	(6.631)	(26.068)
V.tal	(1.477)	(7.238)
PT Participações	(1.509)	(3.793)
<b>Variações cambiais, líquidas</b>	<b>(825.525)</b>	<b>181.670</b>
Oi Holanda	(527.000)	(308.401)
PTIF	(298.525)	490.071

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### Créditos com partes relacionadas

A Companhia pode conceder linhas de crédito às suas controladas com a finalidade de fornecer capital de giro para as suas atividades operacionais. Para estes casos, o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2021 – 115% do CDI). De acordo com o que foi aprovado no PRJ, houve a extinção dos créditos “*intercompany*” em Reais para fins de capital de giro mantidos até então, por meio do encontro de contas entre as empresas Recuperandas brasileiras. Em 3 de fevereiro de 2022 foi aberta uma linha de crédito entre a Companhia e a Serede no valor de R\$ 160 milhões com maturidade de um ano ao custo de 115% do CDI, sendo este o único contrato de mútuo firmado pela Companhia e suas subsidiárias com a finalidade de suportar a necessidade de capital de giro em suas atividades operacionais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. No último trimestre de 2022 não houve a abertura de novos contratos de mútuo.

As linhas de crédito “*intercompany*” vigentes em 31 de dezembro de 2022 estão de acordo com o PRJ aprovado. Créditos “*intecompany*” não abrangidos pelo referido encontro de contas na forma do PRJ foram repactuados e serão quitados a partir de 20 anos após o término do pagamento dos créditos previstos nas condições da Modalidade de Pagamento Geral, atualizados pela TR para as linhas em Reais e pela variação cambial para as linhas de crédito internacionais. Adicionalmente, foram criadas linhas de créditos entre a Companhia, a PTIF e a Oi Holanda, uma vez que no âmbito da implementação do PRJ, as dívidas financeiras das Recuperandas foram substancialmente consolidadas na Companhia, tendo esta emitido instrumentos financeiros e de capital para a quitação das dívidas originalmente registradas pelas referidas subsidiárias. Estas linhas de crédito, bem como seus Ajustes a Valor Justo, espelham os termos e condições que constam nos instrumentos financeiros emitidos pela Oi. No segundo trimestre de 2021 foi celebrado um mútuo entre a Oi e a PTIF no valor de US\$ 4.150 para complementar o pagamento de um “*fee*” por esta empresa (não operacional), devido no âmbito da atualização de documentos necessários a partir da aprovação do Aditamento ao PRJ.

De acordo com a Cláusula 5.3.8.1 do Aditamento ao PRJ, no dia 23 de junho de 2022, após o fechamento da operação de alienação da UPI InfraCo, a V.tal, efetuou o pagamento da dívida extraconcursal no montante atualizado de R\$ 2.736.188 à Oi, sucessora por Incorporação da Dívida InfraCo, conforme detalhado na Nota 1. A previsão de pagamento da Dívida InfraCo era em até 90 dias da conclusão da venda do controle da UPI InfraCo, o que ocorreu no dia 9 de junho de 2022.

#### Garantias

A Companhia e as demais Recuperandas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no PRJ, conforme previsto.

#### Oi Futuro

Desde 2001, a Oi reforça seu compromisso com a construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva por meio de projetos e programas desenvolvidos pelo Oi Futuro, seu instituto de inovação e criatividade para impacto social. Constituído legalmente como uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o Oi Futuro está presente em todas as regiões do país com atuação nas áreas de Cultura e Educação contribuindo para a pauta ESG (*Environmental Social Governance*) e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas contribuições ao Oi Futuro no montante de R\$ 5.666 (2021 – R\$ 13.871).

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
<b>Ativo</b>				
<b>Contas a receber</b>	<b>102.605</b>		<b>163.040</b>	
V.tal	102.605		163.040	
<b>Dividendos a receber</b>	<b>23</b>	<b>25</b>	<b>23</b>	<b>25</b>
AIX	23	25	23	25
<b>Outros</b>	<b>123.533</b>		<b>123.533</b>	
V.tal	123.533		123.533	

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
<b>Passivo</b>				
<b>Fornecedores</b>	<b>1.252.255</b>	<b>412</b>	<b>1.252.280</b>	<b>2.994</b>
V.tal	1.252.255		1.252.280	
AIX		412		2.994
<b>Provisões</b>	<b>20.999</b>		<b>20.999</b>	
V.tal	20.999		20.999	
<b>Demais obrigações</b>	<b>4.383.365</b>		<b>4.385.620</b>	
V.tal (*)	4.383.365		4.385.620	

(\*) R\$ 3.782.877 referente a obrigação onerosa com a Globenet, incorporada pela V.tal (Notas 1 e 22) e R\$ 744.994 referente a obrigações contratuais decorrentes do fechamento da alienação da UPI InfraCo, relativamente a segregações contratuais e físicas de sistemas e de plataformas de redes (Nota 22).

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
<b>Receitas</b>				
<b>Receita dos serviços prestados</b>	<b>3.372</b>	<b>404</b>	<b>371.663</b>	<b>404</b>
V.tal	3.372		371.663	
Hisparmar		404		404
<b>Outras receitas</b>	<b>8.131</b>		<b>8.131</b>	
V.tal	8.131		8.131	
<b>Receitas financeiras</b>	<b>22.791</b>		<b>22.791</b>	
V.tal	22.791		22.791	
<b>Custos/Despesas</b>				
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(3.161.408)</b>	<b>(104.998)</b>	<b>(3.169.342)</b>	<b>(183.525)</b>
V.tal	(3.161.408)		(3.161.417)	
Hisparmar		(104.998)		(153.579)
AIX			(7.925)	(29.946)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(27.751)</b>	<b>(26)</b>	<b>(27.751)</b>	<b>(42)</b>
Hisparmar		(25)		(40)
AIX		(1)		(2)
V.tal	(27.751)		(27.751)	

Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no curso normal da atividade, nomeadamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia a essas entidades e o aluguel de infraestrutura dessas entidades.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 65.489 (2021 – R\$ 43.428), conforme quadro a seguir:

	2022	2021
<b>Remuneração do pessoal-chave da administração<sup>1</sup></b>		
Benefícios de curto prazo a administradores (i) <sup>2</sup>	50.813	31.113
Remuneração com base em ações	14.676	12.315
<b>Total</b>	<b>65.489</b>	<b>43.428</b>

<sup>1</sup> Os valores demonstrados referem-se à controladora e ao consolidado, dado que o pessoal chave da administração está alocado na Companhia.

<sup>2</sup> Os valores demonstrados, não consideram os impactos referentes a encargos sociais conforme decisão manifestada pelo colegiado em 8 de dezembro de 2020 (Processo CVM nº 19957.007457/2018-10) e informado no Ofício de janeiro de 2021. No total reportado estão incluídos os valores dos pagamentos relativos às premiações extraordinárias referentes ao sucesso dos projetos de desinvestimentos e “closing” das transações (UPI Ativos Móveis e UPI Infraestrutura), para três executivos que fizeram parte da Diretoria Estatutária, mas que tiveram seus contratos rescindidos entre 2021 e janeiro de 2022. Tais valores pagos em 2022 a esses três ex administradores somaram R\$ 13.384.

(i) Ordenados, salários, honorários, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus, benefícios não-monetários (tais como assistência médica, habitação, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

## 27. SEGUROS

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos à propriedade, que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão e seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

	CONSOLIDADO	
	2022	2021
<b>Modalidade de seguro</b>		
Riscos operacionais e lucros cessantes – Despesas fixas	800.000	800.000
Responsabilidade civil – terceiros (*)	260.885	279.025
Responsabilidade civil - geral	30.000	30.000
Responsabilidade civil - veículos	2.000	2.000

(\*) conforme cotação do câmbio do dia 31 de dezembro de 2022 (ptax): R\$ 5,2177 = US\$ 1,00

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 28. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
<b>Ativos</b>				
Alienação de UPIs (a) (*)		3.514.847		34.339.237
Alienação de ativos (b)	741.432		741.432	691.895
Alienação de Imóveis	11.265	12.864	11.265	12.864
<b>Total</b>	<b>752.697</b>	<b>3.527.711</b>	<b>752.697</b>	<b>35.043.996</b>

(\*) Em 2021, na controladora, refere-se a participação em investimentos mantidos para venda.

	CONSOLIDADO	
	2022	2021
<b>Passivos</b>		
Alienação de UPIs (a)		13.569.773

##### (a) Alienação de UPIs

Com as alienações das operações das UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo, concluídas total e parcialmente em 20 de abril de 2022 e em 9 de junho de 2022, respectivamente (Nota 1), os resultados de tais alienações são apresentados como operações descontinuadas em única linha na demonstração do resultado, conforme abaixo.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Operações descontinuadas

Os principais componentes de receitas e despesas relacionadas ao resultado de operações descontinuadas, até a data de alienação das UPIs, líquidos das operações intragrupo, são demonstrados abaixo:

	2022	2021
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>2.118.770</b>	<b>7.449.901</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais:</b>		
Interconexão	(64.101)	(243.934)
Pessoal	(183.472)	(426.570)
Serviços de terceiros	(527.992)	(1.307.066)
Serviço de manutenção da rede	(132.810)	(334.133)
Custo de aparelhos e outros	(4.810)	(71.024)
Publicidade e propaganda	(20.683)	(52.970)
Aluguéis e seguros	(534.799)	(1.213.235)
(Provisões) / Reversões	140	743
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(44.601)	(121.271)
Tributos e outras receitas (despesas)	(201.204)	(262.428)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (i)	8.448.153	244.447
<b>Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização</b>	<b>6.733.821</b>	<b>(3.787.441)</b>
Depreciação e amortização (ii)		(295.537)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>6.733.821</b>	<b>(4.082.978)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>8.852.591</b>	<b>3.366.923</b>
<b>Resultado financeiro:</b>		
Receitas financeiras	19.588	49.100
Despesas financeiras	(568.665)	(1.371.807)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(549.077)</b>	<b>(1.322.707)</b>
<b>Lucro antes das tributações</b>	<b>8.303.514</b>	<b>2.044.216</b>
Imposto de renda e contribuição social	(3.344.917)	(981.918)
<b>Lucro do exercício</b>	<b>4.958.597</b>	<b>1.062.298</b>

- (i) O saldo de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas considera, basicamente, o resultado das alienações das operações das UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo em 2022:

	2022		
	UPI Ativos Móveis	UPI InfraCo (*)	Total
Preço de fechamento ajustado (Nota 1)	15.922.236	8.010.200	23.932.436
“Earn-outs” líquidos recebidos (Nota 1)	169.608		169.608
Valor retido (Nota 1)	(1.447.476)		(1.447.476)
Custo de alienação	(6.328.428)	(6.494.078)	(12.822.506)
Despesas e demais passivos assumidos relacionados com a venda dos ativos	(407.087)	(978.773)	(1.385.860)
<b>Total</b>	<b>7.908.853</b>	<b>537.349</b>	<b>8.446.202</b>

(\*) Como resultado da operação da alienação da UPI InfraCo a Companhia reconheceu um ganho de R\$ 537.349 no resultado de operações descontinuadas, decorrente da venda parcial de sua participação societária na UPI InfraCo, bem como reconheceu um ganho de R\$ 277.793, proveniente da remensuração a valor justo da parcela de investimento ainda mantida pela Companhia, na data da perda do controle, em junho de 2022, conforme previsto no CPC 36/IFRS 10.

## Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- (ii) A despesa de depreciação das operações descontinuadas é decorrente da classificação para Mantidos para Venda, em 1 de maio de 2021, dos ativos objetos dos contratos de IRU entre a Oi e a UPI InfraCo.

#### (b) Alienação de ativos

Os ativos relacionados às operações de TV e “sites” de infraestrutura de telecomunicações de Torres são classificados como mantidos para venda, por atenderem aos critérios determinados pelo CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, principalmente devido aos seus valores contábeis serem recuperados por meio de transação de venda em vez do uso contínuo, bem como pelo fato de que a venda desses ativos se configura como uma venda altamente provável, principalmente em virtude da evolução do plano de alienação desses ativos (Nota 1) e estão mensurados ao menor valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Por não se tratarem de linhas separadas de negócios de acordo com o conceito da norma, os ativos de TV e os ativos de “sites” de infraestrutura de telecomunicações de Torres não são operações descontinuadas e seus resultados são reportados na operação continuada da Companhia.

#### Ativos de TV

Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia tem por plano transferir a integralidade da base de clientes pós-pagos de DTH (“direct to home”) e regular a utilização da infraestrutura de IPTV (“internet protocol television”) da Companhia (“Operação TVCo”), sendo a prestação de serviços com relação a essa infraestrutura efetuada pelo comprador, com o compartilhamento das receitas auferidas. Além disso, considera que os equipamentos com tecnologia DTH da Companhia serão conferidos ao comprador.

#### Ativos de Torres

Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia recebeu proposta vinculante de aquisição de “sites” de infraestrutura de telecomunicações, na forma da aquisição da totalidade das ações de uma SPE Torres 2. Os ativos associados aos “sites” de Torres são classificados como mantidos para venda devido ao plano da Companhia de alienar esses ativos.

## 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 3 de maio de 2023, PT Participações, SGPS S.A. (“PT Participações”), TPT – Telecomunicações Públicas de Timor, S.A (“TPT”), na qualidade de acionistas da Timor Telecom, S.A. (“Timor Telecom”), e Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial (“PTIF”), detentora de créditos contra a Timor Telecom, celebraram o contrato de compra e venda de ações de emissão da Timor Telecom e cessão de créditos com a República Democrática de Timor-Leste, para venda da totalidade das participações acionárias detidas pela PT Participações e pela TPT na Timor Telecom, bem como a cessão dos créditos detidos pela PTIF no valor total de US\$ 21.111 mil, dos quais US\$ 5.444 mil referentes à venda das participações acionárias e US\$ 15.667 mil correspondentes aos créditos corrigidos. A efetiva conclusão da transação, com transferência das ações e dos créditos mencionados, está sujeita ao cumprimento das condições precedentes previstas no contrato, dentre as quais a aprovação pelo Juízo da

## **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Recuperação Judicial e a inexistência de reservas da Autoridade Nacional de Comunicações do Timor-Leste.